

Orçamento de Subsídios da União

Relatório do Governo Federal sobre a evolução dos gastos tributários e benefícios financeiros e creditícios no período 2003 a 2016



MINISTRO DA FAZENDA

Henrique de Campos Meirelles

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Eduardo Refinetti Guardia

SECRETÁRIO DE ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO

Mansueto Facundo de Almeida Junior

SUBSECRETÁRIO DE GOVERNANÇA FISCAL E REGULAÇÃO DE LOTERIA

Alexandre Manoel Angelo da Silva

**COORDENADORA-GERAL DE
ESTUDOS FISCAIS**

Aumara Feu

**COORDENADOR-GERAL DE
MONITORAMENTO DA POLÍTICA FISCAL**

Guilherme Ceccato

EQUIPE

Jossifram Almeida Soares

Rodrigo Leandro de Moura

Luciano de Castro Pereira

João Pedro Heringer Machado

EQUIPE

Marisa Socorro Dias Duraes

Alexandre Fineas Lima e Souza

Augusto Cesar Araujo Maeda (Secretaria de Política
Econômica)

As informações contidas no Orçamento de Subsídios da União constituem o resultado de esforços desta Subsecretaria, com o objetivo de apresentar, num mesmo documento, o total dos subsídios da União: gastos tributários e benefícios financeiros e creditícios (também denominados de subsídios explícitos e implícitos), no período de 2003 a 2016.

Informações: Secretaria de Acompanhamento Econômico

Tel: (61) 3412-2358/2360

Home Page: <http://seae.fazenda.gov.br/>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco P, 3º andar, sala 309.

70048-902 - Brasília-DF

A fim de assegurar a tempestividade deste texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros. É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo deste relatório desde que mencionada a fonte.

Sumário

I - Introdução.....	4
II - Conceituação das Modalidades de Subsídios.....	5
III - Evolução dos Subsídios da União: 2003 a 2016.....	9
III.I - Benefícios Financeiros e Creditícios.....	13
III.I.I - Benefícios Financeiros e Creditícios: Evolução.....	13
III.I.II - Subsídios Explícitos Ajustados.....	19
III.II - Gastos Tributários.....	23
IV - Subsídios da União: Distribuição Setorial e Regional.....	28
IV.I - Benefícios Financeiros e Creditícios da União.....	29
IV.I.I - Distribuição Setorial dos Benefícios Financeiros e Creditícios.....	29
IV.I.II - Distribuição Regional dos Benefícios Financeiros e Creditícios.....	36
IV.II - Gastos Tributários.....	40
IV.II.I - Distribuição Setorial dos Gastos Tributários.....	40
IV.II.II - Distribuição Regional dos Gastos Tributários.....	43
V - Considerações Finais.....	45
VI - Anexo - Metodologia e Tabelas.....	49
VI.I - Benefícios Financeiros e Creditícios.....	49
VI.I.I - Metodologia – aspectos gerais.....	49
VI.I.II - Arcabouço Normativo.....	53
VI.I.III - Tabelas de Benefícios Financeiros e Creditícios.....	54
VI.II - Gastos Tributários da União.....	82
VI.II.I - Metodologia.....	82
VI.II.II - Fonte de Informação.....	84
VI.II.III - Arcabouço Normativo.....	84

I - Introdução

Subsídio é um instrumento de política pública que visa reduzir o preço ao consumidor e/ou o custo do produtor. Na União, há subsídios tanto no lado da despesa (benefícios financeiros e creditícios), quanto no da receita (gastos tributários). Os subsídios do governo federal totalizaram R\$ 386 bilhões em 2016, que representou 6,2% do PIB, com R\$ 271 bilhões alocados por meio de gastos tributários e R\$ 115 bilhões via benefícios financeiros e creditícios.

A relevância em apresentar os subsídios, assim como sua desagregação por modalidade, em setores e regiões, decorre não apenas do elevado patamar, mas, também, de sua evolução crescente ao longo dos últimos anos e de sua importância para o debate do ajuste fiscal¹. É válido também descrevê-los em virtude do processo peculiar para a concessão da maioria destes, ainda carente de institucionalidade de avaliação *ex ante*, o que facilita o acesso a esses recursos públicos, sem qualquer garantia de sua efetividade.

Ademais, uma vez que subsídios são concedidos, há também insuficiência de instrumentos para acessar as informações relativas a seus resultados, vis-à-vis aos objetivos estabelecidos para sua concessão, o que dificulta a avaliação *ex post* e restringe a transparência e o controle deste mecanismo de financiamento da ação governamental.

Desse modo, ao descrever a evolução dos subsídios da União, no período de 2003 a 2016, este relatório tem dois objetivos precípuos: (i) promover maior transparência, criando condições favoráveis para o aprimoramento do controle, monitoramento, avaliação e governança dos subsídios da União; e (ii) divulgar informações para propiciar estudos sobre eventual reorientação de políticas, com vistas a aumentar a efetividade dos subsídios da União.

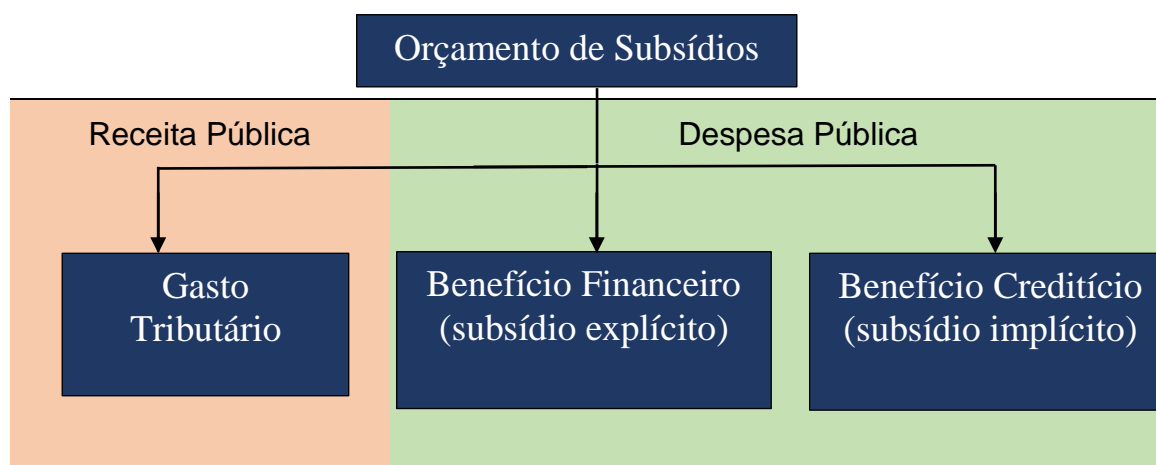
Este relatório está organizado da seguinte forma: na seção 2, são apresentadas as diferenças conceituais entre os subsídios, pela ótica da despesa e pela ótica da receita; na seção 3, trata-se da evolução do total dos subsídios da União, no

¹ Relatórios semelhantes já foram elaborados e divulgados pela Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda, em análises que contemplaram os biênios 1998-1999 e 2001-2002.

período de 2003 a 2016, com especificação por modalidade: benefícios financeiros e creditícios e gastos tributários, que contemplam as renúncias previdenciárias²; na seção 4, os subsídios são distribuídos por região e por setor, desagregando-os entre a indústria, o comércio e serviços, e a agricultura; e, na seção 5, as considerações finais. Há, ainda, anexo que discrimina a metodologia utilizada na elaboração deste relatório e apresenta as tabelas de séries históricas.

II - Conceituação das Modalidades de Subsídios

Sob a ótica macroeconômica, subsídio governamental constitui assistência de natureza financeira, creditícia ou tributária, que visa fomentar a atividade econômica por meio da correção de falhas ou imperfeições de mercado³. Por envolver recursos públicos, deve sempre ser monitorado e revisado, de forma que sejam avaliados seus resultados e sua necessidade ao longo do tempo. Neste relatório, apresentam-se os subsídios pelas óticas da despesa e da receita pública, desagregados conforme fluxograma apresentado a seguir.



Elaboração própria.

² As denominadas renúncias previdenciárias constituem o demonstrativo de gastos tributários da União, *in casu*, derivados da renúncia de receitas da Contribuição para a Previdência Social.

³ Tais como externalidades e assimetria de informação.

Pela ótica da receita pública, a modalidade de subsídio é denominada **gasto tributário** e alude a políticas públicas implementadas mediante exceções ao sistema tributário de referência. Esse tipo de subsídio afeta a receita líquida do governo central e, portanto, afeta diretamente a apuração do resultado primário do governo central⁴. Adicionalmente, se gastos tributários forem referenciados a impostos compartilhados com os demais entes da federação, esse tipo de subsídio pode afetar também a arrecadação de estados e municípios.

De fato, os gastos tributários derivam de disposições legais que validam a renúncia de receitas da União, à luz das diversas excepcionalidades normativas ao sistema tributário, quais sejam: remissões, isenção em caráter não geral, anistias, presunções creditícias, alteração de alíquotas ou modificação de base de cálculo, deduções ou abatimentos e diferimento de obrigações de natureza tributária e demais regimes exonerativos que correspondam a tratamento tributário diferenciado. Há, ainda, os gastos tributários decorrentes de renúncias previdenciárias, autorizadas no âmbito do sistema de financiamento da seguridade social.

De acordo com a Receita Federal do Brasil (RFB)⁵, as renúncias de receitas apresentam, de modo geral, as seguintes finalidades: a) simplificar e/ou diminuir os custos da administração; b) promover a equidade; c) corrigir desvios; d) compensar gastos realizados pelos contribuintes com serviços não atendidos pelo governo; e) compensar ações complementares às funções típicas de Estado desenvolvidas por entidades civis; f) promover a equalização das rendas entre regiões; e/ou, g) incentivar determinado setor da economia.

São exemplos de gastos tributários os subsídios relativos à Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental e o regime diferenciado no âmbito do Simples Nacional, os quais, uma vez instituídos, não mais se subordinam ao escrutínio por parte dos legisladores, durante sua vigência, no âmbito da discussão anual do Orçamento Geral da União (OGU).

⁴ A hipótese de impacto dos gastos tributários sobre o resultado primário se consubstancia em um prisma de análise normativa, do ponto de vista econômico.

⁵ Conforme detalhamento metodológico contemplado nos demonstrativos de gastos tributários divulgados em: <https://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/renuncia-fiscal/demonstrativos-dos-gastos-tributarios/bases-efetivas>

No que tange aos gastos tributários, é de se observar que esta modalidade de gasto afeta tanto a receita quanto a despesa que poderia constar no OGU. Isto porque, a desoneração tributária diminui a receita e as correspondentes despesas, que deixam de ser diretamente executadas pelo governo.

Assim, apesar de serem explicitados em demonstrativo que compõe as informações complementares do OGU, os gastos tributários diminuem a necessária transparência dos recursos públicos, visto que nem as receitas nem as despesas a eles associadas integram as alocações orçamentárias que são anualmente discutidas, modificadas e aprovadas pelos parlamentares. Com a Emenda Constitucional nº 95/2016 (EC nº 95/2016, também conhecida como “teto dos gastos”), o espaço para ampliação de despesas orçamentárias deve diminuir significativamente, o que deve aumentar, por conseguinte, a demanda por gastos tributários como instrumento de fomento a setores ou atividades, à margem do controle do “teto dos gastos”.

Pela ótica da despesa, a modalidade de subsídio é denominada de **benefícios financeiros e creditícios**. Esses benefícios financeiros são também conhecidos como subsídios **explícitos**; já os creditícios, **implícitos**.

No Governo Federal, os **benefícios financeiros (subsídios explícitos)** se referem a desembolsos efetivos realizados por meio de equalizações de juros e preços, assim como à assunção de dívidas pela União, cuja alocação de recursos é anualmente disputada pelos parlamentares no OGU. Esse tipo de subsídio, em geral, afeta a despesa primária e está sujeita aos limites da Emenda Constitucional do teto dos gastos.

No caso da equalização de juros⁶, são exemplos o Programa de Sustentação do Investimento (PSI) e o Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro (PASS). Com referência à equalização de preços, há o Programa Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários, amparado pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), e a Subvenção a Consumidores de Energia Elétrica da Subclasse Baixa Renda. O Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS), por sua vez, é o típico caso de benefício financeiro decorrente de assunção de dívidas.

⁶ A equalização de juros ocorre quando um programa governamental opera com taxa de empréstimo abaixo do custo da fonte do recurso (como, por exemplo, a Taxa de Juros de Longo Prazo). Neste caso, o governo explicita no corpo principal do Orçamento Geral da União o montante despendido para cobrir a diferença entre este custo e a referida taxa de empréstimo.

Por sua vez, os **benefícios creditícios (subsídios implícitos)** são os gastos decorrentes de programas oficiais de crédito, sendo denominados subsídios implícitos em função de não estarem alocados no OGU, não passando pela discussão anual do processo orçamentário por deputados e senadores, que representam a sociedade.

Os subsídios implícitos se materializam por recursos do Tesouro Nacional alocados a fundos ou programas, operacionalizados sob condições financeiras diferenciadas, que pressupõem taxa de retorno inferior ao custo de captação do Governo Federal. A título de ilustração, há os empréstimos da União ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que, de modo geral, foram remunerados por esse banco à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), inferior às taxas de juros pagas pelos títulos da dívida pública emitidos pelo Tesouro Nacional⁷ para lastrear essas operações.

É válido mencionar que os subsídios implícitos impactam a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), em decorrência do diferencial de taxas de juros, elevando a taxa de juros implícita da DLSP, uma vez que o valor a pagar decorrente da taxa de remuneração do título público é maior do que o valor da taxa de juros a receber pelo programa.

A tabela 1 sintetiza as principais diferenças entre as modalidades de subsídios acima descritas, de modo a apresentar: a abrangência dos subsídios; o fato de eles constarem ou não no OGU, afetarem ou não o teto dos gastos públicos; e os seus respectivos impactos nas despesas e receitas e na dívida pública.

⁷ Em 2016, por exemplo, a TJLP estava em 7,5% a.a., enquanto o custo de emissão de dívida para o Tesouro Nacional apresentou taxa média de 14,18% a.a.

Tabela 1 – Síntese das Diferenças entre as Modalidades de Subsídios

	Gastos Tributários	Benefícios Financeiros (Subsídios Explícitos)	Benefícios Creditícios (Subsídios Implícitos)
Abrangência	Gastos realizados no âmbito do Sistema Tributário	Equalizações de juros e preços, e assunção de dívidas	Programa oficiais de crédito, com taxas de juros subsidiadas
Orçamento Geral da União	Não constam da peça principal do OGU (Anexo: Demonstrativo dos Gastos Tributários)	Constam como Despesas no OGU	Não constam da peça principal do OGU (Anexo: Demonstrativo de Benefícios Financeiros e Creditícios)
Impacto fiscal	Diminuem a receita e a despesa, no âmbito do OGU	Elevam despesa e, conseqüentemente, dívida pública (líquida e bruta)	Elevam juros nominais líquidos e, conseqüentemente, a dívida pública líquida
Teto dos gastos (EC n° 95)	Não afeta	Afeta	Não afeta

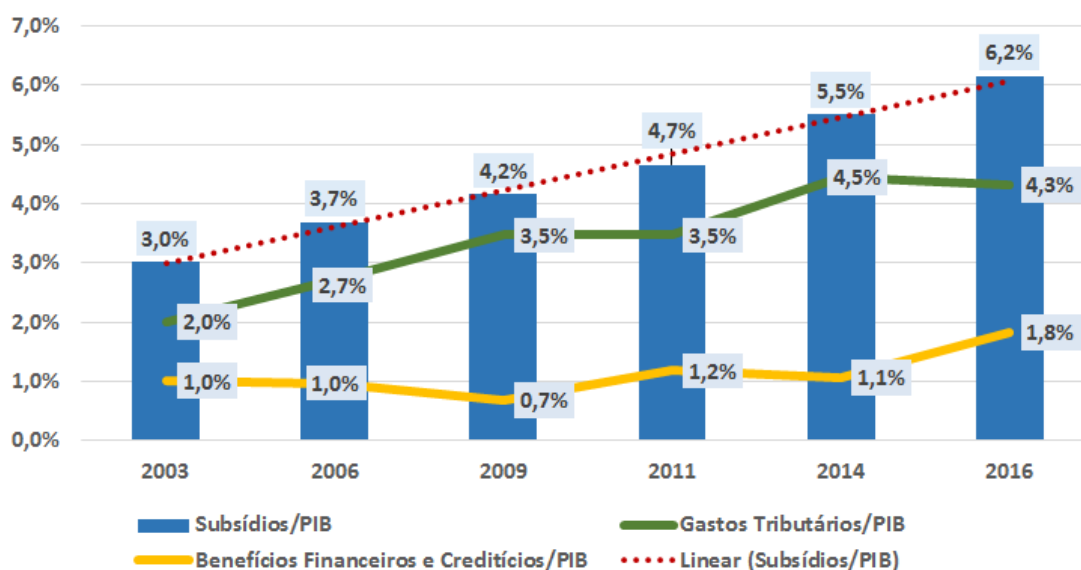
Elaboração própria.

III - Evolução dos Subsídios da União: 2003 a 2016

Os subsídios da União, constituídos por Gastos Tributários e Benefícios Financeiros e Creditícios, apresentaram trajetória crescente no período de 2003 a 2016 (gráfico 1), mais do que duplicando em proporção ao Produto Interno Bruto (PIB), de 3,0%, em 2003, para 6,2% do PIB, em 2016. A desagregação, por modalidade de subsídio, demonstra que os gastos tributários atingiram 4,3% do PIB em 2016 ante 2,0%, em 2003⁸; e os dispêndios com benefícios financeiros e creditícios ampliaram de 1,0%, em 2003, para 1,8% do PIB, em 2016.

⁸ Relevar que a série de gastos tributários, de 2003 a 2016, já contempla as renúncias da contribuição à Previdência Social.

Gráfico 1 – Evolução dos Subsídios da União (%PIB) – 2003 a 2016



Elaboração própria.

No que concerne aos gastos tributários, é possível constatar o crescimento expressivo desses dispêndios no período 2003-2009, com relativa estabilidade no triênio 2009-2011 e novo ciclo de crescimento entre 2011 e 2014. Entre 2014 e 2016, constata-se uma leve queda dos gastos tributários, de 4,5% do PIB, em 2014, para 4,3%, em 2016, considerando-se a redução de receitas associadas a regimes e programas excepcionais de tributação. Cabe assinalar que, em todo esse período, esses gastos foram associados, em larga medida, a diversas diretrizes de Política Industrial.

Registre-se, em primeiro lugar, a implementação da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior - PITCE (Lançada em 31 de março de 2004), visando incentivar a capacidade inovadora das empresas e, por conseguinte, a expansão da base industrial brasileira⁹. Essa política criou incentivos à pesquisa e inovação por meio da Lei de Inovação e Lei do Bem.

Outra política industrial adotada foi a denominada Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP¹⁰, instituída em 2008, que contemplou diversas

⁹ Para isto, focou-se nos seguintes eixos: inovação e desenvolvimento tecnológico; inserção externa/exportações, modernização industrial; setores software, semicondutores, bens de capital, fármacos e medicamentos; biotecnologia, nanotecnologia e energias renováveis).

¹⁰ A PDP contemplou os seguintes gastos tributários: Prorrogação a partir de janeiro de 2009 do crédito de 25% do valor anual da depreciação contra a CSLL; Redução do prazo de apropriação de créditos de PIS e Cofins na aquisição

medidas de incentivo ao investimento, à produção e à inovação com vistas a sustentar o crescimento e promover as exportações. Todavia, na PDP, os incentivos por meio de gastos tributários foram mais amplos do que na PITCE e, em alguns casos, associados a mecanismos de promoção de setores específicos.

Em 2011, foi divulgado o Plano Brasil Maior (PBM), que estabeleceu medidas de estímulos à inovação, à produção nacional e ao aumento da competitividade da indústria brasileira. Essa política foi uma ampliação da PDP e, novamente, o componente de gastos tributários foi um instrumento importante nessa estratégia.

Cabe destacar também a política de desoneração da folha de pagamentos, que autorizou a redução a zero da alíquota da contribuição patronal à previdência social e, paralelamente, criou contribuição substitutiva incidente sobre o faturamento. Com o objetivo de ampliar a formalização laboral e aumentar a competitividade, em 2011, foram contemplados três setores¹¹: Couro e Calçados, Confecções; Tecnologia da Informação; e Comunicação. Após sucessivas alterações, essa política passou a contemplar cinquenta e seis setores e se tornou uma política permanente¹², em julho de 2014, quando o problema de cumprir a meta fiscal do ano já parecia claro em várias análises das contas públicas.

No que tange aos benefícios financeiros e creditícios, há duas tendências preponderantes no período 2003 a 2016. Entre 2003 e 2009, uma diminuição na concessão desses subsídios, passando de 1,0% do PIB, em 2003, para 0,7% do PIB, em 2009. Por sua vez, entre 2009 e 2016, houve forte incremento das políticas financiadas por esses instrumentos, elevando-os de 0,7% do PIB em 2009 para 1,8%, em 2016.

Esse forte incremento no período recente decorreu, sobretudo, dos subsídios implícitos do Tesouro Nacional nas operações com o BNDES, justificados como medida de suporte ao financiamento de atividades comerciais consideradas relevantes para a

de bens de capital de 24 para 12 meses; Eliminação do IOF de 0,38% nas operações de crédito do BNDES, Finame e Finep; Redução de alíquotas do IPI nos setores químico, de plástico, papel, vidro, alumínio, produtos de metal, instrumentos mecânicos e outros; Depreciação imediata de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos novos destinados às atividades de P&D para efeito de cálculo do IRPJ; Permissão para empresas de informática e automação deduzirem, para efeito de apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, o valor correspondente a até 160% dos dispêndios em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

¹¹ A Medida Provisória nº 540, de 2 de agosto de 2011, autorizou a desoneração da folha para os três setores inicialmente contemplados.

¹² Conforme Medida Provisória nº 651, de 9 de julho de 2014, convertida na Lei nº 13.042, de 13 de novembro de 2014.

ativação da economia doméstica e para ampliação da participação das empresas nacionais no cenário internacional.

A tabela 2 registra a taxa de crescimento real do total de subsídios da União por períodos selecionados. Mostra, também, a dinâmica, em igual período, do PIB, da receita administrada (que diz respeito às receitas diretamente arrecadadas pela RFB) e das despesas primárias da União, todos em termos reais.

No que concerne aos gastos tributários, destaca-se a variação entre 2006 e 2009, de 53,9%, ante a taxa de crescimento do PIB de 11,3%. Essa trajetória advém majoritariamente, da ampliação de renúncias tributárias autorizadas no âmbito do Simples Nacional, Rendimentos Isentos e Não-Tributáveis (IRPF) e Entidades sem Fins Lucrativos - isentas/imunes. Com referência aos benefícios financeiros e creditícios, ressalta-se o forte crescimento de 101,0%, no período 2009 a 2011, ante o aumento no PIB de 11,8%, em função principalmente da ampliação das operações do BNDES com o Tesouro, do programa Minha casa, Minha Vida e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Tabela 2 – Taxa de Crescimento Real dos Subsídios da União: 2003 a 2016
(Valores deflacionados pelo IPCA acumulado do período)

Discriminação	2003-2006	2006-2009	2009-2011	2011-2014	2014-2016
Gastos Tributários	59,5%	53,9%	17,3%	42,3%	-11,2%
Benefícios Financeiros e Creditícios	13,9%	-14,4%	101,1%	-0,8%	58,0%
Subsídios Totais da União	44,3%	35,9%	31,2%	31,3%	2,1%
PIB	13,5%	11,3%	11,8%	5,5%	-7,2%
Receita Administrada	24,6%	10,5%	23,1%	-1,3%	-6,5%
Despesa Primária	30,7%	24,8%	12,8%	19,4%	1,3%

Elaboração própria.

Adicionalmente, a tabela 2 mostra que o total de subsídios da União apresentou crescimento real acima do observado para as receitas administradas e despesas primárias da União, em todo o período. Nota-se que o cenário de retração econômica do biênio 2014-2016 – que determinou um decréscimo do PIB de 7,2% – aliado às restrições de política fiscal, sobretudo, a partir de 2016, delinearam, a princípio, uma nova trajetória para os subsídios, com o registro de taxa de crescimento moderada, de 2,1%.

Em suma, a tabela 2 demonstra a crescente e contínua utilização dos subsídios como mecanismo complementar às demais despesas registradas no OGU para o financiamento de políticas públicas. Esse quadro acentua a necessidade de promoção de padrões de transparência, controle e governança, sobretudo daqueles associados aos gastos tributários e aos benefícios creditícios (implícitos), de forma a elevar a eficiência, eficácia e efetividade dos subsídios.

III.I - Benefícios Financeiros e Creditícios

A análise dos benefícios financeiros e creditícios é subdividida em duas partes. A primeira, na subseção III.I.I - Benefícios Financeiros e Creditícios: Evolução, utiliza o regime de *caixa*, usualmente apresentado nos Demonstrativos de Benefícios Financeiros e Creditícios¹³, e, a segunda, na subseção III.I.II - Subsídios Explícitos Ajustados, que contabiliza os subsídios explicitados no orçamento (benefícios financeiros) quando eles efetivamente ocorreram, e não necessariamente quando o governo os pagou (desembolso financeiro).

III.I.I - Benefícios Financeiros e Creditícios: Evolução

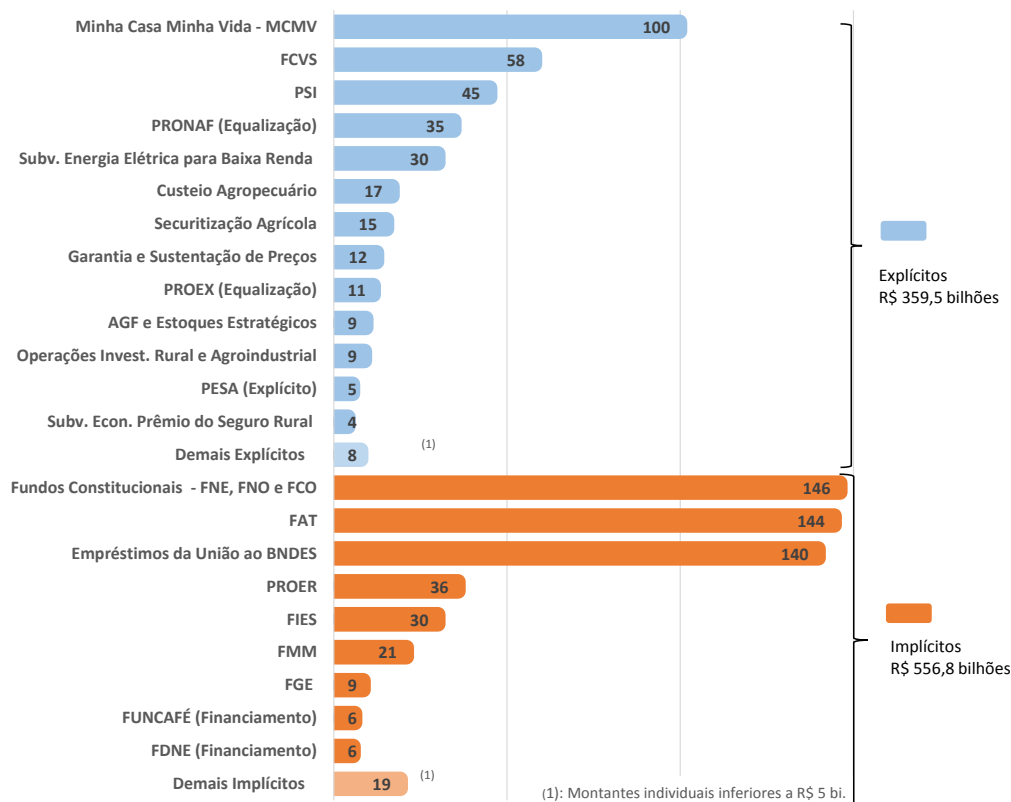
Dados acumulados de benefícios creditícios e financeiros no período de 2003 a 2016 totalizaram, em termos reais, o montante de R\$ 916,3 bilhões, sendo R\$ 556,8 bilhões com benefícios creditícios (subsídios implícitos) e R\$ 359,5 bilhões com benefícios financeiros (subsídios explícitos), conforme gráfico 2.

Do conjunto dos fundos e programas que apresentaram subsídios acumulados acima de R\$ 140 bilhões, têm-se os Fundos Constitucionais de Financiamento, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e os Empréstimos da União ao BNDES, todos do tipo implícito. Em seguida, o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), que respondeu pelo maior montante dos subsídios explícitos, R\$ 100 bilhões. O Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS), por sua vez, gerou subsídios

¹³ Destaca-se que o conjunto de fundos e programas apresentado neste relatório se diferencia do anualmente divulgado pela Seae, em virtude da inclusão dos subsídios decorrentes do Programa Minha Casa, Minha Vida. As informações relativas aos Demonstrativos estão disponíveis em <http://seae.fazenda.gov.br/assuntos/politica-fiscal/beneficios-financeiros-e-crediticios/beneficios-financeiros-e-crediticios>.

de R\$ 58 bilhões no período. Os demais fundos e programas apresentaram, individualmente, montantes acumulados abaixo de R\$ 50 bilhões, no período¹⁴.

Gráfico 2 – Principais Benefícios Financeiros e Creditícios
(R\$ bilhões de 2016, acumulado 2003-2016)



Elaboração própria.

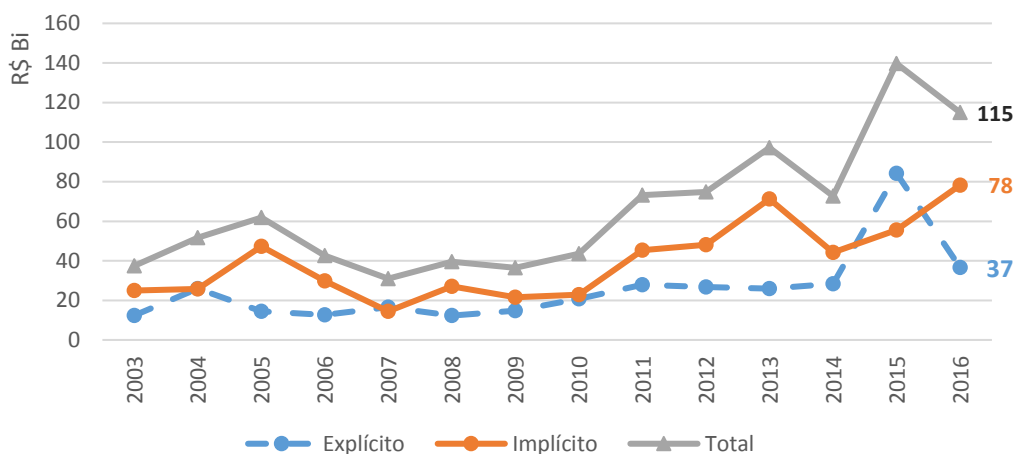
Quanto à evolução desses subsídios entre 2003 e 2016, mostrada no gráfico 3, destaca-se que o total dos benefícios pela ótica da despesa cresceu 207%, em termos reais, ou seja, a uma taxa real média de 9,0% ao ano, tendo os explícitos crescido a uma média de 8,7%, e os implícitos a 9,2%. Nota-se que, à exceção de 2015, os subsídios implícitos são maiores que os explícitos, principalmente no período pós 2010. Dessa forma, vale dividir a evolução antes e após 2010.

Entre 2003 e 2009, os subsídios totais apresentaram relativa estabilidade, em termos reais, variando cerca de 2,2% ao ano, em média. Por sua vez, entre 2009 e 2016, houve forte expansão da política de concessão de subsídios, com aumento de 164% -

¹⁴ A série dos dados dos Empréstimos da União ao BNDES teve início em 2008, e os valores do MCMV são a partir de 2009.

crescimento médio de 17,6% ao ano em termos reais. Enquanto os subsídios explícitos aumentaram 76,7% no período (média de 10% ao ano), os implícitos cresceram 243% (média de 22,8% ao ano).

Gráfico 3 – Benefícios Financeiros e Creditícios (R\$ bilhões de 2016)



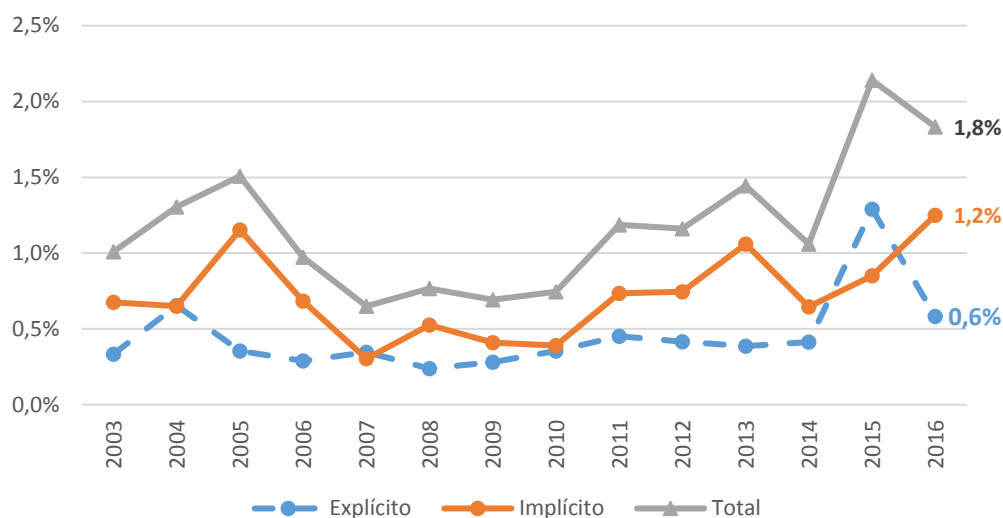
Elaboração própria.

Vale destacar, ainda, o comportamento atípico dos subsídios explícitos, em 2015. Como estes subsídios são computados pelo conceito caixa (pagamento no ano referente a despesas deste ano e de restos a pagar de exercícios anteriores), a forte elevação, em 2015, decorreu, principalmente, do pagamento de despesas com equalização de taxa de juros de exercícios anteriores, que vinham sendo postergadas¹⁵. Após a realização desse ajuste, o nível de despesa nessa rubrica retornou, em 2016, a patamar próximo ao observado em 2014.

Para se ter uma ideia da magnitude da política de benefícios creditícios e financeiros e de seu avanço sobre a economia brasileira, verifica-se o percentual da despesa com essa política em relação ao PIB (gráfico 4). Observa-se que, entre 2003 e 2009, o total de benefícios financeiros e creditícios caiu de 1,0% para 0,7% do PIB. No entanto, desde então, passou a apresentar tendência de crescimento, alcançando uma despesa de 1,8% do PIB em 2016, ou seja, quase triplicou no período entre 2009 e 2016.

¹⁵ Especificamente para o PSI, dos R\$ 30,03 bi de subsídios com o programa em 2015, a valores correntes, R\$ 20,23 bi foram de pagamento de passivo existente ao final de 2014. Ademais, houve alteração de procedimento de cálculo de equalização de taxas de juros, eliminando a carência de 24 meses para pagamento por parte do Tesouro Nacional.

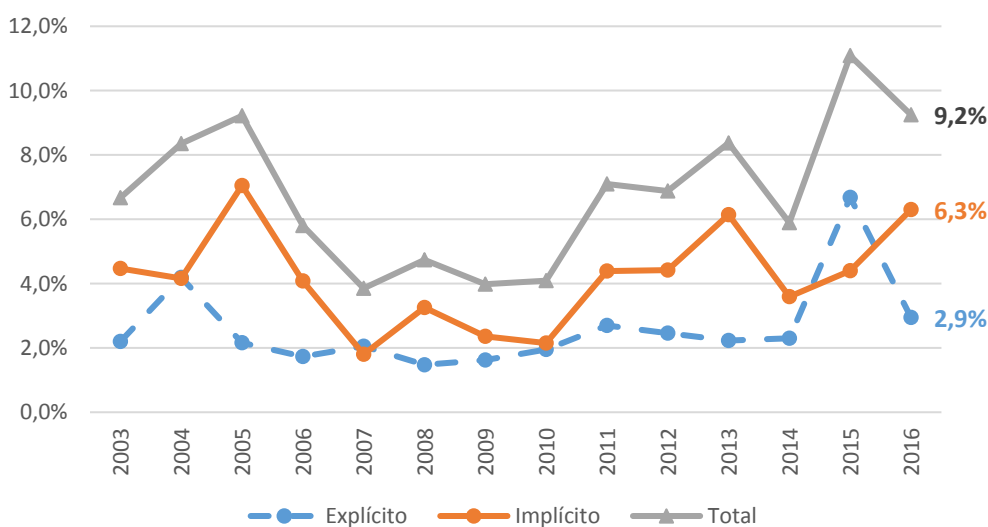
Gráfico 4 – Benefícios Financeiros e Creditícios em relação ao PIB (em %)



Elaboração própria.

A evolução dos subsídios como proporção da Despesa Primária (gráfico 5) mostra padrão semelhante de evolução dos subsídios como proporção do PIB (gráfico 4). O percentual de subsídios em relação ao total da despesa primária caiu de 6,7% para 4,1% no período findo em 2010 e, desde então, apresentou inversão de trajetória, passando a crescer e atingindo 9,2% em 2016.

Gráfico 5 – Subsídios (Benefícios Financeiros e Creditícios) em relação à Despesa Primária do Governo Central (em %)



Elaboração própria.

A tabela 3 mostra a evolução dos benefícios financeiros e creditícios que tiveram maior montante em 2016, apresentando-os também nos anos de 2006 e 2011. O total dos benefícios financeiros (subsídios explícitos) passou de R\$ 12,7 bi, em 2006, para R\$ 35,9 bi, em 2011, principalmente devido à instituição do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) e do maior dispêndio com o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). Este crescimento também foi observado nos dados como proporção do PIB e da despesa primária, 0,2 ponto percentual (p.p.). e 1,0 p.p., respectivamente.

Tabela 3 – Principais Benefícios Financeiros e Creditícios
(em bilhões de R\$, em % da despesa e em % PIB)

Fundos e Programas	2006			2011			2016		
	R\$ bilhões de 2016	% Despesa (1)	% PIB	R\$ bilhões de 2016	% Despesa (1)	% PIB	R\$ bilhões de 2016	% Despesa (1)	% PIB
Subsídios Totais	42,6	5,8%	1,0%	73,2	7,1%	1,2%	114,9	9,2%	1,8%
Subsídios Explícitos (Benefícios Financeiros)	12,7	1,7%	0,3%	27,9	2,7%	0,5%	36,6	2,9%	0,6%
Programa de Sustentação do Investimento - PSI	0	0,0%	0,0%	0,6	0,1%	0,0%	10,2	0,8%	0,2%
Minha Casa Minha Vida - MCMV	0	0,0%	0,0%	10,9	1,1%	0,2%	8,0	0,6%	0,1%
PRONAF (Equalização)	2,0	0,3%	0,0%	3,1	0,3%	0,1%	5,2	0,4%	0,1%
Fundo Compensação Variações Salariais - FCVS	1,9	0,3%	0,0%	7,8	0,8%	0,1%	3,6	0,3%	0,1%
Operações de Investimento Rural e Agroindustrial	0,9	0,1%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	3,0	0,2%	0,0%
Subvenção Cons. Energia Elétrica - Baixa Renda	2,5	0,3%	0,1%	1,8	0,2%	0,0%	2,3	0,2%	0,0%
Custeio Agropecuário	0,6	0,1%	0,0%	1,3	0,1%	0,0%	1,8	0,1%	0,0%
Demais	4,8	0,7%	0,1%	2,4	0,2%	0,0%	2,5	0,2%	0,0%
Subsídios Implícitos (Benefícios Creditícios)	29,9	4,1%	0,7%	45,4	4,4%	0,7%	78,3	6,3%	1,2%
Empréstimos da União ao BNDES	0	0,0%	0,0%	14,9	1,4%	0,2%	29,1	2,3%	0,5%
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	16,9	2,3%	0,4%	13,2	1,3%	0,2%	15,9	1,3%	0,3%
Fundos Constitucionais de Financiamento - FNE, FNO e FCO	7,7	1,1%	0,2%	10,8	1,0%	0,2%	15,0	1,2%	0,2%
Fundo Financiamento Estudantil - FIES	0,3	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	11,4	0,9%	0,2%
Fundo da Marinha Mercante - FMM	1,0	0,1%	0,0%	2,6	0,2%	0,0%	2,9	0,2%	0,0%
Prog.Reestrut. e Fortalec.Sist.Financ.- PROER	2,5	0,3%	0,1%	-0,4	0,0%	0,0%	1,2	0,1%	0,0%
Demais	1,4	0,2%	0,0%	4,3	0,4%	0,1%	2,8	0,2%	0,0%

(1) Despesa Primária do Governo Central - RTN; tab 4.1

Fonte: MF/SEAE

Já, em 2016, o benefício financeiro (subsídio explícito), apesar do crescimento em valor real ante 2011 (2% de alta), perdeu participação no total dos subsídios pelo lado da despesa, tendo em vista a forte elevação observada nos creditícios. Essa queda no peso dos benefícios financeiros ocorreu, sobretudo, devido ao menor crescimento do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), relativamente ao aumento observado no subsídio implícito com empréstimos ao BNDES e com o Fies.

Quatro programas totalizaram 74% da despesa (R\$ 36,6 bilhões, ou 0,6% do PIB em 2016) com benefícios financeiros: PSI, MCMV, PRONAF e FCVS. O PSI, que

representou 28% do valor despendido em 2016, foi criado ao final de 2009¹⁶ e apresentou modesta despesa em 2011 (R\$ 0,6 bilhão, a preços de 2016). Desde então, cresceu rapidamente, registrando benefício de R\$ 32,9 bilhões (o equivalente a 0,5% do PIB) em 2015. O aumento significativo do PSI neste ano foi decorrente do pagamento de restos a pagar, como será visto na parte III.I.II deste relatório.

Logo, em seguida, há o MCMV, que representou 22% dos benefícios financeiros despendidos em 2016. O programa, que não existia em 2006, apresentou despesa crescente até 2015, recuando em 2016, quando totalizou R\$ 8 bilhões (ou 0,1% do PIB). O PRONAF, via equalização de taxas de juros e preços, também está entre os principais programas de subsídio explícito (14% em 2016), com despesas crescentes no período analisado, atingindo R\$ 5,2 bilhões em 2016. Por sua vez, o FCVS (representando 10% dos subsídios explícitos em 2016) vem oscilando desde 2003, sem nenhum padrão claro de evolução¹⁷.

Os quatro benefícios creditícios (subsídios implícitos) que apresentaram maior participação no total desses benefícios em 2016 (R\$ 78,3 bilhões ou 1,2% do PIB) foram: Empréstimos da União ao BNDES, FAT, Fundos Constitucionais de Financiamento e Fies, que corresponderam a 91% desse total. O principal deles - empréstimos concedidos pela União ao BNDES por meio do Tesouro Nacional - não existia em 2006, atingiu R\$ 15 bilhões em 2011, e R\$ 29,1 bilhões em 2016 (ou 0,5% do PIB), quando representou 37% dos subsídios implícitos¹⁸.

Na sequência, aparece o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), representando 20% dos benefícios creditícios em 2016 (ou R\$ 15,9 bilhões), seguido de perto dos Fundos Constitucionais de Financiamento (FNE, FNO e FCO). Estes últimos

¹⁶ O PSI foi criado pela Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009 de forma a conceder subvenção econômica ao BNDES, por meio de equalização de taxas de juros em operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica. O programa abrange operações financiadas até o final de 2015, as quais podem ser refinanciadas até o fim de 2016.

¹⁷ Tal aspecto decorre de a despesa ser resultante da formalização de contratos de novação com credores do fundo, o que, para efetivação, depende de validação processual. No período de 2012 a 2014, em razão da necessidade de ajustes no sistema do FCVS, por recomendação da Controladoria-Geral da União, ocorreu a suspensão do processo de novação das dívidas do fundo, gerando a queda acentuada do subsídio.

¹⁸ Sobre os subsídios aos Empréstimos ao BNDES, a STN divulga periodicamente informações, com disponibilização em <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/subsidiarios-do-tesouro-nacional-ao-bndes>.

praticamente dobraram, passando de R\$ 7,7 bilhões para R\$ 15 bilhões, entre 2006 e 2016¹⁹.

Outro programa com forte elevação na concessão de benefícios creditícios foi o Fies, cujos subsídios implícitos aumentaram de R\$ 0,3 bilhão em 2006 para R\$ 11,4 bilhões em 2016, reflexo não apenas do forte crescimento do programa, como das condições financeiras favoráveis dos empréstimos ofertados no período.²⁰

III.1.11 - Subsídios Explícitos Ajustados

Em 2015, para atender à determinação do Tribunal de Contas da União (TCU)²¹, o governo liquidou uma série de passivos não registrados na DLSP, por postergação de pagamento ou por falhas operacionais. A maioria desses passivos são relativos a benefícios financeiros (subsídios explícitos), que resultaram em pagamentos ao Banco do Brasil (BB), ao BNDES e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Em virtude dessa determinação do TCU, considera-se, nesta parte do relatório, o comportamento dos subsídios explícitos (benefícios financeiros) ajustados se, em vez de considerar o regime de caixa (valor pago), fossem expurgados comportamentos decorrentes de postergação de pagamento. Dito de outra forma, considerando quando esses subsídios efetivamente ocorreram, e não necessariamente quando houve o pagamento por parte do governo (desembolso financeiro).

O governo intensificou a prática de não contabilização de uma série de passivos na DLSP a partir de 2013, de acordo com o TCU. Entre as operações que não foram registradas adequadamente, destacam-se os pagamentos em atraso:

- i) ao BNDES, por subsídios relacionados ao PSI;
- ii) ao BB, de modo a compensar subsídios relativos a linhas de crédito agrícola e rural;

¹⁹ Historicamente, constata-se que a evolução do patrimônio total dos fundos não acompanha a mesma magnitude do volume recebido por transferências do Tesouro Nacional, a cada ano. Além disso, resultados contábeis negativos no exercício de 2014 no âmbito do FCO e do FNE, e resultado negativo no exercício de 2015 para o FNO, contribuíram para a elevação dos subsídios a esses fundos.

²⁰ A taxa de juros nominal chegou a ser de 3,4% a.a.

²¹ A Corte de Contas se pronunciou por meio do Acórdão nº 825, de 14 de abril de 2015, ratificado pelo Acórdão nº 3.297, de 9 de dezembro de 2015.

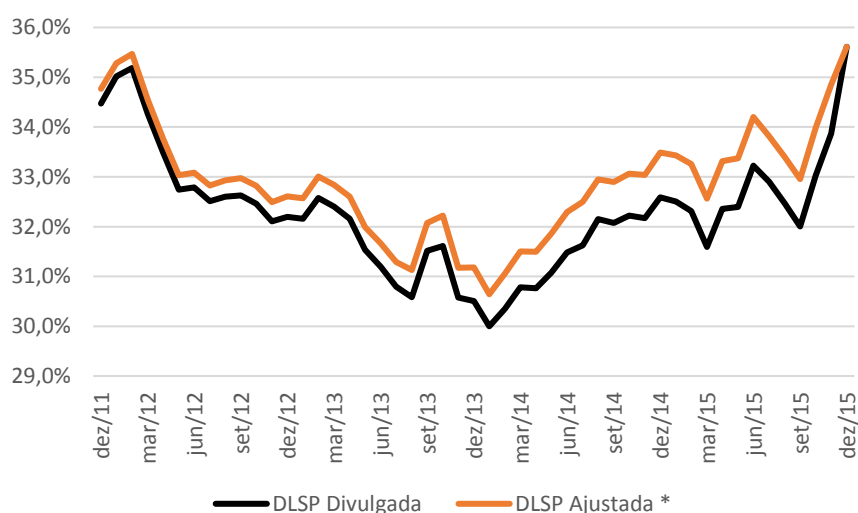
- iii) à Caixa Econômica Federal (CEF) e ao FGTS, relativos a despesas do programa habitacional “Minha Casa, Minha Vida”; a atrasos em contribuições sociais; e a atrasos na compensação de benefícios sociais pagos pela CEF como agente do governo (por exemplo, Bolsa Família, Abono Salarial e Seguro Desemprego).

Consoante o TCU, esses atrasos funcionaram na prática como fonte de financiamento das atividades governamentais pelos bancos públicos. Aquela Corte de Contas entendeu, ainda, que essas operações não seguiram os princípios basilares da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como não foram devidamente registradas nas estatísticas oficiais de governo.

De modo a aumentar a transparência *ex post*, o Banco Central publicou série histórica de 2002 em diante sobre o acúmulo e liquidação dos passivos em atraso, que, no entanto, não foram incorporadas na trajetória da DLSP²².

Dessa forma, o gráfico 6 apresenta duas trajetórias da DLSP, sendo a primeira construída a partir de dados oficialmente divulgados pela autoridade monetária (DLSP Divulgada) e, a segunda, contendo o estoque da dívida caso tivesse incluído tempestivamente os passivos listados no Acórdão TCU nº 3.297/2015 (DLSP Ajustada).

Gráfico 6 – Dívida Líquida do Setor Público (% PIB)



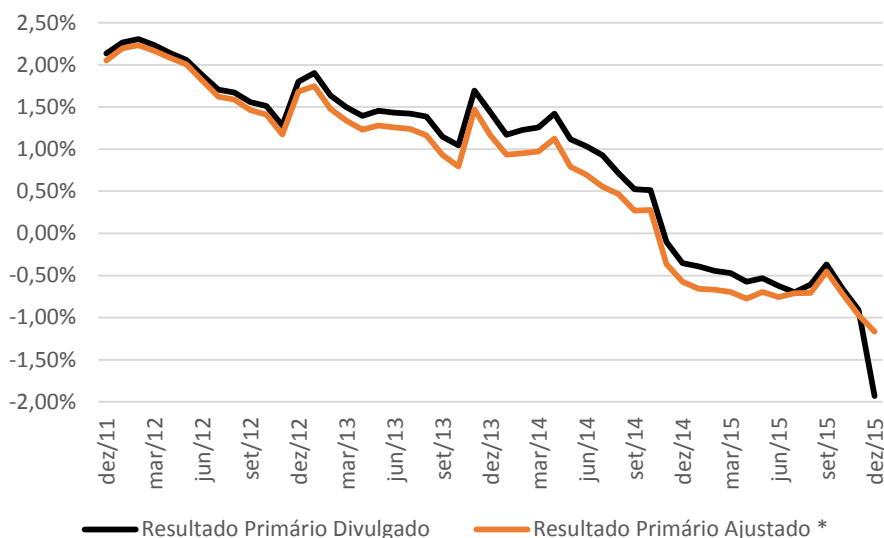
* Cálculo indicativo do estoque da Dívida Líquida do Setor Público com a inclusão dos passivos listados no Acórdão TCU nº 3.297/2015. Fonte: Banco Central. Elaboração própria.

²² O Banco Central inseriu na Nota para Imprensa – Política Fiscal (janeiro de 2016) os quadros 43 a 45 que evidenciam, de forma individualizada, a evolução mensal dos estoques dos passivos em atraso, bem como os impactos mensais que esses montantes teriam tido no estoque da DLSP e nos resultados fiscais (primário e nominal).

A diferença entre as duas trajetórias apresentadas no gráfico 6 representa o efeito na DLSP da não contabilização dos passivos em atraso. Assim, pode-se perceber o descolamento das duas trajetórias a partir de 2013, com impacto mais significativo em 2014 e 2015, quando essa diferença ficou em torno de 1 ponto percentual do PIB até que os pagamentos dos atrasados ocorressem em dezembro de 2015.

De maneira semelhante, o gráfico 7 apresenta o Resultado Primário Divulgado e Ajustado, acumulado em 12 meses do Governo Federal, conforme as duas óticas reportadas anteriormente (dados oficiais em oposição aos dados ajustados, se os passivos listados pelo TCU tivessem sido registrados em momento contabilmente adequado). Novamente, nota-se um início de divergência das duas trajetórias a partir de 2013, com significativo descolamento das séries a partir de 2014 e 2015, que culminou no expressivo pagamento de dezembro de 2015.

Gráfico 7 – Resultado Primário do Governo Federal em 12 meses (% PIB)



* Cálculo indicativo do Resultado Primário do Governo Federal com inclusão dos passivos listados no Acórdão TCU nº 3.297/2015. Fonte: Banco Central. Elaboração própria.

Por fim, a tabela 4 retrata a posição dos passivos não contabilizados, em dezembro de cada ano. De modo particular, em 2015, a tabela apresenta dados de novembro e dezembro, para demonstrar os significativos pagamentos de obrigações em dezembro desse ano, o que permitiu uma redução de R\$ 47,4 bilhões no estoque desses passivos não contabilizados na DLSP, no final do ano.

Em linhas gerais, destaca-se a crescente não contabilização de passivos, com máxima histórica sendo atingida em novembro de 2015 (R\$ 58,7 bilhões), em grande parte devido aos subsídios no âmbito do PSI e de equalização agrícola.

Tabela 4 – Estoque de passivos em cada ano (R\$ milhões)

	SUBSÍDIOS				DEMAIS PASSIVOS				Total
	Equalização Agrícola - BB	Minha Casa Minha Vida	PSI - BNDES	Finame - BNDES	Bolsa Família, Abono e Seguro desemprego	Contribuições Sociais - FGTS	Tarifas e Créditos - BB e CEF	Demais	
Dez/2009	1.816	46	63	314	0	0	1.239	564	4.042
Dez/2010	3.493	582	1.419	344	105	0	1.885	606	8.435
Dez/2011	3.519	2.515	3.814	408	0	0	2.077	650	12.984
Dez/2012	3.228	4.114	6.149	351	497	2.534	2.172	692	19.737
Dez/2013	6.333	5.715	10.672	338	2.973	6.629	2.624	787	36.071
Dez/2014	10.915	7.890	17.320	201	0	10.724	4.113	1.072	52.236
Nov/2015	12.476	8.801	20.915	420	0	10.937	4.251	883	58.684
Dez/2015	3.385	0	3.852	439	0	0	2.745	890	11.311

Fonte: Banco Central. Elaboração própria.

Deste modo, apresenta-se, na tabela 5, a série ajustada dos benefícios financeiros (subsídios explícitos), a preços de 2016, adicionando-se o ajuste (subsídios não contabilizados) à série de subsídios explícitos.

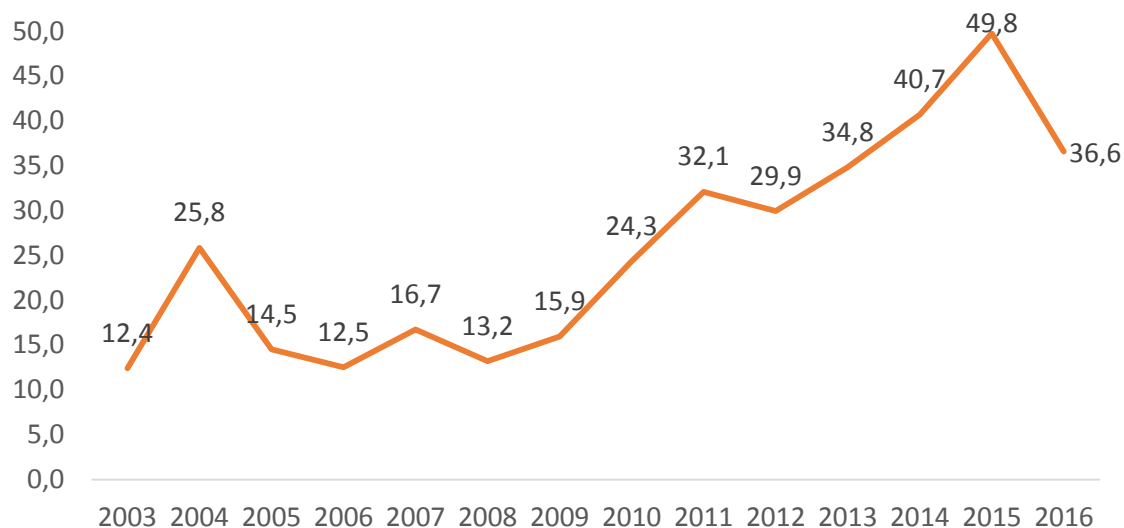
Tabela 5 – Subsídios Explícitos e Subsídios Explícitos Ajustados (R\$ milhões de 2016)

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Subsídios Explícitos	12.329	25.887	14.525	12.678	16.504	12.312	14.823	20.696	27.873	26.776	25.917	28.384	84.213	36.577
Ajuste	81	-59	-4	-151	243	877	1.108	3.634	4.212	3.157	8.921	12.303	-34.460	
Subsídios Explícitos Ajustados	12.411	25.828	14.521	12.528	16.747	13.189	15.931	24.330	32.085	29.934	34.838	40.686	49.752	36.577

Elaboração própria.

Conforme esperado, a série ajustada suaviza o comportamento dos subsídios explícitos (benefícios financeiros) no período, e mostra mais claramente a tendência de elevação contínua desses subsídios até 2015 (gráfico 8).

Gráfico 8 – Subsídios Explícitos Ajustados (R\$ bilhões de 2016)



Elaboração própria.

III.II - Gastos Tributários

Os gastos tributários constituem modalidade complementar de financiamento de políticas públicas, implementada por meio de excepcionalidades ao arcabouço normativo que compõe o sistema tributário nacional. Pressupõem renúncia de receitas e, por conseguinte, redução tanto do fluxo de ingressos quanto de despesas diretas que seriam a eles associados. Esse tipo de subsídio, como já destacado, não entra na discussão anual da alocação orçamentária no OGU.

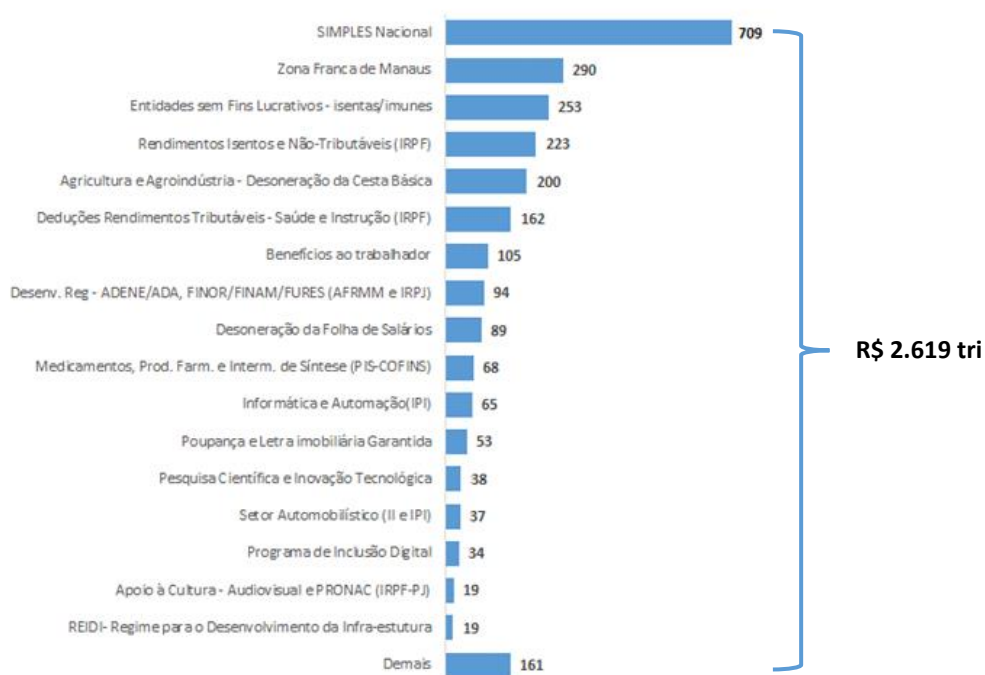
É importante ressaltar que os benefícios financeiros (subsídios explícitos) constam da peça orçamentária principal do OGU. Todavia, os gastos tributários, bem como os benefícios creditícios (subsídios implícitos) da União, compõem anexos integrados ao OGU, significando dizer que essas informações são encaminhadas a *posteriori*, e compõem os diversos anexos do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), sob a forma de “Informações complementares ao PLOA”.

Por conseguinte, os gastos relativos a esses instrumentos de financiamento de políticas públicas não são escrutinizados anualmente pelos parlamentares federais na discussão sobre a alocação orçamentária do OGU.

No que concerne à evolução dos gastos tributários²³ da União, no período 2003 a 2016, o gráfico 9 apresenta dados acumulados, em valores constantes de 2016, que totalizaram R\$ 2,6 trilhões.

Observa-se que o regime tributário do Simples Nacional foi responsável pelo maior volume, totalizando R\$ 709 bilhões nesse período. A Zona Franca de Manaus também registrou significativa participação, com R\$ 290 bilhões de subsídios. Destacam-se, ainda, os seguintes gastos tributários: Entidades sem Fins Lucrativos - isentas/imunes - R\$ 253 bilhões; Rendimentos Isentos e Não-Tributáveis (IRPF) - R\$ 223 bilhões; Agricultura e Agroindústria-Desoneração da Cesta Básica - R\$ 200 bilhões; Deduções Rendimentos Tributáveis - Saúde e Instrução (IRPF) - R\$ 162 bilhões.

Gráfico 9 - Gastos Tributários - Acumulado 2003-2016 (R\$ bilhões de 2016)



Elaboração própria.

²³ As estimativas e os valores efetivos dos gastos tributários da União, utilizados no presente relatório, são divulgados pela RFB e são consolidados nos Demonstrativos dos Gastos Tributários que acompanham o PLOA.

No que tange à evolução real dos gastos tributários²⁴ da União, no período entre 2003 e 2016, constata-se um aumento expressivo, de R\$ 74,5 bilhões, em 2003, para R\$ 270,9 bilhões, em 2016 (tabela 6), com destaque para o crescimento desses gastos até 2014. Como se observa, houve um contínuo e crescente financiamento de políticas públicas por meio de renúncias de receitas, direcionadas a regiões/empresas/setores específicos da sociedade.

Tabela 6– Evolução dos Principais Gastos Tributários da União (R\$ bilhões de 2016)

Especificação	2003	2006	2009	2011	2014	2016	Varição 2003-2016
SIMPLES Nacional	19,0	27,3	48,1	57,7	80,3	77,3	58,2
Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental, ALC e Lojas Francas (II e IPI)	7,9	20,4	20,8	26,8	28,7	22,2	14,3
Rendimentos Isentos e Não-Tributáveis (IRPF)	13,0	7,2	17,8	19,8	23,9	24,7	11,7
Entidades sem Fins Lucrativos - isentas/imunes	6,3	9,3	18,9	20,6	24,6	22,9	16,6
Agricultura e Agroindústria - Desoneração da Cesta Básica	3,8	8,1	15,5	16,2	23,3	22,5	18,7
Deduções Rendimentos Tributáveis - Saúde e Instrução (IRPF)	6,7	5,7	14,5	15,0	16,9	15,9	9,2
Desoneração da Folha de Salários	0,0	0,0	0,0	0,0	26,2	14,6	14,6
Benefícios ao trabalhador	0,3	8,3	7,8	8,9	11,4	10,6	10,2
Poupança e Letra imobiliária Garantida	0,0	1,2	4,7	6,1	7,6	7,9	7,9
Medicamentos, Produtos Farmacêuticos e Intermediários de Síntese(PIS-COFINS)	1,8	7,2	5,5	5,0	6,0	7,4	5,6
Desenvolvimento Regional - ADENE/ADA, FINOR/FINAM/FURES (AFRMM e IRPJ)	5,0	7,6	6,5	8,8	7,2	6,1	1,2
Programa de Inclusão Digital	0,0	1,1	2,0	2,7	7,0	0,0	0,0
Informática e Automação(IPI)	3,3	3,7	4,9	5,3	6,2	5,1	1,8
Sector Automobilístico (II e IPI)	1,6	1,4	2,7	2,4	4,5	3,4	1,8
Pesquisa Científica e Inovação Tecnológica	0,0	1,4	3,4	3,2	3,6	3,3	3,3
REIDI- Regime para o Desenvolvimento da Infra-estrutura	0,0	0,0	1,0	1,9	2,8	2,6	2,6
Olimpiada	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	2,5	2,5
Operações de Crédito com fins Habitacionais e de Fundos Constitucionais (IOF)	0,3	0,3	0,8	2,7	2,4	2,1	1,8
Aeronaves, Embarcações e Construção Naval (II, IPI, PIS-COFINS e AFRMM)	0,5	1,2	1,4	1,3	2,1	2,0	1,6
MEI - Microempreendedor Individual	0,0	0,0	0,0	0,3	1,2	1,7	1,7
Transporte Coletivo	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7	1,6	1,6
Apoio à Cultura - Audiovisual e PRONAC (IRPF-PJ)	0,8	1,7	1,3	1,7	1,6	1,5	0,8
Álcool	0,0	0,0	0,0	0,0	1,6	1,5	1,5
Programa Universidade para Todos - PROUNI (IRPJ, CSLL, PIS-COFINS)	0,0	0,4	0,8	0,8	1,3	1,2	1,2
Termoeletricidade (PIS-COFINS)	0,0	0,1	0,1	0,1	0,7	1,1	1,1
REPNBL - Redes	0,0	0,0	0,0	0,0	1,2	1,1	1,1
Petroquímica (PIS-COFINS)	0,3	0,6	0,4	0,6	1,5	0,9	0,5
Demais	3,8	4,6	3,9	6,3	9,6	7,2	3,4
Gastos Tributários da União (GT) - Total	74,5	118,8	182,8	214,4	305,0	270,9	196,4
GT/PIB	2,0%	2,7%	3,5%	3,5%	4,5%	4,3%	2,3%
GT/RA	14,2%	18,2%	25,4%	24,2%	34,8%	33,0%	18,8%
GT/DP	13,3%	16,2%	20,0%	20,8%	24,7%	21,7%	8,4%

Fonte: MF/RFB e MF/STN Elaboração: MF/SEAE

Em termos da participação no PIB, os gastos tributários ampliaram significativamente sua representatividade como instrumento relevante para o

²⁴ As estimativas e valores efetivos dos gastos tributários da União, utilizadas no presente relatório, são divulgados pela RFB. As estimativas dos gastos tributários são consolidadas nos Demonstrativos dos Gastos Tributários que acompanharam os Projetos de Lei Orçamentária Anual. Os Demonstrativos dos Gastos Tributários, em bases efetivas apresentam a estimativa de renúncia, calculada com base em dados efetivos, para períodos anteriores (série de 5 anos).

financiamento de políticas públicas, de 2,0%, em 2003, para 4,3% em 2016²⁵. Com referência aos parâmetros fiscais, os gastos tributários da União atingiram, em 2016, cerca de um terço das receitas administradas pela RFB (33,0%) e, aproximadamente, um quinto das despesas primárias da União (21,7%).

Nesse rol, destacam-se, em 2003, os gastos tributários atinentes à: SIMPLES Nacional (R\$ 19,0 bilhões), Rendimentos Isentos e Não-Tributáveis-IRPF (R\$ 13,0 bilhões), Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental, ALC e Lojas Francas (R\$ 7,9 bilhões), Deduções com rendimentos isentos e não tributáveis – saúde e instrução (R\$ 6,7 bilhões), Desenvolvimento Regional - ADENE/ADA, FINOR/FINAM/FURES - AFRMM e IRPJ (R\$ 5 bilhões) e Informática e Automação-IPI (R\$ 3,3 bilhões). Estes gastos, somados, foram equivalentes a 73,6% do total.

Em linhas gerais, com exceção da leve queda observada entre 2014 e 2016, ao longo de todo o período analisado, houve expansão do financiamento de políticas públicas por meio de gastos tributários.

Nesse sentido, são ilustrativas as diretrizes de política tributária atinentes à criação/expansão dos seguintes programas no biênio 2003-2004, no âmbito do Desporto²⁶, Reporto, do Programa Universidade para Todos - PROUNI²⁷, Seguro de Vida e Congêneres²⁸, Agricultura e Agroindústria²⁹, Livros Técnicos e Científicos³⁰, Programa de Inclusão Digital³¹, Biodiesel³², Ativo Imobilizado, máquinas e equipamentos novos³³.

²⁵ É importante notar que os gastos tributários atinentes à contribuição para a Previdência Social só passaram a compor as estatísticas divulgadas pela RFB a partir de 2014. Assim, os valores estimados para os anos precedentes, para efeito de composição das informações complementares ao PLOA, foram agregados à base de dados dos gastos tributários divulgados pela RFB.

²⁶ Contemplou tributação diferenciada do Imposto de Importação, Imposto sobre Produtos Industrializados-IPI-operações internas e IPI-vinculado à importação

²⁷ Instituído pela Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004 e convertida na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que prevê isenção de tributos (IRPJ, CSLL, COFINS e PIS-PASEP) para as instituições que aderirem ao programa.

²⁸ Que pressupõe redução da alíquota de IOF nestas operações de seguro

²⁹ Mediante redução a zero das alíquotas do PIS-PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita bruta da agroindústria e sobre produtos agrícolas especificados em lei.

³⁰ Redução a zero das alíquotas do PIS-PASEP e COFINS sobre livros.

³¹ Redução a zero das alíquotas do PIS-PASEP e COFINS incidentes sobre a receita bruta derivada da comercialização de unidades de processamento digital

³² Opção, pelo importador, por regime especial de tributação do PIS-PASEP e COFINS

³³ Utilização de crédito da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), à razão de vinte e cinco por cento, por pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, sobre a depreciação dos produtos especificados na legislação.

Posteriormente, foram contempladas ações de políticas públicas via gastos tributários em quase todos os setores da economia brasileira, destacando-se a denominada Lei do Bem – Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 – que instituiu o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES; as desonerações no âmbito da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP)³⁴, implementada em 2008³⁵; e do Programa de Aceleração do Crescimento Econômico (PAC)³⁶, divulgado em 28 de janeiro de 2007.

Além destas, no biênio 2008-2009 foram implementadas diversas desonerações no âmbito do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI), a exemplo da redução do IPI para o setor automotivo e para bens de consumo durável, material de

³⁴ Medidas Tributárias de Estímulo ao Investimento, à Produção e à Inovação: (a) Prorrogação a partir de janeiro de 2009 do crédito de 25% do valor anual da depreciação contra a CSLL; (b) Redução do prazo de apropriação de créditos de PIS e Cofins na aquisição de bens de capital de 24 para 12 Meses; (c) Eliminação do IOF de 0,38% nas operações de crédito do BNDES, Finame e Finep; (d) Redução de alíquotas do IPI nos setores químico, de plástico, papel, vidro, alumínio, produtos de metal, instrumentos mecânicos e outros; (e) Depreciação imediata de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos novos destinados às atividades de P&D para efeito de cálculo do IRPJ; Permissão para empresas de informática e automação deduzirem, para efeito de apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, o valor correspondente a até 160% dos dispêndios em P&D; (f) Ampliação do prazo de pagamento do IPI, PIS/PASEP, COFINS e contribuições previdenciárias; (ii) Medidas setoriais: (a) Depreciação de máquinas e equipamentos em 20% do tempo normal para empresas fabricantes de automóveis e autopeças; (b) Depreciação de máquinas e equipamentos em 20% do tempo normal para bens de capital; (c) Inclusão do setor ferroviário no Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto) que prevê a suspensão de II, IPI, PIS e COFINS; (d) Suspensão da cobrança de IPI, PIS e COFINS incidentes sobre peças e materiais destinados à construção de embarcações novas por estaleiros nacionais no Registro Especial Brasileiro para Embarcações (REB); e (e) Desoneração da folha de pagamentos para o setor de Software e Tecnologia de Informação; (iii) Medidas de estímulo as Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPES): (a) Aperfeiçoamentos da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (MPES), mediante: inclusão de novas atividades no Simples, criação do Microempreendedor Individual (MEI) para faturamento de até R\$ 36 mil; Ampliação dos limites da Declaração Simplificada de Exportação (DSE) e do Câmbio e Simplificado (US\$ de 20 mil para US\$ 50 mil) e elevação do valor das operações no SISCOMEX, beneficiadas por procedimentos aduaneiros simplificados (de US\$ 150 mil para US\$ 300 mil), entre outras medidas; e (iv) Medidas de Estímulo ao desenvolvimento regional: (a) Regulamentação da redução do II, IPI, IR IOF e do AFRMM para máquinas, equipamentos, veículos automotores, acessórios, e peças de reposição, matérias-primas; partes, peças, dentre outros incentivos fiscais voltados para o desenvolvimento regional; (b) Redução de 75% do imposto sobre a renda no lucro em projetos de instalação, diversificação e modernização de empreendimentos em setores prioritários para o desenvolvimento regional na Sudam e Sudene, na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

³⁵ A Medida Provisória nº 428, de 12 de maio de 2008, convertida na Lei nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, postula a maioria das diretrizes fiscais que conformam a Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP.

³⁶ No rol de medidas de medidas de desoneração dos impostos, foram contempladas medidas de redução de impostos no valor estimado de R\$ 6,6 bilhões em 2007. Tais medidas foram assim definidas: redução de até 25 anos para 24 meses prazo para apropriação dos créditos de PIS e Cofins sobre edificações incorporadas ao ativo imobilizado, igualando ao tratamento dado para máquinas e equipamentos; suspensão da cobrança de PIS e Cofins na compra de insumos e serviços utilizados pela construção civil em novos projetos de infraestrutura de longo prazo (transportes, portos, energia e saneamento básico); isenção do Imposto de Renda às aplicações feitas no novo fundo de investimento em infraestrutura após cinco anos da aquisição da cota; entre outras.

construção, bens da capital, motocicletas, móveis e itens selecionados do setor de alimentos.

Vale destacar também a política de desoneração da folha salarial³⁷, implementada a partir de 2011, em caráter experimental, para promover a formalização laboral e aumentar a competitividade, mas que foi ampliada, em 2014, quando os gastos tributários com essa política, em termos reais, alcançaram R\$ 26,2 bilhões. Esse programa já passou por uma revisão em 2015 e, este ano, o governo propôs ao Congresso Nacional a sua revogação, dado que o custo para a União de cada emprego gerado foi pelo menos três vezes maior que o salário médio dos novos contratados.

Por fim, em termos de variação no período 2003 a 2016, destaca-se a evolução dos gastos tributários no âmbito do Simples Nacional (+R\$ 58,2 bilhões), Agricultura e Desoneração da Cesta Básica (+R\$ 18,7 bilhões), e Entidades sem Fins Lucrativos – isentas/imunes (+R\$ 16,6 bilhões). Menciona-se, no período, a ampliação do limite de faturamento das empresas para adesão ao Simples e a ampliação da política de desoneração da cesta básica (inclusão de novos produtos e redução de alíquotas).

IV - Subsídios da União: Distribuição Setorial e Regional

Nesta seção, avalia-se a evolução dos subsídios associada a sua distribuição por setor de atividade econômica (setorial) e por Grandes Regiões (regional). Os critérios utilizados para fazer esta desagregação tanto por setor quanto por região estão descritos no Anexo.

³⁷ Instituída pela Medida Provisória nº 540, de 2 de agosto de 2011, convertida na Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011. Essa política contempla a redução a zero da Contribuição Previdenciária Patronal e, paralelamente, a instituição de Contribuição Substitutiva, incidente sobre o faturamento dos beneficiários, com o objetivo de assegurar a moderação dos efeitos fiscais da medida. Inicialmente, foram contemplados três setores: couro e calçados, confecções e Tecnologia da Informação-TI e Tecnologia da Informação e Comunicação-TIC. No período subsequente, ampliou-se consideravelmente o escopo da medida, contemplando incentivos à competitividade e à exportação como fundamentos e, por conseguinte, o público-alvo.

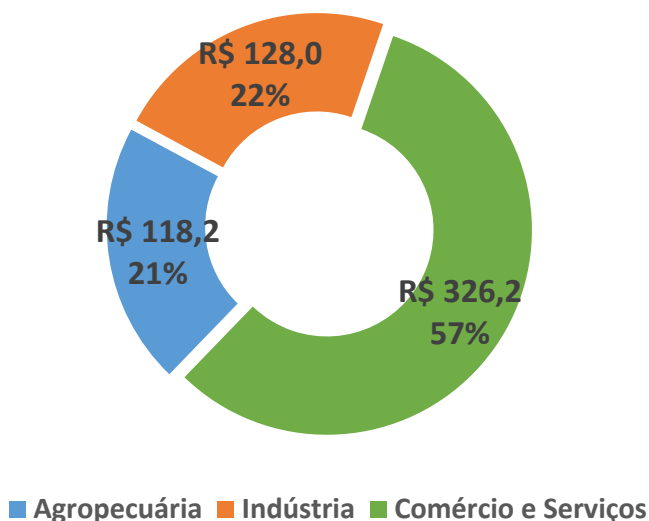
IV.1 - Benefícios Financeiros e Creditícios da União

Nesta subseção, avalia-se a evolução dos subsídios pela ótica da despesa pública, explícitos e implícitos, por distribuição setorial e regional.

IV.1.1 - Distribuição Setorial dos Benefícios Financeiros e Creditícios

Inicialmente, avalia-se a evolução dos subsídios concedidos por meio de benefícios financeiros (explícitos) e creditícios (implícitos) por setor de atividade econômica: comércio e serviços, agropecuária e indústria. Segundo o gráfico 10, o setor com maior participação nos subsídios, nos dados agregados de 2011 a 2016, foi o de comércio e serviços, seguido pela indústria e, depois, pela agropecuária. Ao fazer uma comparação dessas participações com as respectivas proporções desses setores no PIB, depreende-se que a agricultura tem uma participação no total de subsídios maior do que a que possui no PIB brasileiro³⁸.

Gráfico 10 – Subsídios de 2011 a 2016
(R\$ bilhões de 2016 e participação %)

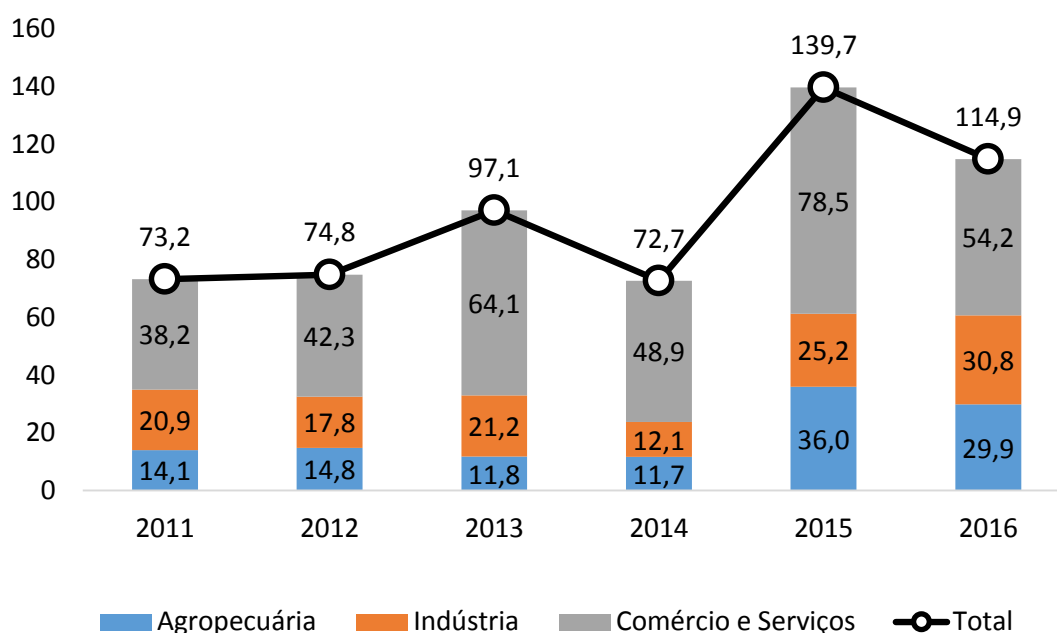


Elaboração: MF/SEAE

³⁸ Nas Contas Nacionais de 2014, o setor da agricultura tem participação de 5,0%, o de comércio e serviços de 71,2% e o da indústria de 23,8%.

No gráfico 11, observa-se que todos os setores apresentaram crescimento nos valores dos subsídios, em termos reais, de 2011 para 2016. Destaca-se o aumento dos subsídios para o setor agropecuário, com alta real de 112%, alcançando R\$ 29,9 bilhões em 2016. Seguido pela elevação real observada, no setor industrial, variação de 47%, e no setor de comércio e serviços, 42%.

Gráfico 11 – Subsídios, por Setor de Atividade
(em R\$ bilhões de 2016)

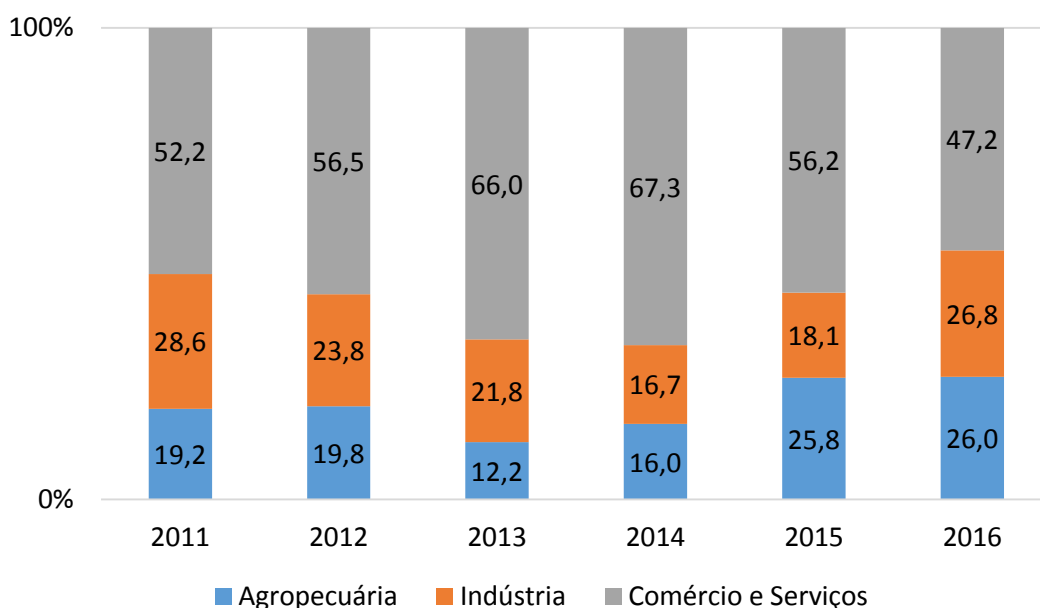


Elaboração própria.

O gráfico 12 mostra a evolução em termos de participação relativa de cada setor. Observa-se que o setor agropecuário foi o que mais se beneficiou do aumento real dos benefícios financeiros e creditícios, ao passar de 19,2% em 2011 para 26,0% em 2016. Por sua vez, tanto o percentual associado ao setor da indústria como o do setor de comércio e serviços tiveram redução. A participação da indústria diminuiu 1,8 ponto percentual de 2011 para 2016, enquanto o setor de comércio e serviços apresentou redução maior na participação (cinco pontos percentuais).

Nota-se, contudo, que a evolução da participação por setor não teve uma tendência definida ao longo do período, merecendo uma análise mais desagregada para entender os movimentos.

Gráfico 12 – Percentual dos Subsídios por Setor de Atividade
(% em relação ao total)



Elaboração própria.

A tabela 7 mostra a evolução dos benefícios financeiros (subsídios explícitos) e creditícios (subsídios implícitos) por setor econômico. No caso do setor industrial, desde 2011, os subsídios têm sido predominantemente implícitos. Em 2016, enquanto os implícitos alcançaram R\$ 27 bilhões, os explícitos somaram apenas R\$ 3,8 bilhões. A diferença entre os implícitos e os explícitos foi positiva em todos os anos.

Quanto aos outros setores, à exceção de 2015, também se observa predominância dos implícitos na Agropecuária, embora de forma menos acentuada, e alternância de peso entre os implícitos e os explícitos no setor de comércio e serviços.

Tabela 7 – Benefícios Financeiros e Creditícios, por Setor de Atividade (em R\$ bilhões de 2016)

Subsídios Explícitos (ou Benefícios Financeiros)				
	Agropecuária	Indústria	Comércio e Serviços	Total
2011	6,2	0,6	21,0	27,9
2012	6,6	0,8	19,4	26,8
2013	4,1	0,4	21,4	25,9
2014	3,5	0,4	24,5	28,4
2015	24,5	9,3	50,5	84,2
2016	13,4	3,8	19,3	36,6
Varição 2016-2011 (em %)	115,7	491,4	-8,0	31,2
Subsídios Implícitos (ou Benefícios Creditícios)				
	Agropecuária	Indústria	Comércio e Serviços	Total
2011	7,8	20,3	17,3	45,4
2012	8,2	17,0	22,8	48,1
2013	7,7	20,7	42,7	71,2
2014	8,2	11,7	24,4	44,3
2015	11,6	15,9	28,0	55,5
2016	16,4	27,0	34,9	78,3
Varição 2016-2011 (em %)	109,8	32,9	102,2	72,5

Elaboração própria.

Entre 2011 e 2016, o valor tanto dos subsídios explícitos como dos implícitos, direcionados ao setor agropecuário, mais que dobrou, mostrando que o setor se beneficiou de forma ampla, pelos dois tipos de subsídios.

O setor da indústria também se favoreceu do aumento de ambos os subsídios. Contudo, apesar da elevada taxa de crescimento dos explícitos (alta de 491% nos benefícios financeiros ou elevação de R\$ 3,2 bilhões), a maior variação absoluta ocorreu nos implícitos – aumento de R\$ 6,7 bilhões nos benefícios creditícios, o que representou crescimento de 33%.

O setor de comércio e serviços apresentou dinâmica diferente. Enquanto os subsídios explícitos recuaram 8% (-R\$ 1,7 bilhão), os implícitos mais que compensaram essa queda, ao registrar avanço de 102% (ou R\$ 17,6 bilhões).

A seguir, detalham-se os subsídios concedidos por meio de benefícios financeiros (explícitos) e creditícios (implícitos) em cada setor econômico.

Agropecuária

Conforme se observa na tabela 8, entre 2011 e 2016, os programas agropecuários de subsídio explícito que mais avançaram foram as Operações de Investimento Rural e Agroindustrial, PRONAF e PSI, com aumento de R\$ 2,9 bilhões, R\$ 2,1 bilhões e R\$ 1,6 bilhão, respectivamente. Na contramão, o programa de Garantia e Sustentação de Preços praticamente não apresentou desembolsos em 2016, registrando um recuo de mais de R\$ 1 bilhão no período.

No grupo de programas de subsídio implícito, quase todos registraram crescimento. Destacam-se os Fundos Constitucionais (aumento de R\$ 5,2 bilhões) e os Empréstimos da União ao BNDES destinados à agropecuária (aumento de R\$ 3,5 bilhões).

Tabela 8 – Benefícios Financeiros e Creditícios - **Agropecuária**
(em R\$ bilhões de 2016)

Subsídios Explícitos (Benefícios Financeiros)	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Varição 2016 a 2011
PSI	0,0	0,1	0,0	0,0	3,3	1,6	1,6
PRONAF (Equalização)	3,1	3,2	2,2	0,5	10,6	5,2	2,1
Operações de Investimento Rural e Agroindustrial	0,0	0,1	0,4	0,1	2,7	3,0	2,9
Custeio Agropecuário	1,3	1,8	0,2	0,8	5,6	1,8	0,5
Subvenção ao Prêmio Seguro Rural	0,4	0,4	0,5	0,5	0,6	0,8	0,4
PESA (Explícito)	0,6	0,2	0,4	0,4	0,3	0,6	0,0
AGF e Estoques Estratégicos	-0,6	-0,1	0,0	0,5	0,2	0,1	0,7
Garantia e Sustentação de Preços	1,2	0,6	0,2	0,5	0,6	0,0	-1,1
Demais	0,2	0,3	0,2	0,1	0,5	0,3	0,0
Total	6,2	6,6	4,1	3,5	24,5	13,4	7,2
Subsídios Implícitos (Benefícios Creditícios)	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Varição 2016 a 2011
Empréstimos da União ao BNDES	1,0	1,2	1,3	2,3	2,1	4,6	3,5
FAT	0,7	0,4	0,4	0,1	0,1	0,4	-0,2
Fundos Constitucionais	4,4	4,9	4,7	5,2	7,2	9,6	5,2
FUNCAFÉ (Financiamento)	0,4	0,4	0,2	0,1	0,5	0,6	0,2
PROEX (Financiamento)	0,3	0,2	0,1	0,2	0,1	0,2	0,0
Fundo de Terras e da Reforma Agrária	0,4	0,4	0,3	0,0	0,8	0,5	0,0
PESA (Implícito)	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4	0,1
Demais	0,3	0,5	0,4	0,0	0,4	0,1	-0,1
Total	7,8	8,2	7,7	8,2	11,6	16,4	8,6

Fonte: MF/SEAE.

Indústria

Para o setor industrial, o principal incremento de subsídio explícito adveio do PSI, que registrou aumento de R\$ 3,3 bilhões em 2016 em relação a 2011 (tabela 9). Entre os benefícios creditícios, destaca-se a elevação dos Empréstimos da União ao BNDES em R\$ 5,3 bilhões e do FAT em R\$ 3,5 bilhões, enquanto os Fundos Constitucionais e o Fundo de Garantia à Exportação foram reduzidos, respectivamente, em R\$ 2,1 bilhões e R\$ 1 bilhão.

Tabela 9 – Benefícios Financeiros e Creditícios - **Indústria**
(em R\$ bilhões de 2016)

Subsídios Explícitos (Benefícios Creditícios)	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Variação 2016 a 2011
PSI	0,2	0,3	0,0	0,0	9,0	3,5	3,3
PROEX (Equalização)	0,4	0,4	0,4	0,4	0,3	0,2	-0,2
Demais	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1
Total	0,6	0,8	0,4	0,4	9,3	3,8	3,2

Subsídios Implícitos (Benefícios Financeiros)	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Variação 2016 a 2011
Empréstimos da União ao BNDES	4,7	5,1	4,1	6,7	5,6	10,0	5,3
FAT	7,8	8,3	8,7	2,9	3,7	11,3	3,5
Fundos Constitucionais	3,9	3,0	2,1	2,9	2,0	1,8	-2,1
Fundo da Marinha Mercante	2,6	-0,3	4,5	2,4	2,5	2,9	0,3
FDNE (Financiamento)	0,0	0,1	0,8	0,5	0,6	0,7	0,7
PROEX (Financiamento)	0,2	0,1	0,1	0,1	0,0	0,3	0,1
FNDCT	0,3	0,3	0,8	-3,5	1,2	0,3	0,0
Fundo de Garantia à Exportação	0,8	0,3	-0,4	-0,2	-0,1	-0,2	-1,0
Demais	0,1	0,0	0,0	-0,1	0,3	0,0	-0,1
Total	20,3	17,0	20,7	11,7	15,9	27,0	6,7

Fonte: MF/SEAE.

Comércio e Serviços

No grupo de subsídios explícitos para o setor de comércio e serviços, o PSI apresentou avanço significativo: aumento de R\$ 4,7 bilhões entre 2011 e 2016 (tabela 10). No entanto, os programas FCVS e MCMV apresentaram redução dos desembolsos de R\$ 4,2 bilhões e R\$ 2,9 bilhões, respectivamente.

Cabe destacar, novamente, que o FCVS tem comportamento não uniforme ao longo do tempo, pois o reconhecimento dos passivos não tem padrão anual. Já o

programa MCMV vinha apresentando trajetória crescente até 2015, mas em 2016, por limitação orçamentária, apresentou forte queda (R\$14,5 bilhões)³⁹.

Quanto aos fundos e programas com subsídio implícito, destaca-se o crescimento do Fies e dos Empréstimos da União ao BNDES. O Fies, com subsídio praticamente nulo em 2011, registrou R\$ 11,4 bilhões de subsídios em 2016, em decorrência do forte aumento do número de empréstimos concedidos aos estudantes (um terço do estoque foi contratado em 2013 e 2014) aliado a uma taxa de juros reduzida e menor que a inflação (3,4% a.a. para contratos firmados antes de 2015). Os empréstimos ao BNDES saltaram de R\$ 9,1 bilhões, em 2011, para R\$ 14,6 bilhões, em 2016, aumento de R\$ 5,5 bilhões no período.

Tabela 10 – Benefícios Financeiros e Creditícios - **Comércio e Serviços**
(em R\$ bilhões de 2016),

Subsídios Explícitos (Benefícios Financeiros)	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Varição 2016 a 2011
PSI	0,4	0,6	0,1	0,1	20,6	5,1	4,7
Minha Casa Minha Vida	10,9	15,1	17,9	20,7	22,5	8,0	-2,9
Fundo de Compensação das Variações Salariais	7,8	0,9	0,0	0,0	4,0	3,6	-4,2
Subvenção a Consumidores de Energia Elétrica de Baixa Renda	1,8	2,1	2,5	2,7	2,3	2,3	0,5
Demais	0,2	0,7	0,9	1,0	1,0	0,4	0,3
Total	21,0	19,4	21,4	24,5	50,5	19,3	-1,7
Subsídios Implícitos (Benefícios Creditícios)	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Varição 2016 a 2011
Empréstimos da União ao BNDES	9,1	10,3	8,0	16,2	13,0	14,6	5,5
FAT	4,8	5,5	6,7	2,5	2,0	4,2	-0,6
Fundos Constitucionais	2,5	2,7	3,6	3,7	4,5	3,6	1,1
FIES	0,0	0,7	0,7	2,2	7,2	11,4	11,4
PROER	-0,4	3,0	21,9	0,7	0,9	1,2	1,6
FDNE (Financiamento)	0,7	0,3	1,3	0,2	0,0	0,0	-0,7
Fundo de Garantia à Exportação	0,3	0,1	-0,2	-0,1	-0,1	-0,1	-0,4
Demais	0,1	0,2	0,7	-1,0	0,4	0,0	-0,1
Total	17,3	22,8	42,7	24,4	28,0	34,9	17,6

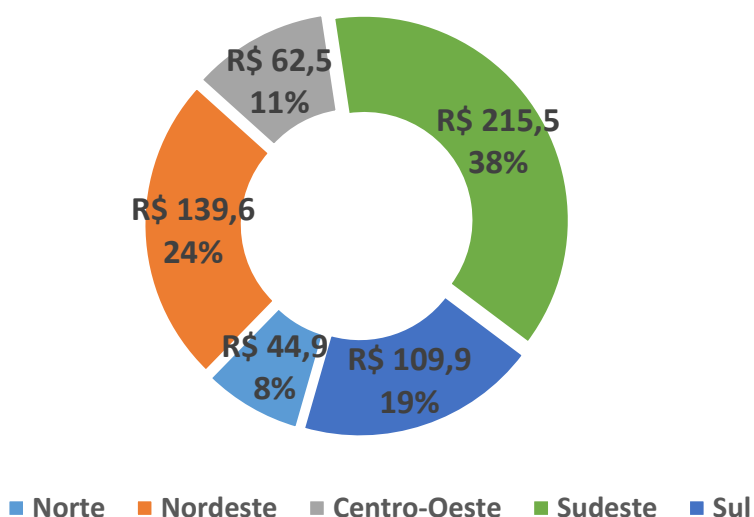
Fonte: MF/SEAE.

³⁹ O programa Minha Casa Minha Vida passou por mudanças, em 2016. Dado a falta de recursos e o elevado desequilíbrio fiscal, o programa passou a priorizar as 2 e 3, cujos subsídios são menores e os empréstimos passam por análise de crédito do mutuário por meio da Caixa Econômica Federal. Essa mudança na composição do programa apareceu na queda dos subsídios.

IV.1.II - Distribuição Regional dos Benefícios Financeiros e Creditícios

Nesta parte, apresenta-se a análise dos subsídios por Grandes Regiões. Nos dados agregados de 2011 a 2016, a região com maior participação nos subsídios é a Sudeste, seguida pelo Nordeste, Sul, Centro-Oeste e Norte. Ao fazer uma comparação dessas participações com as respectivas proporções dessas regiões no PIB, depreende-se que, enquanto o Nordeste apresenta uma participação no total de subsídios bem maior do que a que possui no PIB brasileiro, o Sudeste apresenta, relativamente menor⁴⁰. Nas outras regiões, essas participações são equivalentes.

Gráfico 13 – Subsídios de 2011 a 2016
(R\$ bilhões de 2016 e participação %)



Na tabela 11, observa-se que o valor real dos subsídios, entre 2011 e 2016, nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul cresceram acima da média nacional (56,8%), em contraposição a crescimentos inferiores nas regiões mais pobres do País. Observa-se que a concentração do crescimento no Sudeste, Sul e Centro-Oeste se deu, principalmente, nos últimos dois anos. Em 2016, o Sudeste chegou a representar 40% do volume de subsídios concedidos, seguido por Nordeste e Sul (ambos com 21%), do Centro-Oeste (12%) e do Norte (7%).

⁴⁰ Nas Contas Nacionais de 2014, o Norte tem participação de 5,3%, o Nordeste de 13,9%, o Sudeste de 54,9%, o Centro-Oeste de 9,4% e o Sul de 16,4%.

Tabela 11 – Valor dos Subsídios por Grandes Regiões
(em R\$ bilhões de 2016)

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Total
2011	5,9	18,0	7,1	27,7	14,5	73,2
2012	5,9	20,6	7,9	25,5	15,0	74,8
2013	9,4	27,3	7,6	40,8	12,1	97,1
2014	6,3	21,1	9,8	23,3	12,2	72,7
2015	9,5	28,2	16,9	52,8	32,4	139,7
2016	7,9	24,5	13,4	45,4	23,7	114,9
Varição						
2016-2011	32,1	36,4	87,8	64,1	63,2	56,8
(em %)						

Elaboração própria.

A tabela 12 apresenta a evolução dos subsídios regionais, desagregados em explícitos e implícitos, entre 2011 e 2016. No Nordeste, houve forte recuo no desembolso de subsídios explícitos, com queda de 29% em termos reais (ou -R\$1,7 bilhão), mais do que compensado pela elevação dos implícitos (R\$ 8,3 bilhões ou 69,3%), enquanto, no Sudeste, observou-se a maior elevação, tanto dos implícitos, com avanço de 71,2% (ou R\$ 12,3 bilhões), quanto dos explícitos (52,3% ou R\$ 5,5 bilhões).

Por sua vez, o avanço do valor total dos subsídios no Centro-Oeste e Sul advém principalmente do crescimento dos subsídios implícitos, 110,3% (ou R\$ 5 bilhões) e 86,7% (ou R\$ 5,9 bilhões), respectivamente.

Tabela 12 – Valor dos Subsídios, por Grandes Regiões
(em R\$ bilhões de 2016)

Subsídios Explícitos (Benefícios Financeiros)						
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Total
2011	1,1	6,0	2,6	10,5	7,7	27,9
2012	1,4	6,9	2,9	9,1	6,4	26,8
2013	1,7	6,9	2,5	9,4	5,5	25,9
2014	1,3	7,2	3,6	10,1	6,3	28,4
2015	3,5	11,7	10,0	34,5	24,5	84,2
2016	1,6	4,3	3,8	15,9	11,0	36,6
Variação 2016-2011 (%)	41,7	-28,9	48,5	52,3	42,4	31,2
Subsídios Implícitos (Benefícios Creditícios)						
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Total
2011	4,8	12,0	4,5	17,2	6,8	45,4
2012	4,5	13,6	4,9	16,4	8,6	48,1
2013	7,7	20,4	5,1	31,4	6,6	71,2
2014	5,0	13,9	6,2	13,2	6,0	44,3
2015	6,0	16,5	6,8	18,3	7,8	55,5
2016	6,3	20,2	9,5	29,5	12,7	78,3
Variação 2016-2011 (%)	29,9	69,3	110,3	71,2	86,7	72,5

Elaboração própria.

A tabela 13 mostra o valor dos subsídios explícitos e implícitos para o Norte e Nordeste, por programa, em 2011 e 2016.

Observa-se que o fraco desempenho dos subsídios explícitos, que ocorreu nas regiões Norte e Nordeste, decorreu das reduções dos desembolsos do FCVS, que conforme mencionado não tem padrão anual definido, e do Minha Casa Minha Vida (MCMV). Cabe destacar o forte incremento dos desembolsos do PSI, os quais praticamente inexisteram em 2011, mas registraram R\$ 553 milhões no Norte e mais de R\$ 1,0 bilhão no Nordeste em 2016.

No caso dos subsídios implícitos, destaca-se a queda real de aproximadamente R\$ 1,0 bilhão no subsídio do FAT na região Norte. Por sua vez, houve crescimento substancial do FIES nessas regiões, de R\$ 3,5 bilhões no Nordeste e R\$ 1,2 bilhão no Norte. Além desse programa, contribuíram substancialmente para o aumento dos subsídios implícitos o incremento dos benefícios creditícios dos Fundos Constitucionais de Financiamento e dos Empréstimos da União ao BNDES.

Tabela 13 – Valor dos Subsídios por Programas - Norte e Nordeste
(em R\$ milhões de 2016)

Tipo de Subsídio	Norte			Nordeste		
	2011	2016	Variação	2011	2016	Variação
Subsídios Explícitos						
PSI	19	553	533	55	1.016	961
MCMV	577	168	-409	1.919	1.392	-527
PRONAF (Equalização)	230	355	126	447	329	-118
FCVS	169	33	-136	2.176	34	-2.141
Op. Invest. Rural e Agroind.	3	157	154	4	167	163
Subvenção Consumidores de Energia Elétrica -Baixa Renda	75	241	167	1.187	1.106	-81
Demais	31	57	26	241	243	2
Tipo de Subsídio	Norte			Nordeste		
	2011	2016	Variação	2011	2016	Variação
Subsídios Implícitos						
Emprést. da União ao BNDES	775	1.486	711	2.275	3.760	1.485
FAT	1.678	688	-989	2.279	2.416	137
Fundos Constitucionais	2.164	3.000	836	6.492	9.000	2.508
FIES	1	1.241	1.241	5	3.503	3.498
Demais	220	-130	-350	911	1.568	657

Fonte: MF/SEAE.

A tabela 14 mostra o valor dos subsídios explícitos e implícitos para o Centro-Oeste, Sudeste e Sul em 2011 e 2016. O crescimento do subsídio ao Sudeste decorreu principalmente do crescimento maior dos empréstimos ao BNDES (implícito), seguido dos créditos concedidos pelo Fies (implícito), desembolsos do PSI (explícito) e dos empréstimos com recursos do FAT (implícito). Estes mesmos programas tiveram crescimento significativo no Centro-Oeste e no Sul, apesar de nem sempre na mesma ordem de relevância. No Sul, destaque também para o aumento do subsídio com a equalização da taxa de juros do PRONAF e para as Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (explícitos).

Por outro lado, assim como no Norte e Nordeste, as novações do FCVS e o desempenho do MCMV foram menores em 2016 ante 2011. Ademais, destaca-se a queda nos subsídios implícitos com o Fundo de Garantia à Exportação (FGE) no Sudeste.

Tabela 14 – Valor dos Subsídios por Programas – Centro-Oeste, Sudeste e Sul
(em R\$ milhões de 2016)

Tipo de Subsídio	Centro-Oeste			Sudeste			Sul		
	2011	2016	Variação	2011	2016	Variação	2011	2016	Variação
Subsídios Explícitos									
PPSI	65	1.443	1.378	291	4.262	3.971	175	2.942	2.767
MCMV	1.553	875	-678	4.436	3.926	-510	2.400	1.605	-795
PRONAF (Equalização)	192	178	-15	652	1.278	626	1.583	3.095	1.512
FCVS	432	81	-351	3.458	3.134	-324	1.566	283	-1.282
Operações de Investimento Rural e Agroindustrial	8	408	401	8	832	824	10	1.405	1.395
Subvenção a Cons. de Energia Elétrica -Baixa Renda	66	107	41	296	647	352	163	166	3
Demais	273	753	480	1.316	1.840	525	1.799	1.464	-335
Subsídios Implícitos									
Emprést. da União ao BNDES	1.326	3.381	2.055	7.191	13.145	5.954	3.306	7.374	4.068
FAT	910	1.876	966	6.228	7.962	1.734	2.140	2.929	789
Fundos Constitucionais	2.164	3.000	836	0	0	0	0	0	0
FIES	3	1.070	1.067	9	4.280	4.270	5	1.340	1.336
Fundo Garantia à Exportação	0	0	0	1.155	-218	-1.373	0	-1	-1
Demais	126	196	70	2.656	4.350	1.693	1.357	1.065	-292

Elaboração: MF/SEAE.

IV.II - Gastos Tributários

Nesta subseção, avalia-se a evolução dos gastos tributários, por distribuição setorial e regional, nos exercícios de 2006 e 2016. A trajetória desses gastos permite observar o direcionamento de diversas ações estratégicas com vistas à redução das desigualdades regionais e ao fomento de determinados setores.

IV.II.I - Distribuição Setorial dos Gastos Tributários

A análise dos gastos tributários, por setor, nos anos de 2006 e 2016, demonstra uma alocação majoritária, e estável, dessa modalidade de gasto público ao setor de comércio e serviços, que registrou uma participação de 71,5%, em 2006, contra 71,7%, em 2016 (tabela 15). Esta participação mostra consonância dos gastos tributários alocados a esse setor de atividade *vis-à-vis* à correlata representatividade no PIB, de 73%, em 2016. Todavia, a agricultura apresenta quase o dobro de participação nos gastos tributários em relação à participação desse setor no PIB brasileiro⁴¹.

⁴¹ Vide NR nº 38.

Tabela 15 – Gastos Tributários, por Setor (R\$ Bilhões de 2016)

Setor	Especificação	2006	%	2016	%
Agricultura		10,7	9,0	24,9	9,2
	Agricultura e Agroindústria - Desoneração Cesta Básica	8,1	6,8	22,5	8,3
	Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio	1,0	0,8	1,1	0,4
	Desenvolvimento Regional	1,5	1,2	1,0	0,4
	Seguro Rural	0,0	0,0	0,2	0,1
	ITR	0,0	0,0	0,0	0,0
	Fundos Constitucionais	0,0	0,0	0,0	0,0
Indústria e Construção		23,1	19,5	51,6	19,1
	Simples Nacional	6,0	5,1	17,5	6,5
	Desoneração da Folha de Salários	0,0	0,0	8,3	3,1
	Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio	6,4	5,4	5,6	2,1
	Informática e Automação	3,7	3,1	5,1	1,9
	Desenvolvimento Regional	6,1	5,2	4,6	1,7
	Setor Automotivo	0,0	0,0	3,4	1,3
	REIDI	0,0	0,0	2,3	0,8
	Álcool	0,0	0,0	1,5	0,6
	Termoeletricidade	0,1	0,1	1,1	0,4
	Petroquímica	0,6	0,5	0,9	0,3
	Gás Natural Liquefeito	0,0	0,0	0,6	0,2
	Fundos Constitucionais	0,2	0,1	0,4	0,1
	REPENEC	0,0	0,0	0,2	0,1
	RENUCLEAR	0,0	0,0	0,1	0,0
	Biodiesel	0,0	0,0	0,1	0,0
	Investimentos em Infra-Estrutura	0,0	0,0	0,1	0,0
Comércio e Serviços		85,0	71,5	194,3	71,7
	Simples Nacional	21,3	18,0	59,8	22,1
	Rendimentos Isentos e Não Tributáveis - IRPF	7,2	6,0	24,7	9,1
	Entidades Sem Fins Lucrativos - Imunes / Isentas	9,6	8,1	22,9	8,4
	Deduções do Rendimento Tributável - IRPF	5,7	4,8	15,9	5,9
	Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio	14,4	12,1	15,5	5,7
	Benefícios do Trabalhador	8,3	7,0	10,6	3,9
	Poupança e Letra Imobiliária Garantida	1,2	1,0	7,9	2,9
	Medicamentos, Produtos Farmacêuticos e Equipamentos	7,2	6,1	7,4	2,7
	Desoneração da Folha de Salários	0,0	0,0	6,3	2,3
	Pesquisas Científicas e Inovação Tecnológica	1,4	1,2	3,3	1,2
	Olimpiada	0,0	0,0	2,5	0,9
	Financiamentos Habitacionais	0,3	0,2	2,1	0,8
	Embarcações e Aeronaves	1,2	1,0	2,0	0,8
	MEI - Microempreendedor Individual	0,0	0,0	1,7	0,6
	Transporte Coletivo	0,0	0,0	1,6	0,6
	Cultura e Audiovisual	1,7	1,4	1,5	0,6
	PROUNI	0,4	0,3	1,2	0,5
	REPUBL-Redes	0,0	0,0	1,1	0,4
	Incentivo à Formalização do Emprego Doméstico	0,3	0,2	0,6	0,2
	Horário Eleitoral Gratuito	0,9	0,8	0,6	0,2
	Desenvolvimento Regional	0,0	0,0	0,5	0,2
	Minha Casa, Minha Vida	0,0	0,0	0,4	0,1
	REIDI	0,0	0,0	0,3	0,1
	Fundos da Criança e do Adolescente	0,3	0,3	0,3	0,1
	Livros	0,3	0,2	0,3	0,1
	TAXI	0,2	0,1	0,3	0,1
	Automóveis - Pessoas Portadoras de Deficiência	0,0	0,0	0,3	0,1
	Máquinas e Equipamentos - CNPq	0,4	0,4	0,3	0,1
	Rede Arrecadadora	0,0	0,0	0,3	0,1
	PADIS	0,0	0,0	0,3	0,1
	Doações a Instituições de Ensino e Pesquisa e Entidades	0,2	0,2	0,3	0,1
	Cadeira de Rodas e Aparelhos Assistivos	0,0	0,0	0,2	0,1
	Dona de Casa	0,0	0,0	0,2	0,1
	Incentivo ao Desporto	0,0	0,0	0,2	0,1
	REPORTO	0,0	0,0	0,2	0,1
	Fundos Constitucionais	0,0	0,0	0,1	0,0
	Investimentos em Infra-Estrutura	0,0	0,0	0,1	0,0
	Demais	2,5	2,1	0,6	0,2
Total geral		118,8	100	270,9	100

Fonte: MF/RFB. Elaboração: MF/SEAE.

No rol de gastos tributários alocados ao setor de comércio e serviços, cabe destacar os gastos no âmbito do Simples Nacional⁴², os quais totalizaram R\$ 21,3 bilhões em 2006, a preços de 2016, equivalente a 18% do total dos gastos tributários, e evoluíram para R\$ 59,8 bilhões em 2016, ou 22,1% do total, conforme apresentado na tabela 15.

Ainda no setor de comércio e serviços, destaca-se o gasto tributário associado aos rendimentos isentos e não tributáveis no âmbito do IRPF, que ampliou a participação no cômputo total setorial, de 6%, em 2006, com gastos no valor de R\$ 7,2 bilhões, para 9,1%, ou R\$ 24,7 bilhões em 2016. Igualmente relevantes no setor, são os gastos associados às entidades sem fins lucrativos-imunes e isentas, que registram uma participação de 8,4% do total em 2016.

No que concerne ao setor de indústria e construção, os gastos tributários setoriais atingiram R\$ 23,1 bilhões, em 2006, a preços de 2016, perfazendo 19,5% do total. No período 2006 a 2016, conforme assinalado nas seções precedentes, foram adotadas diversas diretrizes de política industrial com base em gastos tributários da União, no âmbito da *Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE*, da *Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP* e do Plano Brasil Maior – PBM. Assim, não obstante a revisão de algumas políticas, a exemplo da desoneração da folha, em 2015 e 2016, os gastos alocados ao setor industrial alcançaram, em 2016, R\$ 51,6 bilhões, equivalentes a 19,1% do total.

Ainda, no âmbito das diversas diretrizes de política industrial referenciadas, cabe citar, no período, a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para eletrodomésticos da linha branca, bens de capital e automóveis. As medidas adotadas tiveram como intuito a redução dos preços desses bens para o consumidor final e o correlato estímulo ao aumento da demanda e fomento às vendas, à produção e ao emprego.

Os gastos tributários alocados à agricultura mantiveram um patamar médio de 9% do total, nos anos considerados, mantidos os benefícios fiscais no âmbito da Zona Franca de Manaus; e da SUDAM e SUDENE, conformados sob a égide das políticas de

⁴² O Simples contempla tributação consolidada de diversos tributos e grande capilaridade em sua implementação. Segundo dados do Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa – Sebrae, de 2009, o universo de micro e pequenas empresas totalizou 2.938.695 estabelecimentos em 2009. Desse total, 78% são integrantes do setor de comércio e serviços, 20% do setor industrial e 2% da construção civil. A segmentação setorial dos gastos tributários neste relatório observou essa participação relativa dos empreendimentos em cada segmento de atividade econômica.

desenvolvimento regional. Todavia, destaca-se, no período recente, os gastos associados à desoneração da cesta básica, a partir de 2013, que totalizaram R\$ 22,5 bilhões, em 2016, perfazendo 90,2% dos gastos do setor e 8,3% dos gastos totais

IV.II.II - Distribuição Regional dos Gastos Tributários

Na desagregação dos gastos tributários por região, em 2006, observa-se que o maior volume de recursos foi alocado na região Sudeste, no valor de R\$ 61,0 bilhões. Em seguida, são classificados, por ordem de representatividade regional: Norte (R\$ 25,9 bilhões), Sul (R\$ 13,8 bilhões), Nordeste (R\$ 12,1 bilhões) e Centro-Oeste (R\$ 6,0 bilhões).

Tabela 16 – Gastos Tributários, por Região em 2006 (R\$ Bilhões de 2016)

GASTO TRIBUTÁRIO	NORTE	%	NORDESTE	%	CENTRO-OESTE	%	SUDESTE	%	SUL	%	TOTAL	%
Simplex Nacional	0,8	2,9%	2,8	23,5%	1,6	27,4%	15,8	25,9%	6,3	45,8%	27,3	23,0%
Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio	20,4	78,7%	0,6	4,7%	0,2	2,7%	0,6	1,0%	0,1	0,5%	21,8	18,4%
Entidades Sem Fins Lucrativos - Imunes / Isentas	0,1	0,6%	0,8	6,9%	0,8	13,0%	6,0	9,8%	1,8	13,2%	9,6	8,1%
Agricultura e Agroindústria - Desoneração Cesta Básica	0,2	1,0%	0,5	3,8%	0,6	10,9%	5,8	9,5%	1,0	7,0%	8,1	6,8%
Benefícios do Trabalhador	0,1	0,4%	0,3	2,6%	1,0	16,1%	6,2	10,2%	0,7	4,9%	8,3	7,0%
Desenvolvimento Regional	3,7	14,1%	3,9	32,7%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	7,6	6,4%
Medicamentos, Produtos Farmacêuticos e Eq.Médicos	0,0	0,0%	0,0	0,1%	0,2	3,6%	6,9	11,3%	0,1	0,6%	7,2	6,1%
Rendimentos Isentos e Não Tributáveis - IRPF	0,2	0,6%	0,9	7,8%	0,5	8,4%	4,5	7,4%	1,1	7,8%	7,2	6,0%
Outros	0,5	1,8%	2,2	17,9%	1,1	17,9%	15,2	24,9%	2,8	20,2%	21,7	18,2%
TOTAL	25,9	100%	12,1	100%	6,0	100%	61,0	100%	13,8	100%	118,8	100%

Elaboração própria.

A concentração⁴³ dos gastos tributários no Sudeste (61% do total), um pouco acima da participação no PIB desta região, é fortemente explicada pelo Simplex Nacional, que apresenta forte influência na composição dos gastos regionais (25,9% dos gastos tributários no Sudeste). O Simplex Nacional também tem participação significativa nas demais regiões, evidenciando a relevância das micro e pequenas empresas na atividade econômica nacional.

Por sua vez, no Norte, os gastos da União no âmbito da Zona Franca de Manaus representaram 78,7% dos gastos tributários alocados na região. Esse regime

⁴³ Este relatório não visa realizar análise sobre a progressividade da distribuição regional dos gastos tributários da União. Para construir essa análise, sugere-se, e.g., consulta aos demonstrativos de gastos tributários da RFB nos quais se verifica a ponderação dos gastos tributários regionais pela respectiva arrecadação.

especial deriva de diretrizes excepcionais de tributação aplicáveis à região desde 1967⁴⁴, com incentivos aos setores comercial, industrial e agropecuário, mediante a aprovação de projetos pela Superintendência da Zona Franca de Manaus-SUFRAMA.

A tabela 17 apresenta a segmentação dos gastos tributários regionais em 2016. Observa-se que a região Norte registrou gastos no valor de R\$ 31,0 bilhões, 11,4% do total, referenciados, sobretudo, à Zona Franca de Manaus, com R\$ 22,2 bilhões.

À região Nordeste, foram alocados gastos tributários no valor de R\$ 31,1 bilhões, correspondente a 11,5% do total de gastos tributários da União. Nesse contexto, releva notar a participação do Simples, com R\$ 9,8 bilhões, equivalente a 31,6% dos gastos totais da região Nordeste. Em seguida, destacam-se os valores associados aos rendimentos isentos e não tributáveis do IRPF, com R\$ 3,5 bilhões e as ações de desenvolvimento regional, com R\$ 3,7 bilhões. As demais ações, que contemplam, entre outros gastos tributários, programas tais como o Minha Casa Minha Vida e a desoneração da Cesta Básica, foram responsáveis por gastos tributários na região no valor de R\$ 6,3 bilhões.

Tabela 17 – Distribuição dos Gastos Tributários, por Região em 2016 (R\$ Bilhões)

GASTO TRIBUTÁRIO	NORTE	%	NORDESTE	%	CENTRO-OESTE	%	SUDESTE	%	SUL	%	TOTAL	%
Simples Nacional	2,7	8,9%	9,8	31,6%	7,4	34,5%	40,6	28,5%	16,7	37,2%	77,3	28,5%
Rendimentos Isentos e Não Tributáveis - IRPF	0,7	2,1%	3,5	11,2%	2,0	9,5%	14,5	10,2%	4,0	8,9%	24,7	9,1%
Entidades Sem Fins Lucrativos - Imunes / Isentas	0,3	0,9%	1,9	6,3%	1,4	6,5%	14,6	10,3%	4,6	10,4%	22,9	8,4%
Agricultura e Agroindústria - Desoneração Cesta Básica	0,5	1,5%	0,9	2,8%	3,2	14,9%	10,2	7,2%	7,7	17,2%	22,5	8,3%
Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio	22,2	71,7%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	22,2	8,2%
Deduções do Rendimento Tributável - IRPF	0,9	3,0%	2,6	8,4%	1,9	8,8%	8,5	6,0%	2,0	4,4%	15,9	5,9%
Desoneração da Folha de Salários	0,2	0,6%	1,1	3,7%	0,6	3,0%	10,2	7,1%	2,5	5,5%	14,6	5,4%
Benefícios do Trabalhador	0,1	0,5%	0,5	1,5%	1,2	5,5%	8,0	5,6%	0,8	1,8%	10,6	3,9%
Poupança e Letra Imobiliária Garantida	0,1	0,4%	0,7	2,2%	0,4	1,9%	5,2	3,7%	1,4	3,2%	7,9	2,9%
Medicamentos, Produtos Farmacêuticos e Equipamentos Médicos	0,0	0,0%	0,0	0,1%	0,5	2,5%	6,5	4,5%	0,4	0,9%	7,4	2,7%
Desenvolvimento Regional	2,4	7,8%	3,7	12,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	6,1	2,3%
Outros	0,8	2,7%	6,3	20,2%	2,7	12,9%	24,2	17,0%	4,7	10,5%	38,8	14,3%
TOTAL	31,0	100%	31,1	100%	21,4	100%	142,6	100%	44,9	100%	270,9	100%

Elaboração própria.

Em 2016, a região Centro-Oeste registrou gastos no valor de R\$ 21,4 bilhões, equivalente a 52,6% do total de gastos tributários da União. Esses gastos resultaram, sobretudo, do regime tributário do Simples Nacional, no valor de R\$ 7,4 bilhões, 34,5%

⁴⁴ A Zona Franca de Manaus foi instituída por meio do Decreto-Lei nº 288, de 1967. O arcabouço tributário diferenciado para a região teve seu prazo sucessivamente postergado: o Decreto 92.560 estendeu por 10 anos, até 1997; a Constituição Federal estabeleceu validade por 25 anos (até 2013); e, a Emenda Constitucional n 83/2014 prorrogou até o ano de 2073.

dos gastos tributários na região, seguidos de ações de fomento, via gastos tributários, ao setor agrícola, no valor de R\$ 3,2 bilhões.

A região Sudeste apresentou gastos no valor de R\$ 142 bilhões, com maior representatividade do Simples, R\$ 40,6 bilhões, equivalente a 28,5% do total, sucedidos pelos gastos atinentes aos rendimentos isentos e não tributáveis do IRPF, com R\$ 14,5 bilhões e das entidades sem fins lucrativos, com R\$ 14,6 bilhões, correspondentes, respectivamente, a 10,2% e 10,3% dos gastos na região. Os gastos tributários com Agricultura e Agroindústria – Desoneração da Cesta Básica e a Desoneração da Folha de Salários, na região Sudeste, foram responsáveis por R\$ 10,2 bilhões cada, seguidos das deduções do rendimento tributável - IRPF e dos benefícios ao trabalhador, R\$ 8,5 bilhões e R\$ 8,0 bilhões, respectivamente.

A região Sul registrou uma participação de 16,6% nos gastos tributários totais, com alocação de recursos no valor de R\$ 44,9 bilhões. Nesse contexto, destacam-se os recursos associados ao Simples Nacional, no valor de R\$ 16,7 bilhões, 37,2% do total, seguidos dos gastos com Agricultura e Agroindústria – Desoneração da Cesta Básica, que atingiram R\$ 7,7 bilhões, equivalente a 17,2% do total. Os rendimentos isentos e não tributáveis do IRPF e as entidades imunes sem fins lucrativos foram responsáveis por gastos tributários no valor de R\$ 4,0 e R\$ 4,6 bilhões, respectivamente.

Em 2016, cabe destacar os gastos tributários associados à política de desoneração da folha, cujos gastos são majoritariamente alocados no Sudeste; assim como a ampliação da desoneração da cesta básica, com efeitos concentrados no Sul e Sudeste.

V - Considerações Finais

Este relatório apresenta informações descritivas no intuito de ampliar a transparência e o controle social sobre os subsídios da União, que totalizaram, em termos reais, R\$ 3,5 trilhões no período de 2003 a 2016. Desse montante, R\$ 2,6 trilhões foram associados à implementação de políticas públicas por meio de gastos tributários e R\$ 0,9 trilhão via benefícios financeiros e creditícios.

Na composição dos benefícios financeiros e creditícios, destaca-se a participação dos Fundos Constitucionais de Financiamento, do FAT, dos subsídios vinculados ao BNDES (empréstimos da União ao BNDES e PSI), do MCMV e do Fies. Por sua vez, nos gastos tributários, são expressivos os valores associados ao Simples Nacional, à Zona Franca de Manaus, aos rendimentos isentos e não tributáveis e às entidades sem fins lucrativos – imunes/isentas. No período recente, destacam-se os gastos tributários no âmbito da desoneração da folha de salários e da cesta básica.

Quanto à evolução, o relatório mostra que os subsídios da União mais do que duplicaram no período analisado, passando de 3,0% do PIB em 2003 para 6,2% em 2016, dos quais dois terços são decorrentes de gastos tributários e um terço dos benefícios financeiros e creditícios. Sob a ótica da despesa, os subsídios vinculados ao BNDES e ao Fies contribuíram preponderantemente para esse crescimento; e, sob a ótica da receita, o Simples Nacional, as desonerações da cesta básica e da folha de salários.

Na descrição setorial, a agricultura, ante a sua participação no PIB, foi a mais beneficiada, tanto na modalidade de benefícios financeiros e creditícios, quanto na de gastos tributários. Cabe destacar, ainda, a alta participação dos subsídios vinculados ao BNDES e ao Simples Nacional em todos os setores.

Na distribuição por região, pela ótica da despesa, destaca-se a participação do Nordeste no total de subsídios da União *vis-à-vis* a participação desta região no PIB brasileiro. Pela ótica da receita, os gastos tributários no âmbito do Simples Nacional se mostraram relevantes em todas as regiões.

Frise-se, ademais, que a divulgação deste relatório é uma etapa inicial para avaliar se os subsídios são efetivos para a consecução dos objetivos de política pública delineados.

Nesse sentido, vale mencionar a importância de ponderações que podem ser feitas por estudos e análises técnicas que avaliem os custos e benefícios atinentes à integração dos gastos tributários e dos subsídios implícitos (benefícios creditícios) ao orçamento anual enviado ao Congresso Nacional, de modo que possam ser subordinados ao escrutínio, revisão e controle adotados para os demais gastos públicos.

É importante destacar que justamente no intuito de dar efetividade e prover maior transparência a essa despesa, o governo federal vem tomando medidas

importantes de modificação de programas e regras de concessão de subsídios. Vale ressaltar aqui três ações importantes adotadas em 2016 e 2017: (i) antecipação de pagamento dos empréstimos do Tesouro ao BNDES; (ii) a criação da Taxa de Longo Prazo (TLP); e (iii) a reestruturação do Fies.

Em 2016, o governo anunciou que negociaria com o BNDES o pagamento de R\$ 100 bilhões para abater a dívida pública bruta em um prazo de três anos: R\$ 40 bilhões, em 2016, e R\$ 30 bilhões nos dois anos seguintes. O TCU foi consultado previamente, para que não houvesse dúvidas da legalidade da operação, que estava prevista em contrato do Tesouro Nacional com o BNDES.

Em dezembro de 2016, em vez do pagamento de R\$ 40 bilhões como inicialmente aventado, o BNDES pagou R\$ 100 bilhões e, em 2017, foram feitos dois novos pagamentos de R\$ 17 bilhões e R\$ 33 bilhões. Assim, em 2016 e 2017, o BNDES pagou R\$ 150 bilhões ao Tesouro Nacional, o qual foi utilizado, integralmente, para reduzir a dívida pública bruta, com impacto considerável na redução dos subsídios.

Outra medida importante recente do governo foi a aprovação da TLP, que passará a ser, a partir de 2018, a nova taxa de juros de longo prazo que servirá de base para os empréstimos do Tesouro e do FAT ao BNDES. Essa taxa será equivalente à taxa de juros de um título do Tesouro com maturidade de cinco anos (NTN-B), o que significa que haverá uma queda significativa e permanente dos benefícios creditícios (subsídios implícitos) do FAT e do BNDES ao longo dos próximos anos, quando ocorrer a convergência da TLP para a taxa da NTN-B.

Além do benefício fiscal, a aprovação da TLP ajuda no debate orçamentário, pois a concessão de subsídios que antes ocorria à margem do debate do orçamento, subsídios implícitos, passam a ser subsídios explícitos, que estão sujeitos ao controle do teto dos gastos e competem com as demais despesas primárias na discussão da proposta de lei orçamentária.

Um outro programa relevante que está sendo reformulado pelo governo é o **Fies**, um programa de crédito educativo que teve forte crescimento pós-2009, resultando em um aumento real anual dos subsídios de R\$ 589 milhões, em 2009, para R\$ 11,4 bilhões, em 2016. O ritmo de concessão desses empréstimos não era compatível com a restrição orçamentária da União, além do fato que a concentração do risco de

inadimplência ficava quase que integralmente na União, o que também ajuda a explicar o forte crescimento do custo do programa de 2009 a 2015.

Com a nova proposta do Fies, o programa continuará usufruindo de subsídios, mas o alinhamento dos incentivos passará a ser melhor, concentrando o risco da inadimplência nas universidades privadas, e não mais na União.

Por fim, o governo enviou recentemente para o Congresso Nacional a proposta de reoneração da folha salarial, um programa que foi sensivelmente ampliado, em 2014, e que o custo chegou a R\$ 27,4 bilhões, em 2015, o que levou a administração anterior a propor uma primeira modificação neste programa que reduziu o seu custo para R\$ 14,6 bilhões, em 2016. A administração atual está propondo a completa reversão desse programa, dado que o seu custo se tornou maior que o benefício esperado da geração de emprego.

Este relatório é o primeiro de várias ações do Ministério da Fazenda para dar maior transparência e publicidade ao valor total dos subsídios – benefícios financeiros e creditícios e gastos tributários. Há ainda muita coisa a fazer para melhorar o acompanhamento desses subsídios, com premente necessidade de avaliar a relação custo-benefício deles, tendo em vista o contexto de ajuste fiscal pelo qual passa a economia brasileira.

VI - Anexo - Metodologia e Tabelas

Esta seção descreve a metodologia adotada neste relatório, no que tange aos aspectos metodológicos, ao arcabouço normativo, e às fontes de informações, além de apresentar tabelas com o histórico dos dados utilizados.

VI.I - Benefícios Financeiros e Creditícios

Esta subseção descreve a metodologia padrão adotada neste relatório para os subsídios pela ótica da despesa pública (benefícios financeiros e creditícios), além de apresentar tabelas com o histórico dos dados analisados.

VI.I.I - Metodologia – aspectos gerais

A metodologia de cálculo dos **benefícios financeiros (subsídios explícitos)** se divide nas modalidades: (i) equalização de juros; (ii) equalização de preços e (iii) assunção de dívidas.

A **equalização de juros** corresponde ao diferencial pago no ano entre o encargo do mutuário final e o custo da fonte de recursos, acrescido da remuneração do agente que concede o empréstimo (instituições financeiras, BNDES, FINEP).

Por sua vez, a **equalização de preços** corresponde à subvenção econômica do Tesouro Nacional com vistas à cobertura do diferencial entre o custo de remissão dos produtos vendidos e a receita arrecadada com a venda pela empresa. Matematicamente é a soma da despesa incorrida com a aquisição dos produtos e da manutenção do mesmo em estoque, deduzido das receitas oriundas da venda do estoque. Essa subvenção é gerada quando o preço de mercado está abaixo do preço mínimo e a empresa prevê recuperação do mesmo. Assim, os produtos comprados pelo governo compõem o seu estoque público.

Outro caso de equalização de preços decorre da subvenção a concessionárias de energia elétrica decorrente do consumo de residências de classe de renda baixa. O cálculo da subvenção à concessionária é baseado na diferença entre a tarifa autorizada para todas as unidades consumidoras e aquela autorizada para a residência de baixa renda.

No caso de cálculo para **assunção de dívidas**, o valor do benefício concedido é calculado com base no montante da obrigação do Fundo, passível de assunção pela União.

Já o cálculo dos **benefícios creditícios (subsídios implícitos)** reflete a diferença entre o retorno efetivo da aplicação do recurso repassado pelo Tesouro Nacional ao fundo ou programa, e o retorno que seria obtido se o mesmo recurso tivesse sido aplicado à taxa do custo de oportunidade.

Desse modo, para a maioria dos programas, esse cálculo se baseia na diferença entre a valorização que o patrimônio líquido do fundo teria alcançado caso fosse remunerado pelo custo de captação do Governo Federal e sua evolução efetiva. Além disso, são incluídas eventuais transferências do Tesouro Nacional (TN) ao fundo, que possam ter contribuído para o aumento real do patrimônio líquido no período analisado. Assim, há subsídio implícito sempre que o resultado estimado, segundo a taxa representativa do custo da dívida pública e a incorporação das transferências do TN, for superior à efetiva variação do patrimônio líquido do fundo.

A “Metodologia dos Benefícios Financeiros e Creditícios”, disponível em <http://www.seae.fazenda.gov.br/assuntos/politica-fiscal/beneficios-financeiros-e-crediticios>, detalha, para cada fundo ou programa, a conceituação, a fórmula de cálculo dos subsídios, e os fundamentos legais, além de especificar os critérios utilizados para a regionalização e setorização dos benefícios apurados.

Critérios para Regionalização

A definição quanto ao critério que melhor assegura a consistência da classificação regional dos subsídios envolveu esforços de trabalho do Ministério da Fazenda, em conjunto com órgãos e entidades gestoras responsáveis, na validação e adaptação desta definição à realidade de cada Fundo ou Programa e à disponibilidade de dados.

Como resultado, para fins de regionalização dos benefícios financeiros e creditícios apurados, conforme determinado pela Portaria MF nº 57⁴⁵, de 27 de fevereiro de 2013, considera-se o critério de localização do beneficiário final.

⁴⁵ O art. 1º da Portaria MF 57/2013 altera o art. 3º da Portaria MF nº 379, de 13 de novembro de 2006.

Desse modo, para diversos fundos e programas agropecuários, o critério de regionalização se baseia na Unidade Federativa (UF) onde ocorreu a aquisição do produto subsidiado ou com base na UF do mutuário contratante da operação de crédito subsidiada. Para a regionalização do subsídio com o Programa de Financiamento às Exportações - PROEX, por exemplo, utiliza-se a UF na qual está registrado o CNPJ da empresa exportadora. Já, no caso do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), utiliza-se a localização do empreendimento financiado para segregação dos subsídios apurados, a cada exercício.

Para as situações de impossibilidade ou inviabilidade de aplicação do critério de localização do beneficiário final, a norma define que possa ser aplicada uma *proxy* ou critério indireto para a distribuição regional do benefício apurado. Como exemplo dessa aplicação, para o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Viver sem Limite), utiliza-se a UF na qual se situa a agência do Banco do Brasil, que é o agente operador do programa, na qual a operação de crédito foi contratada. Os demais casos específicos estão detalhados, por fundo ou programa, na “Metodologia dos Benefícios Financeiros e Creditícios” citada anteriormente.

Pelo objetivo com a política firmada, há fundos ou programas notadamente de apoio a uma única região do País, sendo o caso dos diversos programas regionais de desenvolvimento (FDNE, FDA e FDCO), dos Fundos Constitucionais de Financiamento (FNE, FNO e FCO) e também do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, o qual se destina à região Nordeste.

Critérios para Setorização

Para classificação do resultado dos subsídios por segmento de atividade econômica foram considerados os grupos principais: agropecuária; indústria; e, comércio e serviços. Como critério de setorização, considerou-se o objetivo principal com a política de cada fundo ou programa.

Pelo objetivo com a política firmada, há fundos ou programas notadamente de apoio a um único setor da economia, sendo o caso dos diversos programas

agropecuários⁴⁶. Já, direcionados a fomentar o setor de comércio e serviços⁴⁷, notam-se: a Subvenção a Consumidores de Energia Elétrica da Subclasse Baixa Renda, o Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS), o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Viver sem Limite), o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional (PROER), o Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização (FRD) e o Minha Casa Minha Vida (MCMV).

Os programas especificamente de apoio ao setor da indústria⁴⁸ são o Fundo da Marinha Mercante (FMM) e o Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade (FGPC).

Para os demais fundos e programas, os subsídios calculados se associam aos três setores econômicos, de modo que são aplicados critérios específicos para sua distribuição entre os setores. O critério comumente utilizado é considerar o setor para o qual foram destinados, a cada exercício, os recursos desembolsados de operações contratadas.

Assim, a setorização dos subsídios com o PROEX, por exemplo, é realizada com a distribuição do montante do benefício em razão da proporção do setor de atividade para o qual se relaciona o bem ou serviço exportado, em cada operação do programa. Para esse programa, a classificação do setor considera o código Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) do bem ou serviço exportado, a cada exercício.

Há situações, em outros programas, nas quais são estimadas as proporções de desembolsos a cada setor, em razão de incompletude das informações disponíveis. Os casos específicos estão detalhados, por fundo ou programa, na “Metodologia dos Benefícios Financeiros e Creditícios” citada anteriormente.

⁴⁶ Para enquadramento ao setor da agropecuária, foram considerados produtos e atividades da agricultura, pecuária, extrativismo vegetal e animal e exploração de recursos da natureza. Em diversos processos produtivos, o setor da agropecuária produz matéria-prima para o abastecimento das indústrias.

⁴⁷ Além das atividades de comercialização, no setor de comércio e serviços estão: educação, saúde, telecomunicações, serviços de informática, serviços de informação, seguros, transporte, serviços de limpeza, serviços de alimentação, turismo, serviços bancários e administrativos, transportes etc. De modo geral, serviços são produtos não materiais prestados a terceiros.

⁴⁸ O setor da indústria concentra a produção de máquinas e equipamentos, de bens de consumo, além da construção civil, indústria extrativa mineral e geração de energia. É o setor industrial que transforma as matérias-primas (oriundas do setor primário) em produtos industrializados (roupas, máquinas, automóveis, alimentos industrializados, eletrônicos etc.). Há, também, conhecimentos tecnológicos agregados aos produtos deste setor.

VI.1.1 - Arcabouço Normativo

O Demonstrativo dos Benefícios Financeiros e Creditícios é regido pelos seguintes normativos⁴⁹:

i) § 6º do art. 165 da Constituição Federal (CF), que estabelece a obrigação de o Poder Executivo apresentar demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia;

ii) inciso II do art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece que o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) será acompanhado de documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal;

iii) Portaria nº 379 do Ministério da Fazenda (MF), de 13 de novembro de 2006, que define os benefícios financeiros e creditícios;

iv) Portaria nº 57 do MF, de 27 de fevereiro de 2013, que delimita as taxas utilizadas como custo de oportunidade do Tesouro Nacional para apuração do valor dos benefícios creditícios, especifica os critérios de regionalização dos benefícios financeiros e creditícios, bem como atualiza a lista de fundos e programas constantes no Demonstrativo e suas respectivas metodologias de cálculo; e,

v) inciso V do art. 43 do Decreto nº 9.003, de 13 de março de 2017, que atribui à Subsecretaria de Governança Fiscal e Regulação de Loteria a competência para elaborar o demonstrativo de benefícios creditícios e financeiros da União, para compor as informações complementares ao PLOA e apurar o valor efetivo anual, a fim de subsidiar o relatório sobre as contas do Governo da República.

⁴⁹ Tais normativos estão disponíveis em <http://seae.fazenda.gov.br/assuntos/politica-fiscal/beneficios-financeiros-e-crediticios/beneficios-financeiros-e-crediticios#Legislacao>

V.I.III - Tabelas de Benefícios Financeiros e Creditícios

Tabela 1: Subsídios Explícitos e Implícitos (ou Benefícios Financeiros e Creditícios) - por tipo, em valores nominais	77
Tabela 2: Subsídios Explícitos e Implícitos (ou Benefícios Financeiros e Creditícios) - por tipo, em valores constantes de 2016	78
Tabela 3: Subsídios Explícitos e Implícitos (ou Benefícios Financeiros e Creditícios) - % Despesa e % PIB	79
Tabela 4: Subsídios Explícitos e Implícitos (ou Benefícios Financeiros e Creditícios) - 2011, por setor, em valores nominais	80
Tabela 5: Subsídios Explícitos e Implícitos (ou Benefícios Financeiros e Creditícios) - 2011, por setor, em valores constantes de 2016	81
Tabela 6: Subsídios Explícitos e Implícitos (ou Benefícios Financeiros e Creditícios) - 2012, por setor, em valores nominais	82
Tabela 7: Subsídios Explícitos e Implícitos (ou Benefícios Financeiros e Creditícios) - 2012, por setor, em valores constantes de 2016	83
Tabela 8: Subsídios Explícitos e Implícitos (ou Benefícios Financeiros e Creditícios) - 2013, por setor, em valores nominais	84
Tabela 9: Subsídios Explícitos e Implícitos (ou Benefícios Financeiros e Creditícios) - 2013, por setor, em valores constantes de 2016	85
Tabela 10: Subsídios Explícitos e Implícitos (ou Benefícios Financeiros e Creditícios) - 2014, por setor, em valores nominais	86
Tabela 11: Subsídios Explícitos e Implícitos (ou Benefícios Financeiros e Creditícios) - 2014, por setor, em valores constantes de 2016	87
Tabela 12: Subsídios Explícitos e Implícitos (ou Benefícios Financeiros e Creditícios) - 2015, por setor, em valores nominais	88
Tabela 13: Subsídios Explícitos e Implícitos (ou Benefícios Financeiros e Creditícios) - 2015, por setor, em valores constantes de 2016	89
Tabela 14: Subsídios Explícitos e Implícitos (ou Benefícios Financeiros e Creditícios) - 2016, por setor, em valores nominais	90
Tabela 15: Subsídios Explícitos e Implícitos (ou Benefícios Financeiros e Creditícios) - 2011, por região, em valores nominais	91
Tabela 16: Subsídios Explícitos e Implícitos (ou Benefícios Financeiros e Creditícios) - 2011, por região, em valores constantes de 2016	92
Tabela 17: Subsídios Explícitos e Implícitos (ou Benefícios Financeiros e Creditícios) - 2012, por região, em valores nominais	93
Tabela 18: Subsídios Explícitos e Implícitos (ou Benefícios Financeiros e Creditícios) - 2012, por região, em valores constantes de 2016	94
Tabela 19: Subsídios Explícitos e Implícitos (ou Benefícios Financeiros e Creditícios) - 2013, por região, em valores nominais	95
Tabela 20: Subsídios Explícitos e Implícitos (ou Benefícios Financeiros e Creditícios) - 2013, por região, em valores constantes de 2016	96
Tabela 21: Subsídios Explícitos e Implícitos (ou Benefícios Financeiros e Creditícios) - 2014, por região, em valores nominais	97
Tabela 22: Subsídios Explícitos e Implícitos (ou Benefícios Financeiros e Creditícios) - 2014, por região, em valores constantes de 2016	98
Tabela 23: Subsídios Explícitos e Implícitos (ou Benefícios Financeiros e Creditícios) - 2015, por região, em valores nominais	99
Tabela 24: Subsídios Explícitos e Implícitos (ou Benefícios Financeiros e Creditícios) - 2015, por região, em valores constantes de 2016	100
Tabela 25: Subsídios Explícitos e Implícitos (ou Benefícios Financeiros e Creditícios) - 2016, por região, em valores nominais	101
Tabela 26: Equacionamento de passivos: evidenciação do impacto primário (Acórdão TCU nº 3.297/2015)	102
Tabela 27: Variáveis e Dados Utilizados	103

Tabela 1: Subsídios Explícitos e Implícitos (ou Benefícios Financeiros e Creditícios) - por tipo, em valores nominais

R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	Tipologia	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Subsídios Explícitos		5.718.727	12.798.988	7.676.241	6.981.278	9.418.768	7.424.614	9.377.292	13.751.973	19.748.944	19.997.321	20.556.871	23.937.520	77.422.543	36.576.528
Programa de Sustentação do Investimento - PSI	Explícito									428.976	751.661	121.859	110.745	30.283.656	10.215.700
Minha Casa Minha Vida - MCMV	Explícito							1.571.858	1.571.804	7.711.737	11.251.950	14.187.186	17.430.722	20.709.076	7.965.285
PRONAF (Equalização)	Explícito	569.375	609.211	762.290	1.088.674	566.319	797.508	767.870	323.856	2.199.812	2.365.232	1.714.954	456.555	9.783.111	5.235.934
Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS	Explícito	532.841	8.169.180	130.097	1.028.756	3.514.014	2.934.909	693.585	6.497.732	5.526.649	670.416	13.390	-	3.682.005	3.565.350
Operações de Investimento Rural e Agroindustrial	Explícito	259.185	342.325	267.541	484.918	27.492	28.369	(72.318)	(339)	23.595	65.536	332.126	70.805	2.499.396	2.968.999
Subv. de Energia Elétrica da Subclasse Baixa Renda	Explícito	-	1.099.437	1.307.457	1.400.115	946.829	1.339.974	1.719.969	1.674.817	1.265.622	1.597.181	1.999.041	2.277.529	2.141.884	2.267.894
Custeio Agropecuário	Explícito	356.221	106.603	204.225	341.561	956.679	446.154	197.961	488.840	917.361	1.316.617	126.149	640.549	5.177.368	1.820.040
Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural	Explícito	-	6	2.315	31.122	60.962	157.545	178.507	198.278	253.452	318.168	411.275	410.581	559.778	782.536
PESA (Explícito)	Explícito	182.091	135.677	300.874	197.200	216.358	237.657	247.411	99.431	442.884	161.597	300.359	325.098	300.851	622.746
PROEX (Equalização)	Explícito	917.301	483.763	608.717	448.810	382.918	307.124	394.295	231.731	404.948	588.358	516.177	819.907	737.160	619.297
FUNCAFÉ (Equalização)	Explícito					2.606	23.680	52.951	82.715	65.606	74.520	68.231	103.941	101.234	110.118
AGF e Estoques Estratégicos	Explícito	756.393	216.961	855.283	249.973	(124.343)	(157.099)	2.411.392	1.115.619	(440.928)	(66.265)	37.231	453.917	157.040	108.471
Empréstimos do Governo Federal - EGF	Explícito	16.438	5.411	6.706	3.289	30.914	7.770	11.507	88.683	76.716	173.702	85.620	7.620	300.954	81.196
FDNE (Equalização)	Explícito													16.273	60.777
Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro - PASS	Explícito	8.660	39.282	20.065	-					-	716	-	-	48.915	56.573
Garantia e Sustentação de Preços	Explícito	25.770	14.611	235.963	906.106	1.181.122	935.916	925.646	1.359.018	829.374	441.283	152.341	449.946	514.967	49.967
Revitaliza	Explícito							58.673	-	25.695	57.311	6.865	2.844	2.363	25.965
FDGO (Equalização)	Explícito													238	6.199
Garantia e Sustentação de Preços da Agric. Familiar	Explícito									-	-	-	2.689	4.897	5.795
Viver sem Limite - PCD	Explícito									-	13	484	834	4.986	5.656
FDA (Equalização)	Explícito													-	1.428
Subv. ao Preço do Óleo de Embarcações Pesqueiras	Explícito	2.800	7.401	6.250	19.435	25.500	20.479	21.785	19.787	17.303	1.692	6.144	5.934	4.093	600
Securitização Agrícola	Explícito	1.928.406	1.242.924	2.699.377	486.922	1.497.506	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECOOP (Equalização)	Explícito							948	-	-	-	-	-	-	-
Recuperação da Lavoura Cacaueira (Equalização)	Explícito	590	1.134	1.185	1.106	292	9.304	836	-	142	428	-	-	-	-
Investimentos na Região Centro-Oeste (equalização FAT)	Explícito	-	52	4.213	8.447	6.831	3.089	1.097	-	-	-	-	-	-	-
Programa de MPO - Programa Crescer	Explícito										227.206	477.439	367.304	392.298	-
Financ. em Projetos de Habitação Popular	Explícito	158.545	324.369	263.683	284.846	126.769	332.234	193.318	-	-	-	-	-	-	-
Subv. aos Produtores de Borracha Natural	Explícito	4.111	641												
Subsídios Implícitos		11.616.697	12.727.262	25.024.193	16.457.031	8.258.363	16.378.028	13.672.831	15.166.723	32.150.783	35.891.021	56.473.075	37.362.928	51.013.716	78.282.104
Empréstimos da União ao BNDES	Implícito						17.776	4.576.871	8.469.246	10.538.243	12.343.318	10.629.385	21.272.338	18.969.019	29.146.451
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	Implícito	3.938.423	6.971.591	11.937.912	9.305.165	5.195.308	3.813.958	(857.546)	(1.505.722)	9.377.615	10.597.112	12.512.172	4.718.769	5.427.771	15.871.207
Fundos Constitucionais de Financ. - FNE, FNO e FCO	Implícito	3.195.025	2.829.898	10.163.259	4.254.792	4.117.308	5.552.053	5.364.761	6.192.908	7.666.348	7.933.379	8.240.990	9.927.086	12.583.484	15.000.506
Fundo Financiamento Estudantil - FIES	Implícito	304.167	212.580	304.381	156.770	304.739	1.740.429	589.000	986.179	16.091	520.062	590.693	1.839.602	6.655.221	11.434.186
Fundo da Marinha Mercante - FMM	Implícito	345.784	432.721	458.763	553.958	471.613	1.314.572	3.671	(5.143)	1.816.395	(239.863)	3.592.221	2.035.608	2.257.542	2.853.479
PROER	Implícito	2.187.641	1.081.778	1.116.792	1.393.937	(2.518.252)	(1.506.802)	2.925.886	(347.763)	(295.945)	2.227.524	17.373.362	599.072	790.175	1.154.094
FDNE (Financiamento)	Implícito						74.440	4.866	117.955	525.692	321.052	1.648.704	628.682	588.698	671.005
FUNCAFÉ (Financiamento)	Implícito	270.166	191.672	254.374	189.397	173.301	357.568	460.411	329.891	302.300	266.118	137.683	96.449	460.580	577.582
PROEX (Financiamento)	Implícito	455.262	146.011	300.369	103.460	(148.779)	(190.668)	(348.430)	(336.769)	306.086	275.647	136.096	207.242	121.499	575.035
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	Implícito	73.218	131.794	138.251	156.932	156.182	242.198	135.907	319.692	317.303	297.368	266.760	19.555	691.803	454.384
PESA (Implícito)	Implícito									198.150	209.742	231.835	239.233	254.332	417.727
FNDCT	Implícito						314.792	220.633	169.184	326.959	364.308	997.667	(4.132.347)	1.588.234	377.895
PRONAF (Financiamento)	Implícito	409.029	513.040	51.801	144.593	334.175	269.671	136.759	(268.166)	112.728	310.320	208.668	247.190	321.469	93.153
FDGO (Financiamento)	Implícito												15.161	17.058	46.947
FGPC	Implícito	49.759	8.423	31.261	15.298	28.339	6.887	(11.640)	6.884	(14.013)	(13.045)	(26.141)	22.444	(73.150)	13.284
Recuperação da Lavoura Cacaueira (Financiamento)	Implícito	4.144	2.499	1.623	10.048	1.293	1.292	769	826	3.690	2.797	3.433	5.782	9.416	10.892
RECOOP (Financiamento)	Implícito	74.621	58.008	73.199	19.404	20.759	27.591	13.629	10.112	24.080	17.191	-	8.631	9.044	7.565
FRD	Implícito	43.019	20.407	12.725	29.409	24.224	21.416	6.558	9.300	8.714	10.334	2.715	34.415	(10.479)	212
FDA (Financiamento)	Implícito						(31.624)	58.244	39.884	90.227	70.964	344.818	(162.242)	373.573	(200.585)
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	Implícito						4.194.083	(3.028)	779.263	818.528	354.601	(425.383)	(274.842)	(146.323)	(222.915)
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND	Implícito	266.438	126.841	179.483	123.868	98.152	158.395	395.509	812						
TOTAL		17.335.424	25.526.250	32.700.434	23.438.309	17.677.131	23.802.642	23.050.123	28.918.696	51.899.727	55.888.342	77.029.945	61.300.448	128.436.260	114.858.632

Fonte: MF/SEAE e SPE

Tabela 2: Subsídios Explícitos e Implícitos (ou Benefícios Financeiros e Creditícios) - por tipo, em valores constantes de 2016

R\$ mil de 2016 ⁽¹⁾

DISCRIMINAÇÃO	Tipologia	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2003-2016
Subsídios Explícitos		12.329.320	25.886.609	14.525.395	12.678.386	16.504.248	12.311.573	14.823.423	20.696.416	27.873.045	26.776.335	25.916.989	28.383.628	84.212.501	36.576.528	359.494.397
Minha Casa Minha Vida - MCMV	Explícito	-	-	-	-	-	-	2.484.760	2.365.531	10.884.106	15.066.318	17.886.436	20.668.270	22.525.262	7.965.285	99.845.967
Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS	Explícito	1.148.782	16.522.584	246.177	1.868.278	6.157.510	4.866.696	1.096.404	9.778.943	7.800.140	897.684	16.881	-	4.004.917	3.565.350	57.970.348
Programa de Sustentação do Investimento - PSI	Explícito	-	-	-	-	-	-	-	-	605.443	1.006.471	153.633	131.314	32.939.533	10.215.700	45.052.094
PRONAF (Equalização)	Explícito	1.227.547	1.232.160	1.442.446	1.977.092	992.344	1.322.436	1.213.832	487.396	3.104.746	3.167.036	2.162.121	541.355	10.641.090	5.235.934	34.747.535
Subv. de Energia Elétrica da Subclasse Baixa Renda	Explícito	-	2.223.667	2.474.041	2.542.685	1.659.103	2.221.959	2.718.891	2.520.563	1.786.260	2.138.620	2.520.283	2.700.552	2.329.727	2.267.894	30.104.245
Custeio Agropecuário	Explícito	767.997	215.610	386.446	620.293	1.676.362	738.818	312.932	735.693	1.294.735	1.762.945	159.042	759.524	5.631.423	1.820.040	16.882.860
Securitização Agrícola	Explícito	4.157.558	2.513.878	5.107.906	884.277	2.624.038	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.287.658
Garantia e Sustentação de Preços	Explícito	55.559	29.551	446.502	1.645.539	2.069.648	1.551.946	1.463.242	2.045.292	1.170.552	590.877	192.063	533.518	560.129	49.967	12.404.386
PROEX (Equalização)	Explícito	1.977.660	978.435	1.151.847	815.063	670.976	509.276	623.294	348.750	571.531	787.809	650.767	972.195	801.809	619.297	11.478.710
AGF e Estoques Estratégicos	Explícito	1.630.750	438.815	1.618.412	453.965	(217.882)	(260.503)	3.811.876	1.678.982	(622.312)	(88.729)	46.939	538.226	170.812	108.471	9.307.823
Operações de Investimento Rural e Agroindustrial	Explícito	558.792	692.370	506.255	880.637	48.173	47.042	(114.318)	(509)	33.301	87.752	418.726	83.957	2.718.593	2.968.999	8.929.770
PESA (Explícito)	Explícito	392.580	274.414	569.330	358.126	379.118	394.086	391.101	149.642	625.072	216.378	378.676	385.481	327.236	622.746	5.463.985
Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural	Explícito	-	12	4.380	56.519	106.822	261.243	282.181	298.405	357.714	426.026	518.514	486.841	608.871	782.536	4.190.063
Financ. em Projetos de Habitação Popular	Explícito	341.816	656.053	498.955	517.296	222.134	550.914	305.593	-	-	-	-	-	-	-	3.092.760
Programa de MPO - Programa Crescer	Explícito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	304.228	601.929	435.526	426.702	-	1.768.386
Empréstimos do Governo Federal - EGF	Explícito	35.439	10.944	12.689	5.972	54.170	12.885	18.190	133.465	108.274	232.587	107.946	9.036	327.348	81.196	1.150.142
FUNCAFÉ (Equalização)	Explícito	-	-	-	-	4.566	39.266	83.704	124.485	92.594	99.781	86.021	123.247	110.112	110.118	873.896
Subv. ao Preço do Óleo de Embarcações Pesqueiras	Explícito	6.036	14.969	11.826	35.294	44.683	33.959	34.438	29.780	24.421	2.265	7.746	7.036	4.452	600	257.505
Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro - PASS	Explícito	18.670	79.450	37.968	-	-	-	-	-	-	958	-	-	53.205	56.573	246.824
Revitaliza	Explícito	-	-	-	-	-	-	92.749	-	36.266	76.740	8.655	3.372	2.570	25.965	246.316
FDNE (Equalização)	Explícito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17.700	60.777	78.477
Investimentos na Região Centro-Oeste (equalização FAT)	Explícito	-	105	7.972	15.341	11.969	5.122	1.733	-	-	-	-	-	-	-	42.243
Recuperação da Lavoura Cacaueira (Equalização)	Explícito	1.272	2.294	2.242	2.009	512	15.428	1.322	200	573	-	-	-	-	-	25.851
Garantia e Sustentação de Preços da Agric. Familiar	Explícito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.188	5.327	5.795	14.311
Viver sem Limite - PCD	Explícito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18	610	989	5.424	5.656	12.697
Subv. aos Produtores de Borracha Natural	Explícito	8.863	1.297	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.160
FDCO (Equalização)	Explícito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	258	6.199	6.457
RECOOP (Equalização)	Explícito	-	-	-	-	-	-	1.499	-	-	-	-	-	-	-	1.499
FDA (Equalização)	Explícito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.428	1.428
Subsídios Implícitos		25.045.080	25.741.539	47.352.124	29.886.876	14.470.901	27.158.217	21.613.719	22.825.583	45.376.614	48.057.939	71.198.194	44.302.644	55.487.619	78.282.104	556.799.153
Fundos Constitucionais de Financ. - FNE, FNO e FCO	Implícito	6.888.332	5.723.614	19.231.465	7.726.937	7.214.645	9.206.473	8.480.499	9.320.190	10.820.045	10.622.763	10.389.794	11.770.924	13.687.055	15.000.506	146.083.243
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	Implícito	8.491.064	14.100.400	22.589.559	16.898.692	9.103.596	6.324.345	(1.355.591)	(2.266.079)	13.235.274	14.189.491	15.774.669	5.595.224	5.903.787	15.871.207	144.455.638
Empréstimos da União ao BNDES	Implícito	-	-	-	-	-	29.476	7.235.020	12.746.028	14.873.348	16.527.656	13.400.953	25.223.420	20.632.602	29.146.451	139.814.955
PROER	Implícito	4.716.455	2.187.951	2.113.254	2.531.467	(4.412.664)	(2.498.594)	4.625.177	(523.376)	(417.687)	2.982.646	21.903.393	710.342	859.474	1.154.094	35.931.934
FIES	Implícito	655.770	429.954	575.966	284.704	533.986	2.885.998	931.079	1.484.177	22.711	696.361	744.713	2.181.287	7.238.884	11.434.186	30.099.775
Fundo da Marinha Mercante - FMM	Implícito	745.494	875.201	868.096	1.006.019	826.394	2.179.837	5.803	(7.740)	2.563.604	(321.176)	4.528.877	2.413.697	2.455.528	2.853.479	20.993.114
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	Implícito	-	-	-	-	-	6.954.672	(4.786)	1.172.774	1.155.245	474.810	(536.300)	(325.891)	(159.155)	(222.915)	8.508.453
FUNCAFÉ (Financiamento)	Implícito	582.467	387.666	481.340	343.955	303.671	592.922	727.808	496.479	426.657	356.331	173.583	114.363	500.973	577.582	6.065.797
FDNE (Financiamento)	Implícito	-	-	-	-	-	123.438	7.692	177.519	741.945	429.887	2.078.596	745.453	640.327	671.005	5.615.862
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	Implícito	157.856	266.559	261.606	284.997	273.674	401.615	214.840	481.129	447.831	398.175	336.316	23.187	752.474	454.384	4.754.643
PRONAF (Financiamento)	Implícito	881.848	1.037.650	98.021	262.589	585.566	447.171	216.186	(403.585)	159.100	415.517	263.077	293.102	349.662	93.153	4.699.057
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND	Implícito	574.429	256.542	339.628	224.951	171.989	262.652	625.212	1.222	-	-	-	-	-	-	2.456.625
PESA (Implícito)	Implícito	-	-	-	-	-	-	298.211	296.023	310.426	301.613	301.571	412.327	417.727	417.727	2.337.897
PROEX (Financiamento)	Implícito	981.526	295.316	568.374	187.889	(260.702)	(316.167)	(550.790)	(506.829)	432.001	369.091	171.583	245.735	132.154	575.035	2.324.214
FDA (Financiamento)	Implícito	-	-	-	-	-	(52.439)	92.070	60.025	127.343	95.020	434.728	(192.376)	406.336	(200.585)	770.122
RECOOP (Financiamento)	Implícito	160.880	117.324	138.511	35.239	36.375	45.751	21.545	15.219	33.985	23.018	-	10.235	9.837	7.565	655.485
FNDC T	Implícito	-	-	-	-	-	521.992	348.773	254.619	461.459	487.807	1.257.805	(4.899.881)	1.727.522	377.895	537.988
FRD	Implícito	92.746	41.273	24.079	53.408	42.447	35.513	10.367	13.997	12.299	13.838	3.422	40.807	(11.398)	212	373.009
FGPC	Implícito	107.278	17.037	59.154	27.781	49.657	11.420	(18.400)	10.360	(19.777)	(17.468)	(32.957)	26.613	(79.565)	13.284	154.417
FDCO (Financiamento)	Implícito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17.976	18.554	46.947	83.478
Recuperação da Lavoura Cacaueira (Financiamento)	Implícito	8.934	5.054	3.071	18.248	2.266	2.143	1.216	1.243	5.208	3.746	4.328	6.856	10.242	10.892	83.447
TOTAL		37.374.400	51.628.148	61.877.520	42.565.262	30.975.149	39.469.790	36.437.142	43.521.999	73.249.659	74.834.274	97.115.183	72.686.272	139.700.119	114.858.632	916.293.550

(1): IPCA, média 12 meses

Fonte: MF/SEAE e SPE

Tabela 3: Subsídios Explícitos e Implícitos (ou Benefícios Financeiros e Creditícios) - % Despesa e % PIB

	2006				2011				2016		
	R\$ milhões	R\$ milhões de 2016	% Despesa ⁽¹⁾	% PIB	R\$ milhões	R\$ milhões de 2016	% Despesa ⁽¹⁾	% PIB	R\$ milhões	% Despesa ⁽¹⁾	% PIB
Subsídios Totais	23.438	42.565	5,81%	0,97%	51.900	73.250	7,09%	1,19%	114.859	9,19%	1,83%
Subsídios Explícitos	6.981	12.678	1,73%	0,29%	19.749	27.873	2,70%	0,45%	36.577	2,93%	0,58%
Programa de Sustentação do Investimento - PSI	0	0	0,00%	0,00%	429	605	0,06%	0,01%	10.216	0,82%	0,16%
Minha Casa Minha Vida - MCMV	0	0	0,00%	0,00%	7.712	10.884	1,05%	0,18%	7.965	0,64%	0,13%
PRONAF (Equalização)	1.089	1.977	0,27%	0,05%	2.200	3.105	0,30%	0,05%	5.236	0,42%	0,08%
Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS	1.029	1.868	0,25%	0,04%	5.527	7.800	0,76%	0,13%	3.565	0,29%	0,06%
Operações de Investimento Rural e Agroindustrial	485	881	0,12%	0,02%	24	33	0,00%	0,00%	2.969	0,24%	0,05%
Subv. de Energia Elétrica da Subclasse Baixa Renda	1.400	2.543	0,35%	0,06%	1.266	1.786	0,17%	0,03%	2.268	0,18%	0,04%
Custeio Agropecuário	342	620	0,08%	0,01%	917	1.295	0,13%	0,02%	1.820	0,15%	0,03%
Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural	31	57	0,01%	0,00%	253	358	0,03%	0,01%	783	0,06%	0,01%
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (Explícito)	197	358	0,05%	0,01%	443	625	0,06%	0,01%	623	0,05%	0,01%
PROEX (Equalização)	449	815	0,11%	0,02%	405	572	0,06%	0,01%	619	0,05%	0,01%
FUNCAFÉ (Equalização)	0	0	0,00%	0,00%	66	93	0,01%	0,00%	110	0,01%	0,00%
AGF e Estoques Estratégicos	250	454	0,06%	0,01%	-441	-622	-0,06%	-0,01%	108	0,01%	0,00%
Empréstimos do Governo Federal - EGF	3	6	0,00%	0,00%	77	108	0,01%	0,00%	81	0,01%	0,00%
FDNE (Equalização)	0	0	0,00%	0,00%	0	0	0,00%	0,00%	61	0,00%	0,00%
Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro - PASS	0	0	0,00%	0,00%	0	0	0,00%	0,00%	57	0,00%	0,00%
Garantia e Sustentação de Preços	906	1.646	0,22%	0,04%	829	1.171	0,11%	0,02%	50	0,00%	0,00%
Revitaliza	0	0	0,00%	0,00%	26	36	0,00%	0,00%	26	0,00%	0,00%
FDGO (Equalização)	0	0	0,00%	0,00%	0	0	0,00%	0,00%	6	0,00%	0,00%
Garantia e Sustentação de Preços da Agricultura Familiar	0	0	0,00%	0,00%	0	0	0,00%	0,00%	6	0,00%	0,00%
Viver sem Limite - PCD	0	0	0,00%	0,00%	0	0	0,00%	0,00%	6	0,00%	0,00%
FDA (Equalização)	0	0	0,00%	0,00%	0	0	0,00%	0,00%	1	0,00%	0,00%
Subv. Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras	19	35	0,00%	0,00%	17	24	0,00%	0,00%	1	0,00%	0,00%
Securitização Agrícola	487	884	0,12%	0,02%	0	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Financ. em Projetos de Habitação Popular	285	517	0,07%	0,01%	0	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Recuperação da Lavoura Cacaueira (Equalização)	1	2	0,00%	0,00%	0	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Investimentos na Região Centro-Oeste (equalização FAT)	8	15	0,00%	0,00%	0	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Subsídios Implícitos	16.457	29.887	4,08%	0,68%	32.151	45.377	4,39%	0,73%	78.282	6,27%	1,25%
Empréstimos da União ao BNDES	0	0	0,00%	0,00%	10.538	14.873	1,44%	0,24%	29.146	2,33%	0,47%
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	9.305	16.899	2,30%	0,39%	9.378	13.235	1,28%	0,21%	15.871	1,27%	0,25%
Fundos Constitucionais de Financiamento - FNE, FNO e FCO	4.255	7.727	1,05%	0,18%	7.666	10.820	1,05%	0,18%	15.001	1,20%	0,24%
FIES	157	285	0,04%	0,01%	16	23	0,00%	0,00%	11.434	0,92%	0,18%
Fundo da Marinha Mercante - FMM	554	1.006	0,14%	0,02%	1.816	2.564	0,25%	0,04%	2.853	0,23%	0,05%
PROER	1.394	2.531	0,35%	0,06%	-296	-418	-0,04%	-0,01%	1.154	0,09%	0,02%
FDNE (Financiamento)	0	0	0,00%	0,00%	526	742	0,07%	0,01%	671	0,05%	0,01%
FUNCAFÉ (Financiamento)	189	344	0,05%	0,01%	302	427	0,04%	0,01%	578	0,05%	0,01%
PROEX (Financiamento)	103	188	0,03%	0,00%	306	432	0,04%	0,01%	575	0,05%	0,01%
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	157	285	0,04%	0,01%	317	448	0,04%	0,01%	454	0,04%	0,01%
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (Implícito)	0	0	0,00%	0,00%	210	296	0,03%	0,00%	418	0,03%	0,01%
FNDCT	0	0	0,00%	0,00%	327	461	0,04%	0,01%	378	0,03%	0,01%
PRONAF (Financiamento)	145	263	0,04%	0,01%	113	159	0,02%	0,00%	93	0,01%	0,00%
FDGO (Financiamento)	0	0	0,00%	0,00%	0	0	0,00%	0,00%	47	0,00%	0,00%
FGPC	15	28	0,00%	0,00%	-14	-20	0,00%	0,00%	13	0,00%	0,00%
Recuperação da Lavoura Cacaueira (Financiamento)	10	18	0,00%	0,00%	4	5	0,00%	0,00%	11	0,00%	0,00%
RECOOP (Financiamento)	19	35	0,00%	0,00%	24	34	0,00%	0,00%	8	0,00%	0,00%
FRD	29	53	0,01%	0,00%	9	12	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
FDA (Financiamento)	0	0	0,00%	0,00%	90	127	0,01%	0,00%	-201	-0,02%	0,00%
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	0	0	0,00%	0,00%	819	1.155	0,11%	0,02%	-223	-0,02%	0,00%

Tabela 4: Subsídios Explícitos e Implícitos (ou Benefícios Financeiros e Creditícios) - 2011, por setor, em valores nominais

R\$ mil

	Classificação	Agropecuária	Indústria	Comércio e Serviços	Total
Subsídios Explícitos		4.415.396	458.687	14.874.861	19.748.944
Programa de Sustentação do Investimento - PSI	Variável	30.056	136.036	262.884	428.976
Minha Casa Minha Vida - MCMV	Perene	0	0	7.711.737	7.711.737
PRONAF (Equalização)	Perene	2.199.812	0	0	2.199.812
Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS	Perene	0	0	5.526.649	5.526.649
Operações de Investimento Rural e Agroindustrial	Perene	23.595	0	0	23.595
Subvenção a Consumidores de Energia Elétrica da Subclasse Baixa Renda	Perene	0	0	1.265.622	1.265.622
Custeio Agropecuário	Perene	917.361	0	0	917.361
Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural	Perene	253.452	0	0	253.452
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (Explícito)	Perene	442.884	0	0	442.884
PROEX (Equalização)	Variável	0	296.982	107.966	404.948
FUNCAFÉ (Equalização)	Perene	65.606	0	0	65.606
AGF e Estoques Estratégicos	Perene	-440.928	0	0	-440.928
Empréstimos do Governo Federal - EGF	Perene	76.716	0	0	76.716
FDNE (Equalização)	Variável	0	0	0	0
Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro - PASS	Perene	0	0	0	0
Garantia e Sustentação de Preços	Perene	829.374	0	0	829.374
Revitaliza	Variável	23	25.670	3	25.695
FDCCO (Equalização)	Variável	0	0	0	0
Garantia e Sustentação de Preços da Agricultura Familiar	Perene	0	0	0	0
Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite - PCD	Perene	0	0	0	0
FDA (Equalização)	Variável	0	0	0	0
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - Programa Crescer	Variável	0	0	0	0
Recuperação da Lavoura Cacaueira (Equalização)	Perene	142	0	0	142
Subvenção ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras	Perene	17.303	0	0	17.303
Subsídios Implícitos		5.551.774	14.375.204	12.223.805	32.150.783
Empréstimos da União ao BNDES	Variável	740.552	3.327.439	6.470.252	10.538.243
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	Variável	474.308	5.513.726	3.389.581	9.377.615
Fundos Constitucionais de Financiamento - FNE, FNO e FCO	Variável	3.145.787	2.735.164	1.785.398	7.666.348
Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES	Perene	0	0	16.091	16.091
Fundo da Marinha Mercante - FMM	Perene	0	1.816.395	0	1.816.395
PROER	Perene	0	0	-295.945	-295.945
FDNE (Financiamento)	Variável	0	0	525.692	525.692
FUNCAFÉ (Financiamento)	Perene	302.300	0	0	302.300
PROEX (Financiamento)	Variável	180.989	113.167	11.930	306.086
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	Perene	317.303	0	0	317.303
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (Implícito)	Perene	209.742	0	0	209.742
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	Variável	40.296	206.388	80.275	326.959
PRONAF (Financiamento)	Perene	112.728	0	0	112.728
FDCCO (Financiamento)	Variável	0	0	0	0
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC	Perene	0	-14.013	0	-14.013
Recuperação da Lavoura Cacaueira (Financiamento)	Perene	3.690	0	0	3.690
RECOOP (Financiamento)	Perene	24.080	0	0	24.080
FRD	Perene	0	0	8.714	8.714
FDA (Financiamento)	Variável	0	90.227	0	90.227
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	Variável	0	586.711	231.817	818.528
TOTAL		9.967.170	14.833.891	27.098.665	51.899.727

Fonte: MF/SEAE

Tabela 5: Subsídios Explícitos e Implícitos (ou Benefícios Financeiros e Creditícios) - 2011, por setor, em valores constantes de 2016

R\$ mil de 2016 ⁽¹⁾

	Classificação	Agropecuária	Indústria	Comércio e Serviços	Total
Subsídios Explícitos		6.231.752	647.377	20.993.915	27.873.045
Programa de Sustentação do Investimento - PSI	Variável	42.420	191.997	371.026	605.443
Minha Casa Minha Vida - MCMV	Perene	0	0	10.884.106	10.884.106
PRONAF (Equalização)	Perene	3.104.746	0	0	3.104.746
Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS	Perene	0	0	7.800.140	7.800.140
Operações de Investimento Rural e Agroindustrial	Perene	33.301	0	0	33.301
Subvenção a Consumidores de Energia Elétrica da Subclasse Baixa Renda	Perene	0	0	1.786.260	1.786.260
Custeio Agropecuário	Perene	1.294.735	0	0	1.294.735
Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural	Perene	357.714	0	0	357.714
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (Explícito)	Perene	625.072	0	0	625.072
PROEX (Equalização)	Variável	0	419.151	152.380	571.531
FUNCAFÉ (Equalização)	Perene	92.594	0	0	92.594
AGF e Estoques Estratégicos	Perene	-622.312	0	0	-622.312
Empréstimos do Governo Federal - EGF	Perene	108.274	0	0	108.274
FDNE (Equalização)	Variável	0	0	0	0
Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro - PASS	Perene	0	0	0	0
Garantia e Sustentação de Preços	Perene	1.170.552	0	0	1.170.552
Revitaliza	Variável	32	36.229	4	36.266
FDCO (Equalização)	Variável	0	0	0	0
Garantia e Sustentação de Preços da Agricultura Familiar	Perene	0	0	0	0
Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite - PCD	Perene	0	0	0	0
FDA (Equalização)	Variável	0	0	0	0
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - Programa Crescer	Variável	0	0	0	0
Recuperação da Lavoura Cacaueira (Equalização)	Perene	200	0	0	200
Subvenção ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras	Perene	24.421	0	0	24.421
Subsídios Implícitos		7.835.602	20.288.715	17.252.297	45.376.614
Empréstimos da União ao BNDES	Variável	1.045.192	4.696.244	9.131.912	14.873.348
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	Variável	669.423	7.781.902	4.783.948	13.235.274
Fundos Constitucionais de Financiamento - FNE, FNO e FCO	Variável	4.439.866	3.860.325	2.519.855	10.820.045
Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES	Perene	0	0	22.711	22.711
Fundo da Marinha Mercante - FMM	Perene	0	2.563.604	0	2.563.604
PROER	Perene	0	0	-417.687	-417.687
FDNE (Financiamento)	Variável	0	0	741.945	741.945
FUNCAFÉ (Financiamento)	Perene	426.657	0	0	426.657
PROEX (Financiamento)	Variável	255.443	159.720	16.838	432.001
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	Perene	447.831	0	0	447.831
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (Implícito)	Perene	296.023	0	0	296.023
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	Variável	56.872	291.289	113.298	461.459
PRONAF (Financiamento)	Perene	159.100	0	0	159.100
FDCO (Financiamento)	Variável	0	0	0	0
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC	Perene	0	-19.777	0	-19.777
Recuperação da Lavoura Cacaueira (Financiamento)	Perene	5.208	0	0	5.208
RECOOP (Financiamento)	Perene	33.985	0	0	33.985
FRD	Perene	0	0	12.299	12.299
FDA (Financiamento)	Variável	0	127.343	0	127.343
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	Variável	0	828.065	327.180	1.155.245
TOTAL		14.067.353	20.936.093	38.246.213	73.249.659

(1): IPCA, média 12 meses

Fonte: MF/SEAE

Tabela 6: Subsídios Explícitos e Implícitos (ou Benefícios Financeiros e Creditícios) - 2012, por setor, em valores nominais

R\$ mil

	Classificação	Agropecuária	Indústria	Comércio e Serviços	Total
Subsídios Explícitos		4.912.093	582.362	14.502.866	19.997.321
Programa de Sustentação do Investimento - PSI	Variável	54.440	232.071	465.149	751.661
Minha Casa Minha Vida - MCMV	Perene	0	0	11.251.950	11.251.950
PRONAF (Equalização)	Perene	2.365.232	0	0	2.365.232
Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS	Perene	0	0	670.416	670.416
Operações de Investimento Rural e Agroindustrial	Perene	65.536	0	0	65.536
Subvenção a Consumidores de Energia Elétrica da Subclasse Baixa Renda	Perene	0	0	1.597.181	1.597.181
Custeio Agropecuário	Perene	1.316.617	0	0	1.316.617
Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural	Perene	318.168	0	0	318.168
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (Explícito)	Perene	161.597	0	0	161.597
PROEX (Equalização)	Variável	0	295.377	292.981	588.358
FUNCAFÉ (Equalização)	Perene	74.520	0	0	74.520
AGF e Estoques Estratégicos	Perene	-66.265	0	0	-66.265
Empréstimos do Governo Federal - EGF	Perene	173.702	0	0	173.702
FDNE (Equalização)	Variável	0	0	0	0
Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro - PASS	Perene	716	0	0	716
Garantia e Sustentação de Preços	Perene	441.283	0	0	441.283
Revitaliza	Variável	4.428	52.642	241	57.311
FDCCO (Equalização)	Variável	0	0	0	0
Garantia e Sustentação de Preços da Agricultura Familiar	Perene	0	0	0	0
Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite - PCD	Perene	0	0	13	13
FDA (Equalização)	Variável	0	0	0	0
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - Programa Crescer	Variável	0	2.272	224.934	227.206
Recuperação da Lavoura Cacaueira (Equalização)	Perene	428	0	0	428
Subvenção ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras	Perene	1.692	0	0	1.692
Subsídios Implícitos		6.133.991	12.693.518	17.063.512	35.891.021
Empréstimos da União ao BNDES	Variável	899.051	3.773.293	7.670.975	12.343.318
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	Variável	266.476	6.229.758	4.100.877	10.597.112
Fundos Constitucionais de Financiamento - FNE, FNO e FCO	Variável	3.632.511	2.253.559	2.047.309	7.933.379
Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES	Perene	0	0	520.062	520.062
Fundo da Marinha Mercante - FMM	Perene	0	-239.863	0	-239.863
PROER	Perene	0	0	2.227.524	2.227.524
FDNE (Financiamento)	Variável	0	107.948	213.104	321.052
FUNCAFÉ (Financiamento)	Perene	266.118	0	0	266.118
PROEX (Financiamento)	Variável	164.036	91.983	19.628	275.647
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	Perene	297.368	0	0	297.368
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (Implícito)	Perene	231.835	0	0	231.835
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	Variável	46.288	224.512	93.507	364.308
PRONAF (Financiamento)	Perene	310.320	0	0	310.320
FDCCO (Financiamento)	Variável	0	0	0	0
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC	Perene	0	-13.045	0	-13.045
Recuperação da Lavoura Cacaueira (Financiamento)	Perene	2.797	0	0	2.797
RECOOP (Financiamento)	Perene	17.191	0	0	17.191
FRD	Perene	0	0	10.334	10.334
FDA (Financiamento)	Variável	0	19.638	51.326	70.964
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	Variável	0	245.736	108.866	354.601
TOTAL		11.046.084	13.275.880	31.566.378	55.888.342

Fonte: MF/SEAE

Tabela 7: Subsídios Explícitos e Implícitos (ou Benefícios Financeiros e Creditícios) - 2012, por setor, em valores constantes de 2016

R\$ mil de 2016 ⁽¹⁾

	Classificação	Agropecuária	Indústria	Comércio e Serviços	Total
Subsídios Explícitos		6.577.274	779.780	19.419.281	26.776.335
Programa de Sustentação do Investimento - PSI	Variável	72.896	310.742	622.833	1.006.471
Minha Casa Minha Vida - MCMV	Perene	0	0	15.066.318	15.066.318
PRONAF (Equalização)	Perene	3.167.036	0	0	3.167.036
Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS	Perene	0	0	897.684	897.684
Operações de Investimento Rural e Agroindustrial	Perene	87.752	0	0	87.752
Subvenção a Consumidores de Energia Elétrica da Subclasse Baixa Renda	Perene	0	0	2.138.620	2.138.620
Custeio Agropecuário	Perene	1.762.945	0	0	1.762.945
Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural	Perene	426.026	0	0	426.026
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (Explícito)	Perene	216.378	0	0	216.378
PROEX (Equalização)	Variável	0	395.508	392.300	787.809
FUNCAFÉ (Equalização)	Perene	99.781	0	0	99.781
AGF e Estoques Estratégicos	Perene	-88.729	0	0	-88.729
Empréstimos do Governo Federal - EGF	Perene	232.587	0	0	232.587
FDNE (Equalização)	Variável	0	0	0	0
Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro - PASS	Perene	958	0	0	958
Garantia e Sustentação de Preços	Perene	590.877	0	0	590.877
Revitaliza	Variável	5.930	70.488	322	76.740
FDCO (Equalização)	Variável	0	0	0	0
Garantia e Sustentação de Preços da Agricultura Familiar	Perene	0	0	0	0
Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite - PCD	Perene	0	0	18	18
FDA (Equalização)	Variável	0	0	0	0
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - Programa Crescer	Variável	0	3.042	301.186	304.228
Recuperação da Lavoura Cacaueira (Equalização)	Perene	573	0	0	573
Subvenção ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras	Perene	2.265	0	0	2.265
Subsídios Implícitos		8.213.391	16.996.572	22.847.976	48.057.939
Empréstimos da União ao BNDES	Variável	1.203.826	5.052.424	10.271.405	16.527.656
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	Variável	356.810	8.341.622	5.491.059	14.189.491
Fundos Constitucionais de Financiamento - FNE, FNO e FCO	Variável	4.863.918	3.017.507	2.741.339	10.622.763
Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES	Perene	0	0	696.361	696.361
Fundo da Marinha Mercante - FMM	Perene	0	-321.176	0	-321.176
PROER	Perene	0	0	2.982.646	2.982.646
FDNE (Financiamento)	Variável	0	144.542	285.345	429.887
FUNCAFÉ (Financiamento)	Perene	356.331	0	0	356.331
PROEX (Financiamento)	Variável	219.644	123.165	26.282	369.091
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	Perene	398.175	0	0	398.175
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (Implícito)	Perene	310.426	0	0	310.426
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	Variável	61.980	300.621	125.205	487.807
PRONAF (Financiamento)	Perene	415.517	0	0	415.517
FDCO (Financiamento)	Variável	0	0	0	0
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC	Perene	0	-17.468	0	-17.468
Recuperação da Lavoura Cacaueira (Financiamento)	Perene	3.746	0	0	3.746
RECOOP (Financiamento)	Perene	23.018	0	0	23.018
FRD	Perene	0	0	13.838	13.838
FDA (Financiamento)	Variável	0	26.295	68.726	95.020
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	Variável	0	329.039	145.771	474.810
TOTAL		14.790.664	17.776.352	42.267.257	74.834.274

(1): IPCA, média 12 meses

Fonte: MF/SEAE

Tabela 8: Subsídios Explícitos e Implícitos (ou Benefícios Financeiros e Creditícios) - 2013, por setor, em valores nominais

R\$ mil

	Classificação	Agropecuária	Indústria	Comércio e Serviços	Total
Subsídios Explícitos		3.246.502	339.447	16.970.922	20.556.871
Programa de Sustentação do Investimento - PSI	Variável	12.012	37.375	72.471	121.859
Minha Casa Minha Vida - MCMV	Perene	0	0	14.187.186	14.187.186
PRONAF (Equalização)	Perene	1.714.954	0	0	1.714.954
Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS	Perene	0	0	13.390	13.390
Operações de Investimento Rural e Agroindustrial	Perene	332.126	0	0	332.126
Subvenção a Consumidores de Energia Elétrica da Subclasse Baixa Renda	Perene	0	0	1.999.041	1.999.041
Custeio Agropecuário	Perene	126.149	0	0	126.149
Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural	Perene	411.275	0	0	411.275
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (Explícito)	Perene	300.359	0	0	300.359
PROEX (Equalização)	Variável	0	290.655	225.521	516.177
FUNCAFÉ (Equalização)	Perene	68.231	0	0	68.231
AGF e Estoques Estratégicos	Perene	37.231	0	0	37.231
Empréstimos do Governo Federal - EGF	Perene	85.620	0	0	85.620
FDNE (Equalização)	Variável	0	0	0	0
Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro - PASS	Perene	0	0	0	0
Garantia e Sustentação de Preços	Perene	152.341	0	0	152.341
Revitaliza	Variável	60	6.642	163	6.865
FDCO (Equalização)	Variável	0	0	0	0
Garantia e Sustentação de Preços da Agricultura Familiar	Perene	0	0	0	0
Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite - PCD	Perene	0	0	484	484
FDA (Equalização)	Variável	0	0	0	0
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - Programa Crescer	Variável	0	4.774	472.664	477.439
Recuperação da Lavoura Cacaueira (Equalização)	Perene	0	0	0	0
Subvenção ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras	Perene	6.144	0	0	6.144
Subsídios Implícitos		6.124.519	16.453.749	33.894.807	56.473.075
Empréstimos da União ao BNDES	Variável	1.041.732	3.238.513	6.349.140	10.629.385
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	Variável	312.918	6.908.561	5.290.693	12.512.172
Fundos Constitucionais de Financiamento - FNE, FNO e FCO	Variável	3.729.475	1.676.799	2.834.716	8.240.990
Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES	Perene	0	0	590.693	590.693
Fundo da Marinha Mercante - FMM	Perene	0	3.592.221	0	3.592.221
PROER	Perene	0	0	17.373.362	17.373.362
FDNE (Financiamento)	Variável	0	615.283	1.033.421	1.648.704
FUNCAFÉ (Financiamento)	Perene	137.683	0	0	137.683
PROEX (Financiamento)	Variável	84.284	50.721	1.091	136.096
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	Perene	266.760	0	0	266.760
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (Implícito)	Perene	239.233	0	0	239.233
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	Variável	100.333	646.602	250.732	997.667
PRONAF (Financiamento)	Perene	208.668	0	0	208.668
FDCO (Financiamento)	Variável	0	0	0	0
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC	Perene	0	-26.141	0	-26.141
Recuperação da Lavoura Cacaueira (Financiamento)	Perene	3.433	0	0	3.433
RECOOP (Financiamento)	Perene	0	0	0	0
FRD	Perene	0	0	2.715	2.715
FDA (Financiamento)	Variável	0	34.123	310.695	344.818
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	Variável	0	-282.932	-142.451	-425.383
TOTAL		9.371.021	16.793.196	50.865.728	77.029.945

Fonte: MF/SEAE

Tabela 9: Subsídios Explícitos e Implícitos (ou Benefícios Financeiros e Creditícios) - 2013, por setor, em valores constantes de 2016

R\$ mil de 2016 ⁽¹⁾

	Classificação	Agropecuária	Indústria	Comércio e Serviços	Total
Subsídios Explícitos		4.093.014	427.956	21.396.019	25.916.989
Programa de Sustentação do Investimento - PSI	Variável	15.145	47.121	91.368	153.633
Minha Casa Minha Vida - MCMV	Perene	0	0	17.886.436	17.886.436
PRONAF (Equalização)	Perene	2.162.121	0	0	2.162.121
Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS	Perene	0	0	16.881	16.881
Operações de Investimento Rural e Agroindustrial	Perene	418.726	0	0	418.726
Subvenção a Consumidores de Energia Elétrica da Subclasse Baixa Renda	Perene	0	0	2.520.283	2.520.283
Custeio Agropecuário	Perene	159.042	0	0	159.042
Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural	Perene	518.514	0	0	518.514
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (Explícito)	Perene	378.676	0	0	378.676
PROEX (Equalização)	Variável	0	366.442	284.325	650.767
FUNCAFÉ (Equalização)	Perene	86.021	0	0	86.021
AGF e Estoques Estratégicos	Perene	46.939	0	0	46.939
Empréstimos do Governo Federal - EGF	Perene	107.946	0	0	107.946
FDNE (Equalização)	Variável	0	0	0	0
Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro - PASS	Perene	0	0	0	0
Garantia e Sustentação de Preços	Perene	192.063	0	0	192.063
Revitaliza	Variável	75	8.373	206	8.655
FDCO (Equalização)	Variável	0	0	0	0
Garantia e Sustentação de Preços da Agricultura Familiar	Perene	0	0	0	0
Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite - PCD	Perene	0	0	610	610
FDA (Equalização)	Variável	0	0	0	0
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - Programa Crescer	Variável	0	6.019	595.909	601.929
Recuperação da Lavoura Cacauera (Equalização)	Perene	0	0	0	0
Subvenção ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras	Perene	7.746	0	0	7.746
Subsídios Implícitos		7.721.461	20.743.996	42.732.736	71.198.194
Empréstimos da União ao BNDES	Variável	1.313.359	4.082.942	8.004.652	13.400.953
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	Variável	394.510	8.709.940	6.670.219	15.774.669
Fundos Constitucionais de Financiamento - FNE, FNO e FCO	Variável	4.701.920	2.114.017	3.573.857	10.389.794
Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES	Perene	0	0	744.713	744.713
Fundo da Marinha Mercante - FMM	Perene	0	4.528.877	0	4.528.877
PROER	Perene	0	0	21.903.393	21.903.393
FDNE (Financiamento)	Variável	0	775.715	1.302.881	2.078.596
FUNCAFÉ (Financiamento)	Perene	173.583	0	0	173.583
PROEX (Financiamento)	Variável	106.260	63.947	1.376	171.583
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	Perene	336.316	0	0	336.316
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (Implícito)	Perene	301.613	0	0	301.613
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	Variável	126.495	815.201	316.109	1.257.805
PRONAF (Financiamento)	Perene	263.077	0	0	263.077
FDCO (Financiamento)	Variável	0	0	0	0
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC	Perene	0	-32.957	0	-32.957
Recuperação da Lavoura Cacauera (Financiamento)	Perene	4.328	0	0	4.328
RECOOP (Financiamento)	Perene	0	0	0	0
FRD	Perene	0	0	3.422	3.422
FDA (Financiamento)	Variável	0	43.020	391.708	434.728
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	Variável	0	-356.706	-179.594	-536.300
TOTAL		11.814.476	21.171.952	64.128.755	97.115.183

(1): IPCA, média 12 meses

Fonte: MF/SEAE

Tabela 10: Subsídios Explícitos e Implícitos (ou Benefícios Financeiros e Creditícios) - 2014, por setor, em valores nominais

R\$ mil

	Classificação	Agropecuária	Indústria	Comércio e Serviços	Total
Subsídios Explícitos		2.938.362	372.994	20.626.164	23.937.520
Programa de Sustentação do Investimento - PSI	Variável	9.939	29.977	70.829	110.745
Minha Casa Minha Vida - MCMV	Perene	0	0	17.430.722	17.430.722
PRONAF (Equalização)	Perene	456.555	0	0	456.555
Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS	Perene	0	0	0	0
Operações de Investimento Rural e Agroindustrial	Perene	70.805	0	0	70.805
Subvenção a Consumidores de Energia Elétrica da Subclasse Baixa Renda	Perene	0	0	2.277.529	2.277.529
Custeio Agropecuário	Perene	640.549	0	0	640.549
Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural	Perene	410.581	0	0	410.581
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (Explícito)	Perene	325.098	0	0	325.098
PROEX (Equalização)	Variável	769	336.573	482.566	819.907
FUNCAFÉ (Equalização)	Perene	103.941	0	0	103.941
AGF e Estoques Estratégicos	Perene	453.917	0	0	453.917
Empréstimos do Governo Federal - EGF	Perene	7.620	0	0	7.620
FDNE (Equalização)	Variável	0	0	0	0
Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro - PASS	Perene	0	0	0	0
Garantia e Sustentação de Preços	Perene	449.946	0	0	449.946
Revitaliza	Variável	19	2.771	54	2.844
FDCCO (Equalização)	Variável	0	0	0	0
Garantia e Sustentação de Preços da Agricultura Familiar	Perene	2.689	0	0	2.689
Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite - PCD	Perene	0	0	834	834
FDA (Equalização)	Variável	0	0	0	0
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - Programa Crescer	Variável	0	3.673	363.631	367.304
Recuperação da Lavoura Cacaueira (Equalização)	Perene	0	0	0	0
Subvenção ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras	Perene	5.934	0	0	5.934
Subsídios Implícitos		6.889.508	9.865.751	20.607.669	37.362.928
Empréstimos da União ao BNDES	Variável	1.899.761	5.669.838	13.702.740	21.272.338
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	Variável	119.492	2.454.860	2.144.418	4.718.769
Fundos Constitucionais de Financiamento - FNE, FNO e FCO	Variável	4.358.563	2.472.163	3.096.361	9.927.086
Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES	Perene	0	0	1.839.602	1.839.602
Fundo da Marinha Mercante - FMM	Perene	0	2.035.608	0	2.035.608
PROER	Perene	0	0	599.072	599.072
FDNE (Financiamento)	Variável	0	440.414	188.269	628.682
FUNCAFÉ (Financiamento)	Perene	96.449	0	0	96.449
PROEX (Financiamento)	Variável	127.646	70.956	8.640	207.242
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	Perene	19.555	0	0	19.555
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (Implícito)	Perene	254.332	0	0	254.332
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	Variável	-247.891	-2.969.989	-914.467	-4.132.347
PRONAF (Financiamento)	Perene	247.190	0	0	247.190
FDCCO (Financiamento)	Variável	0	15.161	0	15.161
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC	Perene	0	22.444	0	22.444
Recuperação da Lavoura Cacaueira (Financiamento)	Perene	5.782	0	0	5.782
RECOOP (Financiamento)	Perene	8.631	0	0	8.631
FRD	Perene	0	0	34.415	34.415
FDA (Financiamento)	Variável	0	-162.242	0	-162.242
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	Variável	0	-183.461	-91.381	-274.842
TOTAL		9.827.870	10.238.745	41.233.833	61.300.448

Fonte: MF/SEAE

Tabela 11: Subsídios Explícitos e Implícitos (ou Benefícios Financeiros e Creditícios) - 2014, por setor, em valores constantes de 2016

R\$ mil de 2016 ⁽¹⁾

	Classificação	Agropecuária	Indústria	Comércio e Serviços	Total
Subsídios Explícitos		3.484.127	442.273	24.457.227	28.383.628
Programa de Sustentação do Investimento - PSI	Variável	11.785	35.545	83.984	131.314
Minha Casa Minha Vida - MCMV	Perene	0	0	20.668.270	20.668.270
PRONAF (Equalização)	Perene	541.355	0	0	541.355
Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS	Perene	0	0	0	0
Operações de Investimento Rural e Agroindustrial	Perene	83.957	0	0	83.957
Subvenção a Consumidores de Energia Elétrica da Subclasse Baixa Renda	Perene	0	0	2.700.552	2.700.552
Custeio Agropecuário	Perene	759.524	0	0	759.524
Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural	Perene	486.841	0	0	486.841
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (Explícito)	Perene	385.481	0	0	385.481
PROEX (Equalização)	Variável	911	399.087	572.197	972.195
FUNCAFÉ (Equalização)	Perene	123.247	0	0	123.247
AGF e Estoques Estratégicos	Perene	538.226	0	0	538.226
Empréstimos do Governo Federal - EGF	Perene	9.036	0	0	9.036
FDNE (Equalização)	Variável	0	0	0	0
Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro - PASS	Perene	0	0	0	0
Garantia e Sustentação de Preços	Perene	533.518	0	0	533.518
Revitaliza	Variável	23	3.285	64	3.372
FDCO (Equalização)	Variável	0	0	0	0
Garantia e Sustentação de Preços da Agricultura Familiar	Perene	3.188	0	0	3.188
Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite - PCD	Perene	0	0	989	989
FDA (Equalização)	Variável	0	0	0	0
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - Programa Crescer	Variável	0	4.355	431.171	435.526
Recuperação da Lavoura Cacaueira (Equalização)	Perene	0	0	0	0
Subvenção ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras	Perene	7.036	0	0	7.036
Subsídios Implícitos		8.169.152	11.698.196	24.435.296	44.302.644
Empréstimos da União ao BNDES	Variável	2.252.619	6.722.942	16.247.860	25.223.420
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	Variável	141.686	2.910.820	2.542.717	5.595.224
Fundos Constitucionais de Financiamento - FNE, FNO e FCO	Variável	5.168.114	2.931.338	3.671.473	11.770.924
Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES	Perene	0	0	2.181.287	2.181.287
Fundo da Marinha Mercante - FMM	Perene	0	2.413.697	0	2.413.697
PROER	Perene	0	0	710.342	710.342
FDNE (Financiamento)	Variável	0	522.215	223.237	745.453
FUNCAFÉ (Financiamento)	Perene	114.363	0	0	114.363
PROEX (Financiamento)	Variável	151.355	84.136	10.245	245.735
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	Perene	23.187	0	0	23.187
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (Implícito)	Perene	301.571	0	0	301.571
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	Variável	-293.934	-3.521.629	-1.084.318	-4.899.881
PRONAF (Financiamento)	Perene	293.102	0	0	293.102
FDCO (Financiamento)	Variável	0	17.976	0	17.976
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC	Perene	0	26.613	0	26.613
Recuperação da Lavoura Cacaueira (Financiamento)	Perene	6.856	0	0	6.856
RECOOP (Financiamento)	Perene	10.235	0	0	10.235
FRD	Perene	0	0	40.807	40.807
FDA (Financiamento)	Variável	0	-192.376	0	-192.376
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	Variável	0	-217.537	-108.354	-325.891
TOTAL		11.653.279	12.140.469	48.892.524	72.686.272

(1): IPCA, média 12 meses

Fonte: MF/SEAE

Tabela 12: Subsídios Explícitos e Implícitos (ou Benefícios Financeiros e Creditícios) - 2015, por setor, em valores nominais

R\$ mil

	Classificação	Agropecuária	Indústria	Comércio e Serviços	Total
Subsídios Explícitos		22.482.389	8.555.549	46.384.605	77.422.543
Programa de Sustentação do Investimento - PSI	Variável	3.029.784	8.282.648	18.971.224	30.283.656
Minha Casa Minha Vida - MCMV	Perene	0	0	20.709.076	20.709.076
PRONAF (Equalização)	Perene	9.783.111	0	0	9.783.111
Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS	Perene	0	0	3.682.005	3.682.005
Operações de Investimento Rural e Agroindustrial	Perene	2.499.396	0	0	2.499.396
Subvenção a Consumidores de Energia Elétrica da Subclasse Baixa Renda	Perene	0	0	2.141.884	2.141.884
Custeio Agropecuário	Perene	5.177.368	0	0	5.177.368
Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural	Perene	559.778	0	0	559.778
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (Explícito)	Perene	300.851	0	0	300.851
PROEX (Equalização)	Variável	0	250.801	486.359	737.160
FUNCAFÉ (Equalização)	Perene	101.234	0	0	101.234
AGF e Estoques Estratégicos	Perene	157.040	0	0	157.040
Empréstimos do Governo Federal - EGF	Perene	300.954	0	0	300.954
FDNE (Equalização)	Variável	0	15.633	639	16.273
Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro - PASS	Perene	48.915	0	0	48.915
Garantia e Sustentação de Preços	Perene	514.967	0	0	514.967
Revitaliza	Variável	0	2.307	56	2.363
FDCCO (Equalização)	Variável	0	238	0	238
Garantia e Sustentação de Preços da Agricultura Familiar	Perene	4.897	0	0	4.897
Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite - PCD	Perene	0	0	4.986	4.986
FDA (Equalização)	Variável	0	0	0	0
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - Programa Crescer	Variável	0	3.923	388.375	392.298
Recuperação da Lavoura Cacaueira (Equalização)	Perene	0	0	0	0
Subvenção ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras	Perene	4.093	0	0	4.093
Subsídios Implícitos		10.625.054	14.634.119	25.754.542	51.013.716
Empréstimos da União ao BNDES	Variável	1.913.060	5.145.867	11.910.091	18.969.019
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	Variável	111.692	3.437.685	1.878.394	5.427.771
Fundos Constitucionais de Financiamento - FNE, FNO e FCO	Variável	6.605.346	1.819.031	4.159.107	12.583.484
Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES	Perene	0	0	6.655.221	6.655.221
Fundo da Marinha Mercante - FMM	Perene	0	2.257.542	0	2.257.542
PROER	Perene	0	0	790.175	790.175
FDNE (Financiamento)	Variável	0	565.566	23.132	588.698
FUNCAFÉ (Financiamento)	Perene	460.580	0	0	460.580
PROEX (Financiamento)	Variável	62.431	40.542	18.526	121.499
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	Perene	691.803	0	0	691.803
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (Implícito)	Perene	379.082	0	0	379.082
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	Variável	63.971	1.146.012	378.251	1.588.234
PRONAF (Financiamento)	Perene	321.469	0	0	321.469
FDCCO (Financiamento)	Variável	0	17.058	0	17.058
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC	Perene	0	-73.150	0	-73.150
Recuperação da Lavoura Cacaueira (Financiamento)	Perene	9.416	0	0	9.416
RECOOP (Financiamento)	Perene	9.044	0	0	9.044
FRD	Perene	0	0	-10.479	-10.479
FDA (Financiamento)	Variável	0	373.573	0	373.573
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	Variável	-2.839	-95.607	-47.877	-146.323
TOTAL		33.107.443	23.189.669	72.139.148	128.436.260

Fonte: MF/SEAE

Tabela 13: Subsídios Explícitos e Implícitos (ou Benefícios Financeiros e Creditícios) - 2015, por setor, em valores constantes de 2016

R\$ mil de 2016 ⁽¹⁾

	Classificação	Agropecuária	Indústria	Comércio e Serviços	Total
Subsídios Explícitos		24.454.094	9.305.871	50.452.535	84.212.501
Programa de Sustentação do Investimento - PSI	Variável	3.295.496	9.009.036	20.635.000	32.939.533
Minha Casa Minha Vida - MCMV	Perene	0	0	22.525.262	22.525.262
PRONAF (Equalização)	Perene	10.641.090	0	0	10.641.090
Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS	Perene	0	0	4.004.917	4.004.917
Operações de Investimento Rural e Agroindustrial	Perene	2.718.593	0	0	2.718.593
Subvenção a Consumidores de Energia Elétrica da Subclasse Baixa Renda	Perene	0	0	2.329.727	2.329.727
Custeio Agropecuário	Perene	5.631.423	0	0	5.631.423
Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural	Perene	608.871	0	0	608.871
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (Explícito)	Perene	327.236	0	0	327.236
PROEX (Equalização)	Variável	0	272.796	529.013	801.809
FUNCAFÉ (Equalização)	Perene	110.112	0	0	110.112
AGF e Estoques Estratégicos	Perene	170.812	0	0	170.812
Empréstimos do Governo Federal - EGF	Perene	327.348	0	0	327.348
FDNE (Equalização)	Variável	0	17.004	695	17.700
Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro - PASS	Perene	53.205	0	0	53.205
Garantia e Sustentação de Preços	Perene	560.129	0	0	560.129
Revitaliza	Variável	0	2.509	61	2.570
FDCO (Equalização)	Variável	0	258	0	258
Garantia e Sustentação de Preços da Agricultura Familiar	Perene	5.327	0	0	5.327
Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite - PCD	Perene	0	0	5.424	5.424
FDA (Equalização)	Variável	0	0	0	0
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - Programa Crescer	Variável	0	4.267	422.435	426.702
Recuperação da Lavoura Cacaueira (Equalização)	Perene	0	0	0	0
Subvenção ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras	Perene	4.452	0	0	4.452
Subsídios Implícitos		11.556.871	15.917.532	28.013.216	55.487.619
Empréstimos da União ao BNDES	Variável	2.080.836	5.597.160	12.954.606	20.632.602
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	Variável	121.487	3.739.170	2.043.129	5.903.787
Fundos Constitucionais de Financiamento - FNE, FNO e FCO	Variável	7.184.635	1.978.560	4.523.861	13.687.055
Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES	Perene	0	0	7.238.884	7.238.884
Fundo da Marinha Mercante - FMM	Perene	0	2.455.528	0	2.455.528
PROER	Perene	0	0	859.474	859.474
FDNE (Financiamento)	Variável	0	615.166	25.160	640.327
FUNCAFÉ (Financiamento)	Perene	500.973	0	0	500.973
PROEX (Financiamento)	Variável	67.906	44.098	20.151	132.154
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	Perene	752.474	0	0	752.474
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (Implícito)	Perene	412.327	0	0	412.327
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	Variável	69.581	1.246.517	411.424	1.727.522
PRONAF (Financiamento)	Perene	349.662	0	0	349.662
FDCO (Financiamento)	Variável	0	18.554	0	18.554
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC	Perene	0	-79.565	0	-79.565
Recuperação da Lavoura Cacaueira (Financiamento)	Perene	10.242	0	0	10.242
RECOOP (Financiamento)	Perene	9.837	0	0	9.837
FRD	Perene	0	0	-11.398	-11.398
FDA (Financiamento)	Variável	0	406.336	0	406.336
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	Variável	-3.088	-103.992	-52.076	-159.155
TOTAL		36.010.966	25.223.403	78.465.751	139.700.119

(1): IPCA, média 12 meses

Fonte: MF/SEAE

Tabela 14: Subsídios Explícitos e Implícitos (ou Benefícios Financeiros e Creditícios) - 2016, por setor, em valores nominais

R\$ mil

	Classificação	Agropecuária	Indústria	Comércio e Serviços	Total
Subsídios Explícitos		13.441.287	3.828.850	19.306.392	36.576.528
Programa de Sustentação do Investimento - PSI	Variável	1.598.310	3.528.643	5.088.746	10.215.700
Minha Casa Minha Vida - MCMV	Perene	0	0	7.965.285	7.965.285
PRONAF (Equalização)	Perene	5.235.934	0	0	5.235.934
Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS	Perene	0	0	3.565.350	3.565.350
Operações de Investimento Rural e Agroindustrial	Perene	2.968.999	0	0	2.968.999
Subvenção a Consumidores de Energia Elétrica da Subclasse Baixa Renda	Perene	0	0	2.267.894	2.267.894
Custeio Agropecuário	Perene	1.820.040	0	0	1.820.040
Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural	Perene	782.536	0	0	782.536
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (Explícito)	Perene	622.746	0	0	622.746
PROEX (Equalização)	Variável	0	208.070	411.227	619.297
FUNCAFÉ (Equalização)	Perene	110.118	0	0	110.118
AGF e Estoques Estratégicos	Perene	108.471	0	0	108.471
Empréstimos do Governo Federal - EGF	Perene	81.196	0	0	81.196
FDNE (Equalização)	Variável	0	60.777	0	60.777
Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro - PASS	Perene	56.573	0	0	56.573
Garantia e Sustentação de Preços	Perene	49.967	0	0	49.967
Revitaliza	Variável	0	25.965	0	25.965
FDCCO (Equalização)	Variável	0	4.919	1.280	6.199
Garantia e Sustentação de Preços da Agricultura Familiar	Perene	5.795	0	0	5.795
Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite - PCD	Perene	0	0	5.656	5.656
FDA (Equalização)	Variável	0	474	954	1.428
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - Programa Crescer	Variável	0	0	0	0
Recuperação da Lavoura Cacaueira (Equalização)	Perene	0	0	0	0
Subvenção ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras	Perene	600	0	0	600
Subsídios Implícitos		16.441.559	26.955.293	34.885.252	78.282.104
Empréstimos da União ao BNDES	Variável	4.589.748	9.954.251	14.602.452	29.146.451
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	Variável	430.029	11.290.825	4.150.353	15.871.207
Fundos Constitucionais de Financiamento - FNE, FNO e FCO	Variável	9.642.059	1.786.941	3.571.506	15.000.506
Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES	Perene	0	0	11.434.186	11.434.186
Fundo da Marinha Mercante - FMM	Perene	0	2.853.479	0	2.853.479
PROER	Perene	0	0	1.154.094	1.154.094
FDNE (Financiamento)	Variável	0	671.005	0	671.005
FUNCAFÉ (Financiamento)	Perene	577.582	0	0	577.582
PROEX (Financiamento)	Variável	215.164	289.936	69.934	575.035
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	Perene	454.384	0	0	454.384
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (Implícito)	Perene	417.727	0	0	417.727
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	Variável	11.058	280.363	86.474	377.895
PRONAF (Financiamento)	Perene	93.153	0	0	93.153
FDCCO (Financiamento)	Variável	0	37.256	9.692	46.947
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC	Perene	0	13.284	0	13.284
Recuperação da Lavoura Cacaueira (Financiamento)	Perene	10.892	0	0	10.892
RECOOP (Financiamento)	Perene	7.565	0	0	7.565
FRD	Perene	0	0	212	212
FDA (Financiamento)	Variável	0	-66.585	-133.999	-200.585
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	Variável	-7.802	-155.461	-59.652	-222.915
TOTAL		29.882.846	30.784.143	54.191.644	114.858.632

Fonte: MF/SEAE

Tabela 15: Subsídios Explícitos e Implícitos (ou Benefícios Financeiros e Creditícios) - 2011, por região, em valores nominais

	R\$ mil					
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Total
Subsídios Explícitos	781.819	4.271.462	1.833.937	7.408.580	5.453.146	19.748.944
Programa de Sustentação do Investimento - PSI	13.727	39.208	45.986	205.908	124.146	428.976
Minha Casa Minha Vida - MCMV	408.949	1.359.413	1.100.033	3.142.947	1.700.396	7.711.737
PRONAF (Equalização)	162.786	316.773	136.388	461.960	1.121.904	2.199.812
Securitização Agrícola						0
Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS	119.709	1.541.437	306.040	2.450.118	1.109.345	5.526.649
Operações de Investimento Rural e Agroindustrial	2.076	2.902	5.498	5.970	7.149	23.595
Subvenção a Consumidores de Energia Elétrica da Subclasse Baixa Renda	52.910	841.028	46.858	209.482	115.344	1.265.622
Custeio Agropecuário	22.017	65.133	196.315	255.944	377.953	917.361
Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural	800	7.490	42.730	46.794	155.638	253.452
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (Explícito)	880	114.038	11.565	153.846	162.555	442.884
PROEX (Equalização)				343.489	61.459	404.948
FUNCAFÉ (Equalização)	93	241	592	61.803	2.877	65.606
AGF e Estoques Estratégicos	-3.924	-61.730	-105.823	-31.438	-238.013	-440.928
Empréstimos do Governo Federal - EGF	844	4.066	11.738	29.459	30.610	76.716
FDNE (Equalização)						0
Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro - PASS						0
Garantia e Sustentação de Preços		38.234	32.677	62.369	696.093	829.374
Revitaliza		1.773	3.340	5.113	15.469	25.695
FDCO (Equalização)						0
Garantia e Sustentação de Preços da Agricultura Familiar						0
Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite - PCD						0
FDA (Equalização)						0
Subvenção ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras	952	1.315		4.815	10.222	17.303
Recuperação da Lavoura Cacaueira (Equalização)		142				142
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - Programa Crescer						
Subsídios Implícitos	3.427.597	8.475.707	3.208.693	12.215.065	4.823.721	32.150.783
Empréstimos da União ao BNDES	549.140	1.612.031	939.448	5.095.351	2.342.272	10.538.243
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	1.188.583	1.615.056	644.774	4.412.620	1.516.582	9.377.615
Fundos Constitucionais de Financiamento - FNE, FNO e FCO	1.533.270	4.599.809	1.533.270			7.666.348
Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES	606	3.664	1.920	6.631	3.271	16.091
Fundo da Marinha Mercante - FMM	24.604	121.876		1.274.734	395.181	1.816.395
Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional - PROER		-165.433		-130.512		-295.945
FDNE (Financiamento)		525.692				525.692
FUNCAFÉ (Financiamento)	429	1.110	2.727	284.779	13.256	302.300
PROEX (Financiamento)	8.526	4.085	485	155.256	137.735	306.086
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	15.194	56.707	72.809	35.103	137.490	317.303
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (Implícito)	417	54.006	5.477	72.859	76.983	209.742
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	8.284	27.537		163.393	127.744	326.959
PRONAF (Financiamento)	8.342	16.233	6.989	23.673	57.491	112.728
FDCO (Financiamento)						0
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC	-29	-486	0	-9.827	-3.670	-14.013
Recuperação da Lavoura Cacaueira (Financiamento)		3.690				3.690
RECOOP (Financiamento)	5	130	795	3.764	19.387	24.080
Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização - FRD				8.714		8.714
FDA (Financiamento)	90.227					90.227
Fundo de Garantia à Exportação - FGE				818.528		818.528
TOTAL	4.209.416	12.747.169	5.042.630	19.623.645	10.276.867	51.899.727

Fonte: MF/SEAE e SPE

Tabela 16: Subsídios Explícitos e Implícitos (ou Benefícios Financeiros e Creditícios) - 2011, por região, em valores constantes de 2016

R\$ mil de 2016 ⁽¹⁾

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Total
Subsídios Explícitos	1.103.435	6.028.609	2.588.362	10.456.239	7.696.401	27.873.045
Programa de Sustentação do Investimento - PSI	19.374	55.338	64.904	290.613	175.215	605.443
Minha Casa Minha Vida - MCMV	577.177	1.918.633	1.552.553	4.435.857	2.399.886	10.884.106
PRONAF (Equalização)	229.751	447.083	192.494	651.997	1.583.420	3.104.746
Securitização Agrícola	0	0	0	0	0	0
Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS	168.954	2.175.536	431.935	3.458.020	1.565.695	7.800.140
Operações de Investimento Rural e Agroindustrial	2.931	4.096	7.759	8.425	10.090	33.301
Subvenção a Consumidores de Energia Elétrica da Subclasse Baixa Renda	74.676	1.187.001	66.133	295.657	162.793	1.786.260
Custeio Agropecuário	31.074	91.926	277.073	361.231	533.431	1.294.735
Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural	1.129	10.571	60.307	66.044	219.663	357.714
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (Explícito)	1.242	160.949	16.322	217.134	229.425	625.072
PROEX (Equalização)	0	0	0	484.790	86.741	571.531
FUNCAFÉ (Equalização)	131	340	835	87.227	4.060	92.594
AGF e Estoques Estratégicos	-5.539	-87.124	-149.355	-44.371	-335.924	-622.312
Empréstimos do Governo Federal - EGF	1.191	5.739	16.566	41.577	43.201	108.274
FDNE (Equalização)	0	0	0	0	0	0
Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro - PASS	0	0	0	0	0	0
Garantia e Sustentação de Preços	0	53.962	46.120	88.026	982.444	1.170.552
Revitaliza	0	2.502	4.715	7.217	21.832	36.266
FDCO (Equalização)	0	0	0	0	0	0
Garantia e Sustentação de Preços da Agricultura Familiar	0	0	0	0	0	0
Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite - PCD	0	0	0	0	0	0
FDA (Equalização)	0	0	0	0	0	0
Subvenção ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras	1.344	1.856	0	6.795	14.427	24.421
Recuperação da Lavoura Cacaueira (Equalização)	0	200	0	0	0	200
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - Programa Crescer	0	0	0	0	0	0
Subsídios Implícitos	4.837.604	11.962.348	4.528.649	17.239.963	6.808.050	45.376.614
Empréstimos da União ao BNDES	775.040	2.275.170	1.325.908	7.191.420	3.305.810	14.873.348
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	1.677.530	2.279.440	910.014	6.227.834	2.140.456	13.235.274
Fundos Constitucionais de Financiamento - FNE, FNO e FCO	2.164.009	6.492.027	2.164.009	0	0	10.820.045
Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES	855	5.171	2.709	9.359	4.616	22.711
Fundo da Marinha Mercante - FMM	34.725	172.012	0	1.799.120	557.747	2.563.604
Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional - PROER	0	-233.486	0	-184.201	0	-417.687
FDNE (Financiamento)	0	741.945	0	0	0	741.945
FUNCAFÉ (Financiamento)	605	1.566	3.849	401.928	18.708	426.657
PROEX (Financiamento)	12.033	5.766	684	219.123	194.394	432.001
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	21.445	80.034	102.761	49.543	194.049	447.831
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (Implícito)	588	76.223	7.730	102.831	108.652	296.023
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	11.692	38.865	0	230.608	180.294	461.459
PRONAF (Financiamento)	11.773	22.910	9.864	33.411	81.141	159.100
FDCO (Financiamento)	0	0	0	0	0	0
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC	-41	-687	0	-13.870	-5.180	-19.777
Recuperação da Lavoura Cacaueira (Financiamento)	0	5.208	0	0	0	5.208
RECOOP (Financiamento)	7	184	1.122	5.312	27.362	33.985
Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização - FRD	0	0	0	12.299	0	12.299
FDA (Financiamento)	127.343	0	0	0	0	127.343
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	0	0	0	1.155.245	0	1.155.245
TOTAL	5.941.039	17.990.957	7.117.011	27.696.202	14.504.450	73.249.659

(1): IPCA, média 12 meses

Fonte: MF/SEAE e SPE

Tabela 17: Subsídios Explícitos e Implícitos (ou Benefícios Financeiros e Creditícios) - 2012, por região, em valores nominais

R\$ mil

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Total
Subsídios Explícitos	1.031.072	5.172.018	2.201.794	6.796.130	4.796.307	19.997.321
Programa de Sustentação do Investimento - PSI	24.053	68.702	80.578	360.797	217.531	751.661
Minha Casa Minha Vida - MCMV	717.639	2.810.241	1.515.381	4.220.305	1.988.383	11.251.950
PRONAF (Equalização)	175.027	340.593	146.644	496.699	1.206.268	2.365.232
Securitização Agrícola						0
Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS	66	434.282	14.054	205.971	16.043	670.416
Operações de Investimento Rural e Agroindustrial	5.767	8.061	15.270	16.581	19.857	65.536
Subvenção a Consumidores de Energia Elétrica da Subclasse Baixa Renda	70.086	1.164.027	45.391	288.006	29.672	1.597.181
Custeio Agropecuário	31.599	93.480	281.756	367.336	542.446	1.316.617
Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural	856	7.959	58.010	55.862	195.481	318.168
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (Explícito)	321	41.609	4.220	56.135	59.312	161.597
PROEX (Equalização)				518.931	69.426	588.358
FUNCAFÉ (Equalização)	139	565	617	71.065	2.134	74.520
AGF e Estoques Estratégicos	-590	-9.277	-15.904	-4.725	-35.770	-66.265
Empréstimos do Governo Federal - EGF	1.911	9.206	26.576	66.702	69.307	173.702
FDNE (Equalização)						0
Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro - PASS				716		716
Garantia e Sustentação de Preços		20.343	17.387	33.185	370.369	441.283
Revitaliza		3.954	7.450	11.405	34.501	57.311
FDCO (Equalização)						0
Garantia e Sustentação de Preços da Agricultura Familiar						0
Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite - PCD	1	3	2	4	4	13
FDA (Equalização)						0
Subvenção ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras	61	280		893	458	1.692
Recuperação da Lavoura Cacaueira (Equalização)		428				428
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - Programa Crescer	4.135	177.562	4.362	30.264	10.883	227.206
Subsídios Implícitos	3.385.092	10.178.262	3.683.044	12.232.695	6.411.928	35.891.021
Empréstimos da União ao BNDES	872.402	1.808.479	1.107.220	5.834.884	2.720.334	12.343.318
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	805.380	2.373.753	847.769	3.613.615	2.956.594	10.597.112
Fundos Constitucionais de Financiamento - FNE, FNO e FCO	1.586.676	4.760.027	1.586.676			7.933.379
Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES	22.903	118.002	72.921	243.349	62.888	520.062
Fundo da Marinha Mercante - FMM		-39.124		-155.225	-45.514	-239.863
Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional - PROER		602.921		1.624.603		2.227.524
FDNE (Financiamento)		321.052				321.052
FUNCAFÉ (Financiamento)	495	2.017	2.202	253.783	7.622	266.118
PROEX (Financiamento)	10.557	18.441	744	127.294	118.611	275.647
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra		41.342	37.845	13.916	204.265	297.368
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (Implícito)	461	59.695	6.054	80.533	85.092	231.835
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		55.365	1.807	181.739	125.397	364.308
PRONAF (Financiamento)	22.964	44.686	19.240	65.167	158.263	310.320
FDCO (Financiamento)						0
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC	-27	-453		-9.149	-3.417	-13.045
Recuperação da Lavoura Cacaueira (Financiamento)		2.797				2.797
RECOOP (Financiamento)	3	93	567	2.687	13.840	17.191
Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização - FRD		1.482		8.852		10.334
FDA (Financiamento)	63.279	7.685				70.964
Fundo de Garantia à Exportação - FGE				346.649	7.952	354.601
TOTAL	4.416.164	15.350.279	5.884.838	19.028.826	11.208.235	55.888.342

Fonte: MF/SEAE e SPE

Tabela 18: Subsídios Explícitos e Implícitos (ou Benefícios Financeiros e Creditícios) - 2012, por região, em valores constantes de 2016

R\$ mil de 2016 ⁽¹⁾

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Total
Subsídios Explícitos	1.380.601	6.925.312	2.948.194	9.099.992	6.422.236	26.776.335
Programa de Sustentação do Investimento - PSI	32.207	91.991	107.894	483.106	291.273	1.006.471
Minha Casa Minha Vida - MCMV	960.916	3.762.902	2.029.090	5.650.972	2.662.437	15.066.318
PRONAF (Equalização)	234.361	456.053	196.356	665.078	1.615.188	3.167.036
Securitização Agrícola	0	0	0	0	0	0
Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS	89	581.502	18.818	275.794	21.481	897.684
Operações de Investimento Rural e Agroindustrial	7.722	10.793	20.446	22.201	26.589	87.752
Subvenção a Consumidores de Energia Elétrica da Subclasse Baixa Renda	93.846	1.558.627	60.778	385.639	39.731	2.138.620
Custeio Agropecuário	42.311	125.169	377.270	491.862	726.333	1.762.945
Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural	1.146	10.657	77.675	74.799	261.749	426.026
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (Explícito)	430	55.715	5.650	75.164	79.419	216.378
PROEX (Equalização)	0	0	0	694.847	92.961	787.809
FUNCAFÉ (Equalização)	186	756	826	95.156	2.858	99.781
AGF e Estoques Estratégicos	-790	-12.422	-21.295	-6.326	-47.896	-88.729
Empréstimos do Governo Federal - EGF	2.558	12.327	35.586	89.313	92.802	232.587
FDNE (Equalização)	0	0	0	0	0	0
Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro - PASS	0	0	0	958	0	958
Garantia e Sustentação de Preços	0	27.239	23.281	44.434	495.923	590.877
Revitaliza	0	5.295	9.976	15.271	46.197	76.740
FDCO (Equalização)	0	0	0	0	0	0
Garantia e Sustentação de Preços da Agricultura Familiar	0	0	0	0	0	0
Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite - PCD	1	4	2	6	6	18
FDA (Equalização)	0	0	0	0	0	0
Subvenção ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras	82	374	0	1.195	613	2.265
Recuperação da Lavoura Cacaueira (Equalização)	0	573	0	0	0	573
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - Programa Crescer	5.537	237.754	5.841	40.523	14.573	304.228
Subsídios Implícitos	4.532.626	13.628.653	4.931.582	16.379.531	8.585.547	48.057.939
Empréstimos da União ao BNDES	1.168.143	2.421.547	1.482.563	7.812.887	3.642.516	16.527.656
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	1.078.401	3.178.446	1.135.159	4.838.617	3.958.868	14.189.491
Fundos Constitucionais de Financiamento - FNE, FNO e FCO	2.124.553	6.373.658	2.124.553	0	0	10.622.763
Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES	30.667	158.004	97.641	325.843	84.207	696.361
Fundo da Marinha Mercante - FMM	0	-52.387	0	-207.846	-60.943	-321.176
Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional - PROER	0	807.309	0	2.175.337	0	2.982.646
FDNE (Financiamento)	0	429.887	0	0	0	429.887
FUNCAFÉ (Financiamento)	663	2.700	2.948	339.814	10.206	356.331
PROEX (Financiamento)	14.136	24.692	997	170.446	158.820	369.091
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	0	55.357	50.674	18.633	273.511	398.175
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (Implícito)	617	79.931	8.106	107.834	113.938	310.426
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	0	74.134	2.419	243.347	167.906	487.807
PRONAF (Financiamento)	30.748	59.834	25.762	87.259	211.914	415.517
FDCO (Financiamento)	0	0	0	0	0	0
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC	-36	-606	0	-12.250	-4.575	-17.468
Recuperação da Lavoura Cacaueira (Financiamento)	0	3.746	0	0	0	3.746
RECOOP (Financiamento)	5	124	760	3.598	18.532	23.018
Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização - FRD	0	1.985	0	11.853	0	13.838
FDA (Financiamento)	84.730	10.291	0	0	0	95.020
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	0	0	0	464.162	10.648	474.810
TOTAL	5.913.227	20.553.965	7.879.775	25.479.524	15.007.784	74.834.274

(1): IPCA, média 12 meses

Fonte: MF/SEAE e SPE

Tabela 19: Subsídios Explícitos e Implícitos (ou Benefícios Financeiros e Creditícios) - 2013, por região, em valores nominais

	R\$ mil					
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Total
Subsídios Explícitos	1.332.401	5.456.875	1.972.787	7.437.680	4.357.127	20.556.870
Programa de Sustentação do Investimento - PSI	4.147	11.832	17.931	43.547	44.401	121.859
Minha Casa Minha Vida - MCMV	1.067.198	3.850.389	1.639.603	5.219.927	2.410.070	14.187.186
PRONAF (Equalização)	109.757	82.318	5.145	538.496	979.239	1.714.954
Securitização Agrícola						0
Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS		1.450		11.940		13.390
Operações de Investimento Rural e Agroindustrial	5.978	7.639	34.873	86.021	197.615	332.126
Subvenção a Consumidores de Energia Elétrica da Subclasse Baixa Renda	124.176	1.160.305	95.548	496.182	122.830	1.999.041
Custeio Agropecuário	1.261	505	10.975	66.102	47.306	126.149
Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural	2.400	15.728	93.499	76.819	222.830	411.275
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (Explícito)	1.201	42.651	20.424	164.296	71.786	300.359
PROEX (Equalização)				415.522	100.654	516.177
FUNCAFÉ (Equalização)	125	2.066	459	61.079	4.501	68.231
AGF e Estoques Estratégicos	149	16.510	13.864	1.006	5.702	37.231
Empréstimos do Governo Federal - EGF	599	3.678	15.910	26.772	38.662	85.620
FDNE (Equalização)						0
Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro - PASS						0
Garantia e Sustentação de Preços	0	0	1.523	106.029	44.788	152.341
Revitaliza	0	769	0	1.126	4.970	6.865
FDCCO (Equalização)						0
Garantia e Sustentação de Preços da Agricultura Familiar						0
Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite - PCD	18	76	93	53	244	484
FDA (Equalização)						0
Subvenção ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras	97	973	0	1.849	3.225	6.144
Recuperação da Lavoura Cacauera (Equalização)						0
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - Programa Crescer	15.293	259.987	22.940	120.913	58.306	477.439
Subsídios Implícitos	6.109.387	16.181.355	4.034.381	24.930.336	5.217.615	56.473.075
Empréstimos da União ao BNDES	767.607	1.432.223	1.166.566	4.858.851	2.404.138	10.629.385
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	1.593.693	2.455.966	1.064.125	5.454.722	1.943.666	12.512.172
Fundos Constitucionais de Financiamento - FNE, FNO e FCO	1.648.198	4.944.594	1.648.198			8.240.990
Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES	33.229	138.861	74.901	278.473	65.228	590.693
Fundo da Marinha Mercante - FMM	75.417	2.346.983	0	978.431	191.390	3.592.221
Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional - PROER		4.702.426		12.670.936		17.373.362
FDNE (Financiamento)	1.648.704					1.648.704
FUNCAFÉ (Financiamento)	252	4.169	927	123.252	9.082	137.683
PROEX (Financiamento)	3.130	1.361	953	85.332	45.320	136.096
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	302	32.317	31.176	38.706	164.258	266.760
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (Implícito)	957	33.971	16.268	130.861	57.177	239.233
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	10.367	83.282		685.813	218.206	997.667
PRONAF (Financiamento)	13.355	10.016	626	65.522	119.149	208.668
FDCCO (Financiamento)						0
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC		-8.247		-17.894		-26.141
Recuperação da Lavoura Cacauera (Financiamento)		3.433				3.433
RECOOP (Financiamento)						0
Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização - FRD				2.715		2.715
FDA (Financiamento)	314.176		30.642			344.818
Fundo de Garantia à Exportação - FGE				-425.383		-425.383
TOTAL	7.441.788	21.638.230	6.007.169	32.368.016	9.574.743	77.029.945

Fonte: MF/SEAE e SPE

Tabela 20: Subsídios Explícitos e Implícitos (ou Benefícios Financeiros e Creditícios) - 2013, por região, em valores constantes de 2016

R\$ mil de 2016 ⁽¹⁾

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Total
Subsídios Explícitos	1.679.819	6.879.732	2.487.184	9.377.024	5.493.230	25.916.989
Programa de Sustentação do Investimento - PSI	5.229	14.917	22.607	54.902	55.978	153.633
Minha Casa Minha Vida - MCMV	1.345.466	4.854.361	2.067.123	6.581.001	3.038.485	17.886.436
PRONAF (Equalização)	138.376	103.782	6.486	678.906	1.234.571	2.162.121
Securitização Agrícola	0	0	0	0	0	0
Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS	0	1.828	0	15.053	0	16.881
Operações de Investimento Rural e Agroindustrial	7.537	9.631	43.966	108.450	249.142	418.726
Subvenção a Consumidores de Energia Elétrica da Subclasse Baixa Renda	156.554	1.462.849	120.462	625.560	154.858	2.520.283
Custeio Agropecuário	1.590	636	13.837	83.338	59.641	159.042
Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural	3.026	19.830	117.878	96.849	280.931	518.514
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (Explicito)	1.515	53.772	25.750	207.136	90.504	378.676
PROEX (Equalização)	0	0	0	523.868	126.900	650.767
FUNCAFÉ (Equalização)	157	2.605	579	77.006	5.675	86.021
AGF e Estoques Estratégicos	188	20.815	17.479	1.269	7.189	46.939
Empréstimos do Governo Federal - EGF	755	4.637	20.058	33.753	48.743	107.946
FDNE (Equalização)	0	0	0	0	0	0
Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro - PASS	0	0	0	0	0	0
Garantia e Sustentação de Preços	0	0	1.921	133.676	56.467	192.063
Revitaliza	0	969	0	1.419	6.266	8.655
FDGO (Equalização)	0	0	0	0	0	0
Garantia e Sustentação de Preços da Agricultura Familiar	0	0	0	0	0	0
Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite - PCD	23	95	117	67	307	610
FDA (Equalização)	0	0	0	0	0	0
Subvenção ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras	122	1.227	0	2.331	4.065	7.746
Recuperação da Lavoura Cacaueira (Equalização)	0	0	0	0	0	0
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - Programa Crescer	19.281	327.777	28.921	152.440	73.509	601.929
Subsídios Implícitos	7.702.384	20.400.576	5.086.329	31.430.817	6.578.087	71.198.194
Empréstimos da União ao BNDES	967.757	1.805.669	1.470.744	6.125.776	3.031.007	13.400.953
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	2.009.242	3.096.348	1.341.591	6.877.018	2.450.469	15.774.669
Fundos Constitucionais de Financiamento - FNE, FNO e FCO	2.077.959	6.233.876	2.077.959	0	0	10.389.794
Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES	41.894	175.069	94.431	351.084	82.236	744.713
Fundo da Marinha Mercante - FMM	95.081	2.958.949	0	1.233.553	241.294	4.528.877
Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional - PROER	0	5.928.564	0	15.974.829	0	21.903.393
FDNE (Financiamento)	2.078.596	0	0	0	0	2.078.596
FUNCAFÉ (Financiamento)	318	5.256	1.168	155.390	11.451	173.583
PROEX (Financiamento)	3.946	1.716	1.201	107.582	57.137	171.583
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	381	40.743	39.305	48.799	207.088	336.316
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (Implícito)	1.206	42.829	20.510	164.982	72.085	301.613
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	13.070	104.997	0	864.636	275.102	1.257.805
PRONAF (Financiamento)	16.837	12.628	789	82.606	150.217	263.077
FDGO (Financiamento)	0	0	0	0	0	0
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC	0	-10.398	0	-22.560	0	-32.957
Recuperação da Lavoura Cacaueira (Financiamento)	0	4.328	0	0	0	4.328
RECOOP (Financiamento)	0	0	0	0	0	0
Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização - FRD	0	0	0	3.422	0	3.422
FDA (Financiamento)	396.096	0	38.632	0	0	434.728
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	0	0	0	-536.300	0	-536.300
TOTAL	9.382.203	27.280.308	7.573.513	40.807.842	12.071.317	97.115.183

(1): IPCA, média 12 meses

Fonte: MF/SEAE e SPE

Tabela 21: Subsídios Explícitos e Implícitos (ou Benefícios Financeiros e Creditícios) - 2014, por região, em valores nominais

R\$ mil

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Total
Subsídios Explícitos	1.090.116	6.037.978	3.011.783	8.492.966	5.304.678	23.937.520
Programa de Sustentação do Investimento - PSI	15.205	5.404	36.889	13.046	40.200	110.745
Minha Casa Minha Vida - MCMV	807.261	4.362.854	2.003.963	6.355.441	3.901.202	17.430.722
PRONAF (Equalização)	26.386	41.132	6.482	117.597	264.958	456.555
Securitização Agrícola						0
Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS						0
Operações de Investimento Rural e Agroindustrial	4.262	3.052	2.832	33.937	26.722	70.805
Subvenção a Consumidores de Energia Elétrica da Subclasse Baixa Renda	198.732	1.213.273	119.305	591.408	154.810	2.277.529
Custeio Agropecuário	10.762	23.254	131.390	206.470	268.673	640.549
Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural	3.028	15.386	70.399	71.083	250.684	410.581
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (Explícito)	0	45.514	19.506	185.306	74.772	325.098
PROEX (Equalização)	0	0	0	671.140	148.767	819.907
FUNCAFÉ (Equalização)	74	1.725	337	96.263	5.543	103.941
AGF e Estoques Estratégicos	3.904	109.802	216.972	18.020	105.218	453.917
Empréstimos do Governo Federal - EGF	46	338	1.678	2.146	3.412	7.620
FDNE (Equalização)						0
Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro - PASS						0
Garantia e Sustentação de Preços	3.195	25.602	380.115	29.786	11.249	449.946
Revitaliza	0	319	0	466	2.059	2.844
FDCO (Equalização)						0
Garantia e Sustentação de Preços da Agricultura Familiar	2.689	0	0	0	0	2.689
Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite - PCD	20	83	94	377	260	834
FDA (Equalização)						0
Subvenção ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras	6	1.132	0	2.289	2.507	5.934
Recuperação da Lavoura Cacaueira (Equalização)		0				0
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - Programa Crescer	14.547	189.107	21.820	98.190	43.640	367.304
Subsídios Implícitos	4.211.443	11.763.110	5.215.337	11.147.791	5.025.246	37.362.928
Empréstimos da União ao BNDES	1.595.425	2.765.404	2.446.319	10.125.633	4.339.557	21.272.338
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	557.771	786.718	655.086	2.166.034	553.161	4.718.769
Fundos Constitucionais de Financiamento - FNE, FNO e FCO	1.985.417	5.956.252	1.985.417			9.927.086
Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES	131.798	442.120	220.227	830.311	215.146	1.839.602
Fundo da Marinha Mercante - FMM	25.088	1.148.853	0	321.938	539.728	2.035.608
Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional - PROER	0	161.092	0	437.980	0	599.072
FDNE (Financiamento)		628.682				628.682
FUNCAFÉ (Financiamento)	68	1.601	312	89.324	5.144	96.449
PROEX (Financiamento)	6.355	855	2.784	132.863	64.386	207.242
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	168	3.165	538	1.042	14.642	19.555
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (Implícito)	0	35.606	15.260	144.969	58.496	254.332
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-24.053	-195.341	-82.597	-2.915.017	-915.339	-4.132.347
PRONAF (Financiamento)	14.286	22.270	3.510	63.670	143.454	247.190
FDCO (Financiamento)			15.161			15.161
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC				22.444		22.444
Recuperação da Lavoura Cacaueira (Financiamento)		5.782				5.782
RECOOP (Financiamento)	0	52	268	1.441	6.871	8.631
Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização - FRD	34.415					34.415
FDA (Financiamento)	-115.295	0	-46.946	0	0	-162.242
Fundo de Garantia à Exportação - FGE				-274.842		-274.842
TOTAL	5.301.559	17.801.088	8.227.120	19.640.757	10.329.924	61.300.448

Fonte: MF/SEAE e SPE

Tabela 22: Subsídios Explícitos e Implícitos (ou Benefícios Financeiros e Creditícios) - 2014, por região, em valores constantes de 2016

R\$ mil de 2016 ⁽¹⁾

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Total
Subsídios Explícitos	1.292.592	7.159.460	3.571.185	10.070.432	6.289.959	28.383.628
Programa de Sustentação do Investimento - PSI	18.029	6.408	43.741	15.469	47.667	131.314
Minha Casa Minha Vida - MCMV	957.200	5.173.202	2.376.175	7.535.888	4.625.804	20.668.270
PRONAF (Equalização)	31.287	48.771	7.686	139.439	314.171	541.355
Securitização Agrícola	0	0	0	0	0	0
Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS	0	0	0	0	0	0
Operações de Investimento Rural e Agroindustrial	5.054	3.619	3.358	40.240	31.685	83.957
Subvenção a Consumidores de Energia Elétrica da Subclasse Baixa Renda	235.644	1.438.624	141.464	701.255	183.565	2.700.552
Custeio Agropecuário	12.761	27.573	155.794	244.819	318.576	759.524
Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural	3.590	18.244	83.475	84.286	297.246	486.841
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (Explícito)	0	53.967	23.129	219.724	88.661	385.481
PROEX (Equalização)	0	0	0	795.796	176.399	972.195
FUNCAFÉ (Equalização)	87	2.045	399	114.143	6.573	123.247
AGF e Estoques Estratégicos	4.629	130.197	257.272	21.368	124.761	538.226
Empréstimos do Governo Federal - EGF	55	401	1.990	2.544	4.045	9.036
FDNE (Equalização)	0	0	0	0	0	0
Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro - PASS	0	0	0	0	0	0
Garantia e Sustentação de Preços	3.788	30.357	450.716	35.319	13.338	533.518
Revitaliza	0	378	0	553	2.441	3.372
FDCO (Equalização)	0	0	0	0	0	0
Garantia e Sustentação de Preços da Agricultura Familiar	3.188	0	0	0	0	3.188
Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite - PCD	23	99	112	447	308	989
FDA (Equalização)	0	0	0	0	0	0
Subvenção ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras	7	1.342	0	2.714	2.973	7.036
Recuperação da Lavoura Cacaueira (Equalização)	0	0	0	0	0	0
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - Programa Crescer	17.249	224.231	25.873	116.428	51.746	435.526
Subsídios Implícitos	4.993.668	13.947.967	6.184.024	13.218.360	5.958.625	44.302.644
Empréstimos da União ao BNDES	1.891.757	3.279.045	2.900.693	12.006.348	5.145.578	25.223.420
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	661.370	932.841	776.760	2.568.349	655.904	5.595.224
Fundos Constitucionais de Financiamento - FNE, FNO e FCO	2.354.185	7.062.554	2.354.185	0	0	11.770.924
Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES	156.277	524.239	261.132	984.532	255.107	2.181.287
Fundo da Marinha Mercante - FMM	29.748	1.362.239	0	381.734	639.976	2.413.697
Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional - PROER	0	191.013	0	519.329	0	710.342
FDNE (Financiamento)	0	745.453	0	0	0	745.453
FUNCAFÉ (Financiamento)	81	1.898	370	105.915	6.099	114.363
PROEX (Financiamento)	7.535	1.013	3.301	157.541	76.344	245.735
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	200	3.752	637	1.236	17.362	23.187
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (Implícito)	0	42.220	18.094	171.895	69.361	301.571
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-28.521	-231.623	-97.939	-3.456.447	-1.085.352	-4.899.881
PRONAF (Financiamento)	16.940	26.406	4.162	75.496	170.099	293.102
FDCO (Financiamento)	0	0	17.976	0	0	17.976
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC	0	0	0	26.613	0	26.613
Recuperação da Lavoura Cacaueira (Financiamento)	0	6.856	0	0	0	6.856
RECOOP (Financiamento)	0	61	317	1.709	8.147	10.235
Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização - FRD	40.807	0	0	0	0	40.807
FDA (Financiamento)	-136.710	0	-55.666	0	0	-192.376
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	0	0	0	-325.891	0	-325.891
TOTAL	6.286.261	21.107.427	9.755.209	23.288.792	12.248.584	72.686.272

(1): IPCA, média 12 meses

Fonte: MF/SEAE e SPE

Tabela 23: Subsídios Explícitos e Implícitos (ou Benefícios Financeiros e Creditícios) - 2015, por região, em valores nominais

	R\$ mil					
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Total
Subsídios Explícitos	3.201.502	10.735.244	9.231.884	31.709.163	22.544.751	77.422.543
Programa de Sustentação do Investimento - PSI	1.186.663	2.805.959	3.641.001	13.614.631	9.035.404	30.283.656
Minha Casa Minha Vida - MCMV	468.381	4.530.099	2.601.947	8.650.972	4.457.677	20.709.076
PRONAF (Equalização)	885.204	1.016.233	241.115	2.791.003	4.849.556	9.783.111
Securitização Agrícola						0
Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS	88.776	562.726	557.063	2.077.100	396.341	3.682.005
Operações de Investimento Rural e Agroindustrial	182.278	163.325	236.309	956.947	960.537	2.499.396
Subvenção a Consumidores de Energia Elétrica da Subclasse Baixa Renda	225.710	1.063.053	113.234	581.381	158.505	2.141.884
Custeio Agropecuário	126.810	262.635	1.336.262	1.766.060	1.685.602	5.177.368
Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural	1.887	6.875	46.746	80.321	423.949	559.778
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (Explícito)	3.691	31.837	37.144	163.992	64.188	300.851
PROEX (Equalização)	0	0	74	606.167	130.920	737.160
FUNCAFÉ (Equalização)	1.158	1.617	349	92.081	6.028	101.234
AGF e Estoques Estratégicos	2.768	34.467	6.837	10.751	102.217	157.040
Empréstimos do Governo Federal - EGF	4.941	23.409	94.492	53.065	125.047	300.954
FDNE (Equalização)		16.273				16.273
Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro - PASS	0	395	3.523	31.158	13.839	48.915
Garantia e Sustentação de Preços	1.936	47.707	287.596	104.155	73.574	514.967
Revitaliza	0	138	70	587	1.568	2.363
FDCE (Equalização)			238			238
Garantia e Sustentação de Preços da Agricultura Familiar	1.604	3.218	0	69	6	4.897
Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite - PCD	117	356	474	2.501	1.538	4.986
FDA (Equalização)						0
Subvenção ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras	27	407	0	1.408	2.251	4.093
Recuperação da Lavoura Cacauzeira (Equalização)						0
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - Programa Crescer	19.551	164.516	27.413	124.814	56.004	392.298
Subsídios Implícitos	5.549.159	15.163.111	6.264.456	16.832.378	7.204.612	51.013.716
Empréstimos da União ao BNDES	1.650.305	3.148.857	1.802.057	8.327.399	4.040.401	18.969.019
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	369.805	1.121.998	925.645	1.813.686	1.196.637	5.427.771
Fundos Constitucionais de Financiamento - FNE, FNO e FCO	2.516.697	7.550.090	2.516.697	0	0	12.583.484
Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES	493.449	1.750.159	805.825	2.860.321	745.467	6.655.221
Fundo da Marinha Mercante - FMM	23.294	333.416	0	1.738.001	162.831	2.257.542
Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional - PROER	0	211.179	0	578.996	0	790.175
FDNE (Financiamento)		588.698				588.698
FUNCAFÉ (Financiamento)	5.269	7.357	1.589	418.939	27.427	460.580
PROEX (Financiamento)	1.081	960	158	68.659	50.641	121.499
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	40.674	196.813	35.686	49.175	369.455	691.803
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (Implícito)	4.650	40.116	46.803	206.634	80.878	379.082
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	51.803	179.146	104.728	880.797	371.759	1.588.234
PRONAF (Financiamento)	29.087	33.393	7.923	91.711	159.354	321.469
FDCE (Financiamento)			17.058			17.058
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC	-51	-8.539	0	-58.175	-6.386	-73.150
Recuperação da Lavoura Cacauzeira (Financiamento)		9.416				9.416
RECOOP (Financiamento)	1	52	289	1.462	7.240	9.044
Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização - FRD	-10.479	0	0	0	0	-10.479
FDA (Financiamento)	373.573					373.573
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	0	0	0	-145.229	-1.094	-146.323
TOTAL	8.750.661	25.898.356	15.496.340	48.541.541	29.749.362	128.436.260

Fonte: MF/SEAE e SPE

Tabela 24: Subsídios Explícitos e Implícitos (ou Benefícios Financeiros e Creditícios) - 2015, por região, em valores constantes de 2016

R\$ mil de 2016 ⁽¹⁾

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Total
Subsídios Explícitos	3.482.274	11.676.725	10.041.521	34.490.056	24.521.925	84.212.501
Programa de Sustentação do Investimento - PSI	1.290.733	3.052.041	3.960.316	14.808.634	9.827.808	32.939.533
Minha Casa Minha Vida - MCMV	509.458	4.927.389	2.830.138	9.409.662	4.848.615	22.525.262
PRONAF (Equalização)	962.837	1.105.356	262.261	3.035.774	5.274.862	10.641.090
Securitização Agrícola	0	0	0	0	0	0
Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS	96.562	612.077	605.917	2.259.262	431.100	4.004.917
Operações de Investimento Rural e Agroindustrial	198.264	177.648	257.033	1.040.871	1.044.776	2.718.593
Subvenção a Consumidores de Energia Elétrica da Subclasse Baixa Renda	245.505	1.156.283	123.164	632.368	172.406	2.329.727
Custeio Agropecuário	137.931	285.668	1.453.452	1.920.943	1.833.429	5.631.423
Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural	2.052	7.478	50.845	87.365	461.129	608.871
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (Explícito)	4.014	34.630	40.402	178.374	69.817	327.236
PROEX (Equalização)	0	0	80	659.328	142.401	801.809
FUNCAFÉ (Equalização)	1.260	1.759	380	100.157	6.557	110.112
AGF e Estoques Estratégicos	3.011	37.489	7.437	11.693	111.182	170.812
Empréstimos do Governo Federal - EGF	5.374	25.462	102.779	57.719	136.014	327.348
FDNE (Equalização)	0	17.700	0	0	0	17.700
Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro - PASS	0	430	3.832	33.891	15.052	53.205
Garantia e Sustentação de Preços	2.106	51.890	312.818	113.289	80.026	560.129
Revitaliza	0	150	77	638	1.705	2.570
FDCE (Equalização)	0	0	258	0	0	258
Garantia e Sustentação de Preços da Agricultura Familiar	1.745	3.500	0	75	7	5.327
Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite - PCD	127	387	515	2.721	1.672	5.424
FDA (Equalização)	0	0	0	0	0	0
Subvenção ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras	30	443	0	1.531	2.449	4.452
Recuperação da Lavoura Cacaueira (Equalização)	0	0	0	0	0	0
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - Programa Crescer	21.265	178.944	29.817	135.761	60.915	426.702
Subsídios Implícitos	6.035.820	16.492.916	6.813.849	18.308.578	7.836.456	55.487.619
Empréstimos da União ao BNDES	1.795.036	3.425.012	1.960.097	9.057.712	4.394.744	20.632.602
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	402.237	1.220.397	1.006.824	1.972.747	1.301.582	5.903.787
Fundos Constitucionais de Financiamento - FNE, FNO e FCO	2.737.411	8.212.233	2.737.411	0	0	13.687.055
Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES	536.724	1.903.648	876.496	3.111.171	810.845	7.238.884
Fundo da Marinha Mercante - FMM	25.337	362.656	0	1.890.424	177.111	2.455.528
Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional - PROER	0	229.699	0	629.774	0	859.474
FDNE (Financiamento)	0	640.327	0	0	0	640.327
FUNCAFÉ (Financiamento)	5.731	8.002	1.728	455.679	29.832	500.973
PROEX (Financiamento)	1.176	1.044	172	74.680	55.082	132.154
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	44.241	214.074	38.815	53.488	401.856	752.474
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (Implícito)	5.058	43.634	50.907	224.756	87.971	412.327
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	56.346	194.858	113.912	958.043	404.362	1.727.522
PRONAF (Financiamento)	31.638	36.322	8.618	99.754	173.330	349.662
FDCE (Financiamento)	0	0	18.554	0	0	18.554
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC	-55	-9.288	0	-63.277	-6.946	-79.565
Recuperação da Lavoura Cacaueira (Financiamento)	0	10.242	0	0	0	10.242
RECOOP (Financiamento)	1	56	315	1.590	7.875	9.837
Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização - FRD	-11.398	0	0	0	0	-11.398
FDA (Financiamento)	406.336	0	0	0	0	406.336
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	0	0	0	-157.965	-1.190	-159.155
TOTAL	9.518.094	28.169.641	16.855.370	52.798.634	32.358.381	139.700.119

(1): IPCA, média 12 meses

Fonte: MF/SEAE e SPE

Tabela 25: Subsídios Explícitos e Implícitos (ou Benefícios Financeiros e Creditícios) - 2016, por região, em valores nominais

	R\$ mil					
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Total
Subsídios Explícitos	1.563.839	4.287.851	3.844.836	15.919.677	10.960.325	36.576.528
Programa de Sustentação do Investimento - PSI	552.710	1.016.103	1.443.150	4.261.523	2.942.213	10.215.700
Minha Casa Minha Vida - MCMV	168.091	1.391.520	874.745	3.926.302	1.604.627	7.965.285
PRONAF (Equalização)	355.358	329.431	177.744	1.278.110	3.095.290	5.235.934
Securitização Agrícola						0
Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS	32.870	34.410	80.880	3.133.740	283.450	3.565.350
Operações de Investimento Rural e Agroindustrial	156.618	166.933	408.312	832.331	1.404.805	2.968.999
Subvenção a Consumidores de Energia Elétrica da Subclasse Baixa Renda	241.264	1.106.235	106.996	647.326	166.074	2.267.894
Custeio Agropecuário	36.092	97.540	487.819	624.048	574.542	1.820.040
Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural	7.273	17.573	152.924	128.421	476.345	782.536
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (Explícito)	4.302	46.872	59.083	338.112	174.378	622.746
PROEX (Equalização)	0	0	67	499.760	119.470	619.297
FUNCAFÉ (Equalização)	116	2.249	791	100.976	5.985	110.118
AGF e Estoques Estratégicos	849	9.899	2.203	76.807	18.712	108.471
Empréstimos do Governo Federal - EGF	952	1.746	30.122	11.165	37.212	81.196
FDNE (Equalização)		60.777				60.777
Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro - PASS	0	459	4.198	37.587	14.329	56.573
Garantia e Sustentação de Preços	290	4.418	7.266	16.191	21.802	49.967
Revitaliza	3	703	1.746	4.521	18.992	25.965
FDCO (Equalização)			6.199			6.199
Garantia e Sustentação de Preços da Agricultura Familiar	5.526	145	72	49	3	5.795
Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite - PCD	97	421	518	2.698	1.922	5.656
FDA (Equalização)	1.428					1.428
Subvenção ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras	0	416	0	11	173	600
Recuperação da Lavoura Cacauera (Equalização)						0
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - Programa Crescer						0
Subsídios Implícitos	6.286.299	20.247.116	9.522.319	29.518.474	12.707.896	78.282.104
Empréstimos da União ao BNDES	1.486.469	3.759.892	3.380.988	13.145.050	7.374.052	29.146.451
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	688.320	2.415.971	1.875.648	7.961.789	2.929.479	15.871.207
Fundos Constitucionais de Financiamento - FNE, FNO e FCO	3.000.101	9.000.304	3.000.101			15.000.506
Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES	1.241.377	3.502.956	1.069.752	4.279.849	1.340.251	11.434.186
Fundo da Marinha Mercante - FMM	11.746	407.853	0	2.060.781	373.099	2.853.479
Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional - PROER		306.678		847.416		1.154.094
FDNE (Financiamento)		671.005				671.005
FUNCAFÉ (Financiamento)	608	11.799	4.151	529.631	31.393	577.582
PROEX (Financiamento)	694	9.888	5.102	250.438	308.912	575.035
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	44.591	96.596	83.496	73.042	156.660	454.384
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (Implícito)	2.885	31.441	39.632	226.799	116.969	417.727
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	3.771	16.365	13.355	323.634	20.770	377.895
PRONAF (Financiamento)	6.325	5.859	3.158	22.739	55.072	93.153
FDCO (Financiamento)			46.947			46.947
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC		3.528		9.755		13.284
Recuperação da Lavoura Cacauera (Financiamento)		10.892				10.892
RECOOP (Financiamento)	0	0	0	5.144	2.421	7.565
Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização - FRD				212		212
FDA (Financiamento)	-200.585					-200.585
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	-4	-3.912	-11	-217.806	-1.183	-222.915
TOTAL	7.850.138	24.534.967	13.367.156	45.438.151	23.668.221	114.858.632

Fonte: MF/SEAE

Tabela 26: Equacionamento de passivos: evidenciaçãõ do impacto primário (Acórdão TCU nº 3.297/2015)

R\$ milhões															
DISCRIMINAÇÃO	Tipologia	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Resultado Primário do Setor Público (Divulgado)		47.524,5	55.591,2	72.218,4	81.285,9	75.915,4	88.078,0	103.583,6	64.768,8	101.696,0	128.710,5	104.951,2	91.306,1	-32.535,9	-111.248,9
Resultado Primário do Setor Público (Ajustado)		47.671,4	55.421,7	72.501,5	81.402,2	76.274,4	87.953,8	102.365,6	63.242,3	97.711,5	124.918,0	99.156,2	76.665,5	-45.304,5	-65.368,2
Diferença		-146,9	169,5	-283,0	-116,3	-359,0	124,2	1.218,1	1.526,6	3.984,5	3.792,5	5.795,0	14.640,6	12.768,6	-45.880,7
Equalização Agrícola junto ao Banco do Brasil - BB	Subsídios	53,4	8,6	-8,6	-8,7	-72,5	215,8	525,5	935,1	1.496,8	-193,5	-406,9	2.847,9	4.012,6	-8.440,1
Minha Casa Minha Vida - MCMV	Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	41,9	508,4	1.778,5	1.325,5	1.253,8	1.476,3	-8.880,9
Programa de Sustentação do Investimento - PSI	Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	62,2	1.324,2	2.246,0	2.066,2	4.127,5	5.968,8	-14.580,5
Finame - BNDES	Subsídios	40,2	66,3	-45,2	4,7	-66,0	7,3	280,9	-20,9	11,2	41,3	-82,2	-27,4	-146,9	219,6
Bolsa Família, Abono Salarial e Seguro desemprego	Demais Passivos	-26,4	-3,8	-3,9	1,5	-4,1	-0,0	-	-0,5	104,5	-108,4	492,3	2.423,4	-3.088,0	-
Contribuições Sociais ao FGTS	Demais Passivos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.436,0	3.649,4	3.077,0	-12.197,7
Tarifas e Créditos junto ao BB e CEF	Demais Passivos	-215,2	104,9	-229,4	-100,8	-208,6	-119,2	-33,0	510,1	548,8	50,0	-26,9	325,4	1.265,2	-1.710,5
Demais	Demais Passivos	1,0	-6,4	4,1	-13,0	-7,7	20,3	444,7	-1,3	-9,4	-21,4	-9,1	40,8	203,4	-290,6
Total de passivos		-146,9	169,5	-283,0	-116,3	-359,0	124,2	1.218,1	1.526,6	3.984,5	3.792,5	5.795,0	14.640,6	12.768,6	-45.880,7

Fonte: Banco Central do Brasil (Nota para a Imprensa - Política Fiscal de janeiro/2016).

Tabela 27: Variáveis e Dados Utilizados

DISCRIMINAÇÃO	Fonte	Posição	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Receita Total do Governo Central (R\$ mil)	STN	Ago/17	356.131.535	418.993.289	487.822.081	542.810.005	618.352.108	715.615.895	738.124.946	918.531.369	988.270.077	1.059.889.419	1.178.983.239	1.221.474.132	1.247.789.344	1.314.952.875
Despesa Primária do Governo Central (R\$ mil)	STN	Ago/17	260.122.396	305.610.658	354.925.379	403.738.392	458.785.047	502.574.494	579.009.454	706.388.216	731.710.848	812.632.443	920.094.668	1.040.223.254	1.158.700.907	1.249.393.189
Produto Interno Bruto - PIB (R\$ mil)	IBGE	Abril/17	1.717.950.396	1.957.751.213	2.170.584.500	2.409.449.940	2.720.262.930	3.109.803.100	3.333.039.350	3.885.847.000	4.376.382.000	4.814.760.000	5.331.619.000	5.778.953.000	6.000.570.460	6.266.894.736
IPCA média 12 meses	IBGE	2016	14,78	6,60	6,89	4,20	3,64	5,67	4,90	5,04	6,63	5,41	6,21	6,33	9,01	8,77

Fonte: MF/STN e IBGE

VI.II - Gastos Tributários da União

Esta subseção descreve a metodologia adotada neste relatório para os subsídios pela ótica da receita pública (Gastos Tributários da União), além de apresentar tabelas com o histórico dos dados analisados.

VI.II.I - Metodologia

Este relatório adota a base conceitual da Receita Federal do Brasil - RFB para os gastos tributários da União – bases efetivas, descrita nos Demonstrativo de Gastos Tributários, elaborados anualmente, disponíveis no site da RFB:

<https://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/renuncia-fiscal/demonstrativos-dos-gastos-tributarios/bases-efetivas>

A título de informação, cabe registrar que o informe elaborado pela RFB, no período de 1988 até 2003, era denominado “Demonstrativo dos Benefícios Tributários – DBT”. A partir de 2004, foi adotada a denominação Demonstrativo de Gastos Tributários, com a correspondente mudança metodológica.

Critérios para Regionalização

A RFB divulga informações dos gastos tributários de forma regionalizada. As informações constantes do presente relatório observam a regionalização efetuada pela RFB, disponíveis no site da RFB:

<https://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/renunciafiscal/demonstrativos-dos-gastos-tributarios/bases-efetivas>

Critérios para Setorização

A classificação dos gastos tributários por setor de atividade econômica observou, inicialmente, a classificação efetuada pela RFB dos gastos tributários por função orçamentária.

Os dados assim classificados foram analisados e reclassificados segundo a correspondência com os setores de atividade: comércio e serviços, indústria e agricultura, da seguinte forma:

FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA	RECLASSIFICAÇÃO
Administração	Serviço e Comércio
Agricultura	Agricultura e Agroindústria
Assistência Social	Serviço e Comércio
Ciência e Tecnologia	Serviço e Comércio
Comércio e Serviço	Serviço e Comércio
Comunicações	Serviço e Comércio
Cultura	Serviço e Comércio
Defesa Nacional	Serviço e Comércio
Desporto e Lazer	Serviço e Comércio
Direitos da Cidadania	Serviço e Comércio
Educação	Serviço e Comércio
Energia	Indústria e Construção
Gestão Ambiental	Serviço e Comércio
Habitação	Serviço e Comércio
Indústria	Indústria e Construção
Organização Agrária	Agricultura
Saneamento	Indústria e Construção
Saúde	Serviço e Comércio
Urbanismo	Indústria e Construção
Trabalho	Serviço e Comércio
Transporte	Serviço e Comércio

Cabe destacar que alguns gastos tributários foram setorizados segundo trabalhos técnicos setoriais e estudos sobre as políticas de desoneração, quais sejam:

- (i) Simples Nacional – A segmentação setorial observou os percentuais apresentados no trabalho intitulado “As pequenas empresas no Simples Nacional”, do SEBRAE, disponível em:
https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/As_pequenas_empresas_SN.pdf;
- (ii) Desoneração da folha de salários - A segmentação setorial da Política utilizou a desagregação setorial realizada no estudo de Afonso, J.R. e Pinto, V.C. “Composição da Desoneração (Completa) da Folha de Salários”, FGV/IBRE, 2014.

VI.II.II - Fonte de Informação

A base de dados utilizada neste relatório refere-se aos gastos tributários apurados em base efetivas, disponível no site da RFB:
<https://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/renunciafiscal/demonstrativos-dos-gastos-tributarios/bases-efetivas>

VI.II.III - Arcabouço Normativo

As normas que pautam os gastos tributários da União estão especificadas no DGT anual, disponíveis no site da RFB:
<https://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/renunciafiscal/demonstrativos-dos-gastos-tributarios/bases-efetivas>

Tabela 1 - Evolução dos principais gastos tributários da União - 2003 a 2016 (R\$ mil em valores nominais)

Especificação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total Acumulado 2003-2016
SIMPLES Nacional	4.833.152	6.450.280	8.822.498	12.622.452	13.389.577	15.055.925	18.045.342	18.996.013	30.448.690	36.314.876	40.898.617	53.534.421	62.056.609	67.697.671	74.075.287	77.268.924	529.226.901
Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental, ALC e Lojas Francas (II e IPI)	3.320.120	4.138.090	3.643.134	3.671.013	4.612.080	11.243.451	7.481.449	14.843.693	13.182.330	17.257.273	18.964.145	20.897.120	23.608.765	24.242.405	23.130.162	22.188.126	208.965.148
Rendimentos Isentos e Não-Tributáveis (IRPF)	6.046.661	6.260.346	6.035.811	2.451.940	2.953.521	3.949.482	4.175.207	7.098.608	11.252.044	12.315.497	14.015.024	15.301.891	17.764.533	20.154.965	23.854.738	24.689.980	166.013.243
Entidades sem Fins Lucrativos - isentas/ímmunes	1.814.647	2.188.713	2.937.469	5.430.628	6.918.863	5.108.817	10.184.886	11.321.274	11.926.922	13.450.081	14.609.994	17.173.479	18.343.092	20.716.366	21.971.316	22.884.840	182.978.027
Agricultura e Agroindústria - Desoneração da Cesta Básica	653.999	1.011.040	1.777.634	1.860.580	1.627.710	4.466.134	7.133.400	7.032.882	9.788.859	9.879.543	11.480.443	13.271.730	18.493.567	19.609.928	21.648.801	22.506.974	150.578.184
Deduções Rendimentos Tributáveis - Saúde e Instrução (IRPF)	4.403.780	5.156.540	3.084.505	2.561.786	2.972.688	3.159.453	3.257.144	4.416.760	9.197.710	9.488.758	10.644.594	12.012.167	12.905.431	14.224.558	15.353.389	15.890.968	119.169.910
Desoneração da Folha de Salários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3.615.694	12.284.295	22.107.296	25.199.064	77.827.404
Benefícios ao trabalhador	126.414	135.889	158.813	1.079.107	2.042.110	4.563.733	2.314.172	3.967.735	4.950.751	5.711.209	6.332.073	7.362.772	9.005.236	9.623.448	10.096.973	10.584.722	77.792.854
Poupança e Letra imobiliária Garantida	0	0	0	5.178,16	4.936,37	668.033	0	0	2.976.136	3.447.350	4.328.072	4.351.163	5.029.334	6.448.254	7.500.894	7.863.236	42.622.586
Medicamentos, Prod. Farm. e Interm. de Síntese (PIS-COFINS)	0	0	847.893	964.560,00	1.398.145,59	3.958.468	1.947.037	2.304.093	3.455.615	3.613.704	3.576.448	4.187.920	4.337.938	5.034.384	6.619.069	7.417.418	49.662.693
Desenv. Reg. - ADENE/ADA, FINOR/FINAM/FURES (AFRMM e IRPJ)	1.439.857	885.772	2.303.383	1.531.325	2.187.266	4.189.466	4.521.940	4.366.265	4.105.345	5.845.638	6.205.480	5.596.649	5.746.445	6.067.023	6.365.552	6.143.189	65.174.966
Programa de Inclusão Digital	0	0	0	0	0	625.726	0	1.369.000	1.262.070	1.293.844	1.945.023	2.993.670	5.829.877	5.922.998	5.007.198	0	26.249.406
Informática e Automação (IPI)	0	1.450.000	1.530.000	823.020,00	1.369.063,48	2.038.482	2.192.091	3.261.371	3.103.252	3.570.760	3.771.520	4.482.200	4.934.899	5.207.255	5.022.390	5.093.422	46.399.725
Setor Automobilístico (II e IPI)	0	0	753.183	882.288,45	1.056.463,96	768.533	987.350	1.946.288	1.716.024	1.996.615	1.719.201	1.255.630	2.519.386	3.760.208	4.180.933	3.419.696	26.961.799
Pesquisa Científica e Inovação Tecnológica	0	0	0	228.111,69	368.682,54	767.402	1.393.312	3.225.622	2.122.134	2.498.566	2.260.715	2.659.538	2.817.848	3.011.289	3.159.509	3.312.120	27.824.850
REIDI- Regime para o Desenvolvimento da Infra-estrutura	0	0	0	0	0	0	0	57.639	606.553	1.218.041	1.359.418	2.106.847	2.217.592	2.369.830	2.486.438	2.606.549	15.028.907
Olimpíada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	66.560	96.202	437.115	2.450.095	3.049.972
Oper. de Cred. com fins Habit. e de Fundos Constitucionais (IOF)	93.819	104.002	136.945	130.656,73	159.490,90	137.680	331.434	434.790	494.328	809.277	1.918.700	1.443.878	1.540.048	1.989.792	1.901.472	2.050.513	13.479.003
Aeronaves, Embarcações e Construção Naval (II, IPI, PIS-COFINS e AFRMM)	0	0	217.834	214.039,12	228.775,49	633.687	0	981.482	871.103	766.083	942.734	1.061.327	1.531.317	1.737.778	2.098.208	2.047.504	13.331.871
MEI - Microempreendedor Individual	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	199.808	500.536	786.448	990.866	1.404.148	1.676.101	5.557.907
Transporte Coletivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	746.490	1.414.214	1.483.801	1.555.478	5.199.984
Apoio à Cultura - Audiovisual e PRONAC (IRPF-PJ)	270.600	249.200	357.135	239.050,72	403.266,23	917.887	842.823	981.331	826.680	1.088.957	1.215.350	1.143.468	1.219.765	1.366.852	1.477.855	1.537.584	13.618.003
Álcool	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	747.000	1.370.000	1.466.000	1.536.817	5.119.817
Programa Universidade para Todos - PROUNI (IRPJ, CSLL, PIS-COFINS)	0	0	0	0	0	215.890	126.051	434.174	530.599	578.116	564.546	758.423	1.057.372	1.129.961	1.185.561	1.242.831	7.823.522
Termoelectricidade (PIS-COFINS)	0	0	0	15.067,35	294.473,10	55.745	97.469	73.223	74.229	124.491	87.321	196.958	366.890	557.325	658.081	1.115.049	3.716.321
REPNBL - Redes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.018.053	1.042.218	1.082.465	3.142.736
Petroquímica (PIS-COFINS)	0	0	159.106	237.880,38	615.177,00	341.388	0	422.764	274.803	350.281	423.237	545.236	1.166.908	1.284.371	855.579	864.519	7.541.251
GNL - Gás Natural Liquefeito	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	52.523	333.955	679.160	902.459	592.569	621.194	3.181.860
Incentivo à Formalização do Emprego Doméstico (IRPF)	0	0	0	0	0	158.573	0	260.831	292.683	343.070	378.360	469.533	525.080	574.165	594.032	614.831	4.211.158
Horário Eleitoral Gratuito (IRPJ)	0	0	174.110	238.584,71	283.548,97	494.637	470.807	420.395	201.129	604.264	207.223	436.272	254.582	852.117	285.446	561.019	5.484.136
Operações com fundos constitucionais	0	0	0	53.154	55.185	105.282	120	197.883	221.370	263.664	472.785	417.220	352.258	460.060	526.780	485.309	3.611.071
Minha Casa Minha Vida	0	0	0	0	0	0	0	0	12.421	298.050	432.664	555.317	536.604	634.000	518.188	381.775	3.369.020
Fundos da Criança e do Adolescente (IRPF-PJ)	0	0	0	71.920,23	51.624,58	192.059	154.227	224.162	200.300	259.033	288.142	256.418	269.961	294.593	313.503	327.513	2.903.455
Livros Técnicos e Científicos	0	0	0	0	0	159.689	0	215.066	231.589	276.588	353.063	350.311	288.441	302.180	308.736	323.650	2.809.312
Aquisição de Automóveis - Taxistas e Portadores de Deficiência (IPI e IOF)	57.819	0	0	100.476,78	43.326,94	113.886	77.509	157.114	91.424	190.256	268.940	232.932	329.818	483.757	559.344	609.719	3.258.503
Máquinas e Equipamentos - Cnpg	140.453	151.690	199.491	245.394,72	126.001,88	235.716	0	0	502.208	494.918	434.807	362.930	432.165	476.399	462.058	281.885	4.253.973
Rede Arrecadaora	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	99.830	244.300	284.888	270.108	899.126
PADIS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14.667	32.057	125.205	226.290	254.469	263.932	0	916.621
Doações a entidades sem fins lucrativos	0	0	0	59.853,49	107.725,50	122.268	258.904	151.374	95.601	161.739	246.721	217.493	217.829	232.762	244.420	256.227	2.372.917
Cadeira de Rodas e Aparelhos Assistivos	0	0	0	0	0	0	0	2.092	5.024	106.701	201.221	163.191	194.825	220.308	231.149	242.315	1.366.826
Donas de Casa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5.503	125.073	203.415	224.718	217.378	224.989	0	1.001.077
Incentivo ao Desporto	0	0	0	7.620,20	-	164.617	97	68.025	99.963	167.274	198.729	173.240	186.906	200.006	209.766	219.827	1.696.072
Seguro Rural	0	0	0	0	0	0	0	0	66.486	63.749	76.043	91.531	143.602	181.511	194.317	218.904	1.036.142
REPORTO	0	0	0	0	0	26.928	0	102.164	107.433	101.197	161.596	182.465	269.182	255.282	284.917	190.611	1.681.775

Tabela 1 (continuação) - Evolução dos principais gastos tributários da União - 2003 a 2016 (R\$ mil em valores nominais)

Especificação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total Acumulado 2003-2016
REPENEC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	159.928	421.122	263.441	385.483	359.228	187.798	1.777.000
Investimento em Infra-estrutura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12.284	36.283	83.674	142.007	274.248
Motocicleta	0	0	0	0	0	0	0	0	86.907	100.059	191.522	86.066	61.371	51.510	92.591	100.213	770.238
RENUCLEAR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	87.400	94.304	85.509	267.213
Fundos do Idoso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5.206	22.828	69.071	74.421	78.407	82.135	332.068
PRONON	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3.423	67.971	70.039	72.727	76.184	290.344
Água Mineral	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13.110	57.870	64.100	70.340	73.738	279.158
RETID	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	59.179	62.091	65.090	186.361
Biodiesel	0	0	0	0	0	471	0	18.049	12.533	26.351	44.347	28.782	52.203	55.787	58.532	61.359	358.413
Papel - Jornais e Periódicos	0	0	0	0	0	63.277	0	114.266	136.320	50.729	50.247	57.500	110.960	118.577	124.412	43.474	869.762
Tecnologia da Informação (TI) e Tecnologia da Inf. e Comum. (TIC)	0	0	0	0	0	0	0	0	34.337	82.241	102.634	12.523	35.528	37.967	39.835	41.759	386.823
RECINE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14.839	40.711	44.520	41.075	141.145
Isonções a Imóveis Rurais (ITR)	0	0	0	0	19.654,28	23.100	21.054	24.395	25.587	26.877	28.660	30.209	32.083	34.114	37.195	40.445	343.374
Promoção de produtos e serviços brasileiros	0	0	0	0	0	3.749	0	5.858	3.624	16.623	13.841	17.547	23.938	23.309	40.103	31.241	179.832
Transporte Escolar	0	0	0	0	0	0	0	15.878	27.046	54.563	21.259	104.039	42.318	23.382	5.571	24.479	318.537
PRONAS/PCD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.477	10.148	11.243	11.795	12.322	47.986
Creches e Pré-Escola	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6.016	19.351	7.660	33.027
Indústria Cinematográfica e Radiodifusão	0	0	0	0	0	6.949	0	0	22.638	15.367	18.853	18.021	23.681	16.422	15.613	6.084	143.629
PATVD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	882	1.018	4.767	4.757	4.891	16.315
Resíduos Sólidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	5	1.687	1.627	1.650	4.976
Evento Esportivo, Cultural e Científico	0	0	0	0	0	0	0	23.992	0	0	0	11	115	277	349	76	24.819
RETAERO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8.436	0	0	0	8.436
REIF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vale-Cultura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3.003	0	0	0	3.003
Construção Civil	0	0	0	0	0	558.099	0	1.231.250	0	0	0	0	0	0	0	0	1.789.349
PROUCA - REICOMPE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13.100	17.075	77	64	41	0	30.357
Crédito Presumido	184.736	233.161	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Lojas Francas	140.176	161.596	151.077	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	151.077
Empresas montadoras	0	354.997	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Seguro de Vida e Congêneres (IOF)	0	0	0	0	0	0	241.093	0	0	0	0	0	0	0	0	0	241.093
Produtos Químicos e Farmacêuticos	0	0	0	0	0	0	0	787.562	0	0	0	0	0	0	0	0	787.562
Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT (IRPJ)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RECOPA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	55.487	162.999	7.961	0	0	226.448
PDTV/PDTA	53.100	57.600	100.100	53.100,00	62.100,00	102.834	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	318.134
Deduções com Benef. Prev. e Assistenciais e FAPI (IRPJ)	0	0	0	43.170,57	47.195,26	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	90.366
Trem de Alta Velocidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RECOM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Copa do Mundo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3.354	24.600	94.467	59.068	0	181.489
Empreendimentos Turísticos (IRPJ)	0	0	0	4.392,19	3.311,14	0	551	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8.255
Equipamentos Desportivos	0	0	0	0	0	0	0	0	4	3	0	15	5	0	0	0	27
Telecomunicações em áreas rurais e regiões remotas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Associações de Poup. e Empr. e Planos de Poup. e Invest. (IRPJ)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bagagem (II e IPI vinculado à importação)	494.265	600.614	799.908	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	799.908
Material Promocional (II e IPI vinculado à importação)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais	275.967	577.107	349.309	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	349.309
Total	24.349.564	30.166.637	34.539.338	35.826.350	43.401.962	65.397.519	66.255.470	91.555.363	115.642.802	135.322.281	151.905.053	181.747.128	223.310.467	257.223.367	277.139.841	270.873.174	1.950.140.115

Tabela 2 - Evolução dos principais gastos tributários da União - 2003 a 2016 (R\$ mil a preços de 2016)

Especificação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total Acumulado 2003-2016
SIMPLES Nacional	19.020.911	25.529.556	25.336.478	27.342.391	31.620.354	31.499.387	48.132.638	54.653.086	57.723.034	71.682.383	78.237.611	80.271.703	80.571.689	77.268.924	708.890.146
Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental, ALC e Lojas Francas (II e IPI)	7.854.435	7.424.812	8.727.226	20.418.728	13.109.536	24.613.967	20.838.345	25.971.815	26.765.404	27.981.163	29.764.653	28.745.142	25.158.677	22.188.126	289.562.030
Rendimentos Isentos e Não-Tributáveis (IRPF)	13.012.940	4.959.173	5.588.811	7.172.478	7.316.100	11.770.986	17.786.991	18.534.551	19.780.369	20.489.172	22.396.561	23.898.509	25.946.799	24.689.980	223.343.421
Entidades sem Fins Lucrativos - isentas/imunes	6.333.053	10.983.724	13.092.244	9.277.893	17.846.695	18.773.054	18.853.823	20.242.075	20.620.091	22.995.222	23.125.977	24.564.182	23.898.200	22.884.840	253.491.075
Agricultura e Agroindústria - Desoneração da Cesta Básica	3.832.499	3.763.118	3.080.040	8.110.746	12.499.659	11.661.998	15.474.020	14.868.495	16.203.140	17.770.795	23.315.687	23.252.237	23.547.401	22.506.974	199.886.808
Deduções Rendimentos Tributáveis - Saúde e Instrução (IRPF)	6.650.055	5.181.343	5.625.080	5.737.741	5.707.404	7.323.917	14.539.543	14.280.371	15.023.448	16.084.245	16.270.468	16.866.599	16.699.881	15.890.968	161.881.065
Desoneração da Folha de Salários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.841.400	15.487.374	26.213.462	27.409.021	14.621.055	88.572.313
Benefícios ao trabalhador	342.395	2.182.549	3.864.190	8.287.992	4.055.059	6.579.339	7.826.042	8.595.244	8.936.891	9.858.723	11.353.313	11.410.889	10.982.477	10.584.722	104.859.825
Poupança e Letra Imobiliária Garantida	-	10.473	9.341	1.213.185	-	-	4.704.612	5.188.186	6.108.506	5.826.190	6.340.712	7.645.940	8.158.723	7.863.236	53.069.103
Medicamentos, Prod. Farm. e Interm. de Síntese (PIS-COFINS)	1.828.019	1.950.872	2.645.646	7.188.796	3.411.740	3.820.671	5.462.562	5.438.544	5.047.687	5.607.609	5.469.038	5.969.461	7.199.562	7.417.418	68.457.624
Desenv. Reg. - ADENE/ADA, FINOR/FINAM/FURES (AFRMM e IRPJ)	4.965.990	3.097.183	4.138.863	7.608.302	7.923.671	7.240.186	6.489.642	8.797.556	8.758.221	7.493.891	7.244.806	7.193.900	6.923.811	6.143.189	94.019.212
Programa de Inclusão Digital	-	-	-	1.136.353	-	2.270.090	1.995.053	1.947.206	2.745.145	4.008.513	7.349.993	7.023.125	5.446.329	-	33.921.807
Informática e Automação(IPI)	3.298.612	1.664.600	2.590.616	3.701.996	3.841.141	5.408.039	4.905.554	5.373.915	5.323.006	6.001.648	6.221.653	6.174.441	5.462.854	5.093.422	65.061.496
Setor Automobilístico (II e IPI)	1.623.829	1.784.474	1.999.098	1.395.697	1.730.106	3.227.356	2.712.654	3.004.861	2.426.427	1.681.283	3.176.305	4.458.622	4.547.601	3.419.696	37.188.010
Pesquisa Científica e Inovação Tecnológica	-	461.368	697.641	1.393.644	2.441.463	5.348.760	3.354.623	3.760.287	3.190.703	3.561.112	3.552.590	3.570.600	3.436.597	3.312.120	38.081.509
REIDI- Regime para o Desenvolvimento da Infra-estrutura	-	-	-	-	-	95.578	958.826	1.833.125	1.918.641	2.821.060	2.795.819	2.809.998	2.704.499	2.606.549	18.544.094
Olimpíada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	83.916	114.070	475.450	2.450.095	3.123.530
Oper. de Cred. com fins Habit. e de Fundos Constitucionais (IOF)	295.246	264.260	301.797	250.034	580.763	720.974	781.423	1.217.945	2.707.993	1.933.346	1.941.609	2.359.372	2.068.231	2.050.513	17.473.506
Aeronaves, Embarcações e Construção Naval (II, IPI, PIS-COFINS e AFRMM)	469.639	432.905	432.901	1.150.810	-	1.627.504	1.377.021	1.152.938	1.330.545	1.421.112	1.930.602	2.060.549	2.282.220	2.047.504	17.716.253
MEI - Microempreendedor Individual	-	-	-	-	-	-	-	-	282.002	670.216	991.511	1.174.907	1.527.292	1.676.101	6.322.030
Transporte Coletivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	941.134	1.676.888	1.613.931	1.555.478	5.787.431
Apoio à Cultura - Audiovisual e PRONAC (IRPF-PJ)	769.967	483.492	763.082	1.666.933	1.476.856	1.627.253	1.306.798	1.638.856	1.715.307	1.531.099	1.537.814	1.620.728	1.607.463	1.537.584	19.283.232
Álcool	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	941.777	1.624.461	1.594.568	1.536.817	5.697.624
Programa Universidade para Todos - PROUNI (IRPJ, CSLL, PIS-COFINS)	-	-	-	392.069	220.875	719.951	838.760	870.052	796.782	1.015.526	1.333.077	1.339.837	1.289.534	1.242.831	10.059.294
Termoelétrica (PIS-COFINS)	-	30.474	557.218	101.237	170.793	121.419	117.340	187.355	123.242	263.726	462.555	660.841	715.794	1.115.049	4.627.044
REPUBL - Redes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.207.144	1.133.621	1.082.465	3.423.229
Petroquímica (PIS-COFINS)	343.026	481.125	1.164.071	619.979	-	701.032	434.403	527.166	597.344	730.069	1.471.174	1.522.928	930.614	864.519	10.387.449
GNL - Gás Natural Liquefeito	-	-	-	-	-	-	-	-	74.130	447.164	856.248	1.070.080	644.537	621.194	3.713.353
Incentivo à Formalização do Emprego Doméstico (IRPF)	-	-	-	287.977	-	432.512	462.667	516.313	534.006	628.703	661.993	680.809	646.129	614.831	5.465.940
Horário Eleitoral Gratuito (IRPJ)	375.373	482.550	536.547	898.289	824.982	697.103	317.941	909.404	292.469	584.166	320.964	1.010.388	310.480	561.019	8.121.673
Operações com fundos constitucionais	-	107.506	104.423	191.198	211	328.132	349.937	396.809	667.275	558.656	444.108	545.511	572.978	485.309	4.752.053
Minha Casa Minha Vida	-	-	-	-	-	-	19.634	448.559	610.649	743.568	676.522	751.758	563.633	381.775	4.196.098
Fundos da Criança e do Adolescente (IRPF-PJ)	-	145.462	97.687	348.789	270.248	371.708	316.630	389.839	406.675	343.343	340.352	349.310	340.997	327.513	4.048.552
Livros Técnicos e Científicos	-	-	-	290.004	-	356.625	366.091	416.258	498.302	469.065	363.650	358.307	335.812	323.650	3.777.765
Aquisição de Automóveis - Taxistas e Portadores de Deficiência (IPI e IOF)	-	203.219	81.986	206.822	135.816	260.528	144.521	286.331	379.574	311.895	415.817	573.609	608.399	609.719	4.218.238
Máquinas e Equipamentos - Cnpj	430.093	496.323	238.428	428.074	-	-	793.879	744.841	613.672	485.962	544.850	564.885	502.581	281.885	6.125.473
Rede Arrecadaora	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	125.860	289.676	309.873	270.108	995.517
PADIS	-	-	-	-	-	-	-	-	20.701	42.924	157.852	268.321	276.786	268.932	1.030.516
Doações a entidades sem fins lucrativos	-	121.057	203.844	222.046	453.671	251.010	151.125	243.414	348.214	291.223	274.627	275.995	265.855	256.227	3.358.306
Cadeira de Rodas e Aparelhos Assistivos	-	-	-	-	-	3.469	7.942	160.583	283.997	218.512	245.624	261.228	251.421	242.315	1.675.091
Donas de Casa	-	-	-	-	-	-	-	-	7.767	167.472	256.455	266.456	236.442	224.989	1.159.582
Incentivo ao Desporto	-	15.412	-	298.954	171	112.800	158.020	251.744	280.480	231.968	235.641	237.155	228.163	219.827	2.270.334
Seguro Rural	-	-	-	-	-	-	105.099	95.941	107.324	122.560	181.045	215.224	211.359	218.904	1.257.456
REPORTO	-	-	-	48.903	-	169.409	169.828	152.300	228.071	244.320	339.371	302.697	309.905	190.611	2.155.414

Tabela 2 (continuação) - Evolução dos principais gastos tributários da União - 2003 a 2016 (R\$ mil a preços de 2016)

Especificação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total Acumulado 2003-2016
REPENEC	-	-	-	-	-	-	-	-	225.718	563.880	332.132	457.082	390.733	187.798	2.157.342
Investimento em Infra-estrutura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.486	43.022	91.012	142.007	291.528
Motocicleta	-	-	-	-	-	-	137.380	150.586	270.308	115.241	77.374	61.077	100.711	100.213	1.012.891
RENUCLEAR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	103.634	102.575	85.509	291.717
Fundos do Idoso	-	-	-	-	-	-	-	-	7.347	30.567	87.081	88.244	85.283	82.135	380.657
PRONON	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.583	85.694	83.047	79.105	76.184	328.615
Água Mineral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17.554	72.959	76.006	76.509	73.738	316.766
RETID	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	70.171	67.536	65.090	202.798
Biodiesel	-	-	-	855	-	29.929	19.813	39.658	62.590	38.539	65.815	66.148	63.665	61.359	448.370
Papel - Jornais e Periódicos	-	-	-	114.915	-	189.477	215.492	76.347	70.917	76.992	139.892	140.601	135.323	43.474	1.203.429
Tecnologia da Informação (TI) e Tecnologia da Inf. e Comum. (TIC)	-	-	-	-	-	-	54.279	123.772	144.855	16.768	44.791	45.019	43.328	41.759	514.570
RECINE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.709	48.273	48.424	41.075	156.481
Isonções a Imóveis Rurais (ITR)	-	-	37.191	41.951	36.892	40.452	40.448	40.449	40.450	40.450	40.449	40.450	40.457	40.445	480.084
Promoção de produtos e serviços brasileiros	-	-	-	6.808	-	9.715	5.728	25.017	19.534	23.495	30.180	27.638	43.620	31.241	222.976
Transporte Escolar	-	-	-	-	-	26.330	42.753	82.116	30.005	139.308	53.352	27.725	6.060	24.479	432.129
PRONAS/PCD	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.317	12.794	13.332	12.829	12.322	54.595
Creches e Pré-Escola	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.134	21.049	7.660	35.842
Indústria Cinematográfica e Radiodifusão	-	-	-	12.621	-	-	35.785	23.127	26.608	24.130	29.856	19.473	16.983	6.084	194.666
PATVD	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.180	5.653	5.174	4.891	18.182	18.182
Resíduos Sólidos	-	-	-	-	-	-	-	-	9	6	-	2.000	1.770	1.650	5.436
Evento Esportivo, Cultural e Científico	-	-	-	-	-	39.783	-	-	-	14	144	328	379	76	40.726
RETAERO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.636	-	-	-	10.636
REIF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vale-Cultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.787	-	-	-	3.787
Construção Civil	-	-	-	1.013.539	-	2.041.671	-	-	-	-	-	-	-	-	3.055.210
PROUCA - REICOMPE	-	-	-	-	-	-	-	-	18.489	22.864	97	76	45	-	41.570
Crédito Presumido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lojas Francas	325.714	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	325.714
Empresas montadoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Seguro de Vida e Congêneres (IOF)	-	-	-	-	422.461	-	-	-	-	-	-	-	-	-	422.461
Produtos Químicos e Farmacêuticos	-	-	-	-	-	1.305.944	-	-	-	-	-	-	-	-	1.305.944
Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT (IRPJ)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECOFA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	74.297	205.501	9.439	-	-	289.238
PDTI/PDTA	215.811	107.397	117.509	186.753	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	627.470
Deduções com Benef. Prev. e Assistenciais e FAPI (IRPJ)	-	87.315	89.305	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	176.620
Trem de Alta Velocidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECOM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Copa do Mundo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.490	31.014	112.014	64.248	-	211.766
Empreendimentos Turísticos (IRPJ)	-	8.883	6.266	-	966	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16.115
Equipamentos Desportivos	-	-	-	-	-	-	6	5	-	20	6	-	-	-	37
Telecomunicações em áreas rurais e regiões remotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Associações de Poup. e Empr. e Planos de Poup. e Invest. (IRPJ)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bagagem (II e IPI vinculado à importação)	1.724.567	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.724.567
Material Promocional (II e IPI vinculado à importação)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais	753.095	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	753.095
Total	74.465.269	72.460.628	82.127.528	118.765.501	116.097.633	151.818.059	182.805.671	203.657.044	214.394.064	243.358.701	281.537.742	304.999.527	301.446.005	270.873.174	2.618.805.545